

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

FÁBIO VARELA NASCIMENTO

**LITERATURA E HISTÓRIA EM *GAÚCHOS NO OBELISCO*, DE
CYRO MARTINS**

PORTO ALEGRE

2014

FÁBIO VARELA NASCIMENTO

**LITERATURA E HISTÓRIA EM *GAÚCHOS NO OBELISCO*, DE
CYRO MARTINS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teoria da Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr. Maria Eunice Moreira

PORTO ALEGRE

2014

N244I Nascimento, Fábio Varela

Literatura e história em *Gáuchos no Obelisco*, de Cyro Martins. / Fábio Varela Nascimento. – Porto Alegre, 2014.

98 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras, PUCRS.

Orientadora: Profª Drª Maria Eunice Moreira

1. Teoria Literária. 2. Literatura Rio-Grandense. 3. História. 4. Martins, Cyro - Crítica e Interpretação. 5. *Gáuchos no Obelisco* – Crítica e Interpretação. I. Moreira, Maria Eunice. II. Título.

CDD 801

869.9937

Bibliotecária Responsável: Anamaria Ferreira CRB 10/1494

Fábio Varela Nascimento

**LITERATURA E HISTÓRIA EM GAÚCHOS NO OBELISCO, DE
CYRO MARTINS**

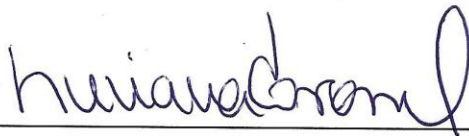
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 08 de janeiro de 2014

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Maria Eunice Moreira - PUCRS



Profa. Dra. Luciana Paiva Coronel - FURG



Prof. Dr. Paulo Ricardo Kralik Angelini – PUCRS

Para minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Luiz Fernando, à minha mãe, Fátima, e à minha irmã, Fernanda, por terem me apoiado sem restrições.

Agradeço à Luara, por estar ao meu lado sempre que precisei.

Agradeço aos meus tios, Elina e Moreira, pela acolhida nos primeiros tempos.

Agradeço à Prof.^a Maria Eunice Moreira, pela orientação dedicada, pela compreensão, pela imposição de prazos e pelas boas aulas.

Agradeço aos professores Luciana Paiva Coronel e Paulo Ricardo Kralik Angelini, por aceitarem o convite para fazer parte da banca de avaliação deste trabalho.

Agradeço à Cibele, à Débora, ao Fernando, ao Gustavo e ao Leonardo, pela amizade.

Agradeço à Capes, pela bolsa, que foi fundamental durante os dois anos do curso.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela formação de qualidade e pelo contato com profissionais capacitados.

Agradeço à Isabel e à Tatiana, por me auxiliarem e responderem minhas perguntas nesses dois anos.

RESUMO

Esta dissertação trata das relações entre literatura e história, com enfoque na obra *Gaúchos no obelisco*, publicada em 1984 pelo escritor e psicanalista sul-riograndense Cyro Martins. Entre seus objetivos estão o de analisar o entrelaçamento de literatura e história na obra de Cyro Martins, o de constatar as técnicas utilizadas para a inserção da história no romance e o de examinar os elementos literários presentes na narrativa. No ano de 1980, Cyro apresentou, no Simpósio sobre a Revolução de 1930, um texto literário sobre o evento histórico. A partir desse mote, o presente trabalho se constrói. Em um primeiro momento, é analisada a presença da história dentro da narrativa através de aspectos referenciais como as datas, os espaços, as entidades e as personagens históricas. Na sequência, divididas em núcleos, são observadas as personagens ficcionais. Alguns dos teóricos que subsidiam este estudo são Maria Teresa de Freitas, Alcmeno Bastos, Käte Hamburger, Antonio Candido, Sandra Jatahy Pesavento e Luiz Costa Lima.

Palavras-chave: Literatura. História. Cyro Martins. *Gaúchos no obelisco*.

ABSTRACT

This dissertation is about the relationship between literature and history, focusing on the work *Gaúchos no obelisco*, published in 1984 by the writer and psychoanalyst Cyro Martins. Among its objectives are to analyze the interweaving of literature and history in the work of Cyro Martins, to uncover the techniques used for the history's insertion in the novel and to examine the literary elements present in the narrative. In 1980, Cyro presented, at the *Simpósio sobre a Revolução de 1930*, a literary text about the historical event. From this theme, this paper is built. At first, there is an analysis about the presence of history within the narrative through referential aspects such as dates, places, entities and historical characters. After, divided into nucleus, fictional characters are observed. Some of the theorists who subsidize this study are Maria Teresa de Freitas, Alcmeno Bastos, Käte Hamburger, Antonio Candido, Sandra Jatahy Pesavento and Luiz Costa Lima.

Keywords: Literature. History. Cyro Martins. *Gaúchos no obelisco*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: COMO INICIA A DISSERTAÇÃO	8
1 COMO ACONTECERAM OS OUTUBROS	14
1.1 OUTUBRO DE 1930	14
1.2 OUTUBRO DE 1980	19
2 COMO A HISTÓRIA CONSTRÓI O OBELISCO	30
2.1 PRAIAS, PONTES E DUQUES.....	35
2.2 MARÇOS, OUTUBROS E NOVEMBROS	39
2.3 OUTRAS REVOLUÇÕES	44
2.4 LENÇOS, APELIDOS E PARTIDOS.....	46
2.5 DIÁRIOS, CORREIOS E FEDERAÇÕES	49
2.6 PRESIDENTES, INTERVENTORES E TRIBUNOS.....	50
3 COMO A LITERATURA CONSTRÓI O OBELISCO	57
3.1 MOÇO DO INTERIOR, DA REVOLUÇÃO E DO PALÁCIO	59
3.2 DESTERRADOS DA ORIGEM	69
3.3 ILUSTRES DO PANTEÃO	72
3.4 MULHERES E JOVENS DE OURO.....	74
3.5 HOMENS DO FAROL	76
CONCLUSÃO: COMO TERMINA A DISSERTAÇÃO	80
REFERÊNCIAS	84
ANEXO A	88
ANEXO B	89
<i>CURRICULUM VITAE</i>	90

INTRODUÇÃO: COMO INICIA A DISSERTAÇÃO

Na série *Autores gaúchos* (1997: 3), organizada pelo Instituto Estadual do Livro, o fascículo dedicado ao psicanalista e escritor Cyro Martins (1908-1995) traz, nas primeiras linhas, as seguintes definições: “Psicanalista onze horas por dia. Escritor no ‘rabo das horas’, sem tempo para a vida literária. Romancista, ensaísta, contista e novelista”.

A descrição das atividades realizadas por Cyro Martins mostra que ele era um homem dividido entre dois caminhos: a psicanálise e a literatura. Essa divisão, porém, não significa que Cyro optou por uma trilha ou por outra – ele seguiu as duas. No verbete Cyro Martins, do *Pequeno dicionário de literatura do Rio Grande do Sul* (1999: 61), Solange Medina Ketzer, autora de trabalho significativo sobre a *Trilogia do gaúcho a pé*,¹ escreve que a “produção intelectual de Cyro Martins distribui-se na cumplicidade entre a ficção literária (contos, novelas e romances) e a ensaística na área da psiquiatria, da psicanálise e da crítica literária”. No texto “O psicanalista Cyro Martins”, publicado na revista *Letras de Hoje* (1988:15), o também psicanalista Abrão Slavutzky refere-se à dupla trajetória de Cyro: “Às vezes creio ser problemática a integração do escritor, do médico e do psicanalista, mas também essa é sua originalidade e desde aí deu suas melhores contribuições”.

No mesmo fascículo de *Autores gaúchos*, Cyro afirmou não ser um escritor de carreira:

Permaneço na condição de escritor bissexto, pois toda a minha literatura é feita no rabo das horas. O melhor das minhas possibilidades intelectuais foi consagrada à Medicina, em especial à Psiquiatria e à Psicanálise. Mas esta afirmação não significa menos ternura pelo que realizei no plano da ficção literária. (1997: 6)

A primeira trilha seguida por Cyro Martins foi a psicanálise. Em 1928, ingressou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre e “ainda estudante, Cyro já lia Freud, embora a Psicanálise praticamente não existisse no Continente.” (1997: 8). Formado em 1933, Cyro voltou para Quaraí no ano seguinte, exercendo a medicina até 1937, quando foi para o Rio de Janeiro estudar neurologia. Com o

¹ A dissertação de mestrado defendida em 1991 na PUCRS e orientada pela Prof.^a Dr. Maria Eunice Moreira intitula-se *A narrativa de Cyro Martins: uma história em trilogia*. Cyro utilizou a expressão “gaúcho a pé”, pela primeira vez, em 1935. Porém, foi o editor de Cyro Martins, Carlos Jorge Appel, quem teve a ideia de denominar os livros *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova* como *Trilogia do gaúcho a pé*.

título obtido na então capital federal, Cyro mudou-se novamente para Porto Alegre e entrou, via concurso público, na área de psiquiatria do Hospital São Pedro. Em 1939, participou da fundação da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Quatro anos depois, teve seu primeiro contato efetivo com a psicanálise quando recebeu um número da *Revista de Psicoanálisis*, editada em Buenos Aires, cidade para a qual iria mudar-se em 1951, com a finalidade de realizar sua formação no Instituto de Psicanálise da Associação Psicanalítica Argentina. Retornou para Porto Alegre em 1955 e, dois anos depois, além de ser eleito presidente da sociedade da qual foi um dos fundadores, iniciou sua atividade docente no Instituto de Psicanálise.

Das publicações de Cyro ligadas à sua atuação psicanalítica destacam-se: *Do mito à verdade científica*, 1964, *A criação artística e a psicanálise*, 1970, *Rumos do humanismo médico contemporâneo*, 1977, *Perspectivas da relação médico-paciente*, 1979. Sobre essa produção, ainda é importante trazer a afirmação de Slavutzky (1988: 12):

A impressão que fica, lendo os ensaios psicanalíticos de Cyro, que sua preocupação primeira é de levar a psicanálise aos mais diferentes públicos para colaborar no progresso cultural da sociedade. Nesse sentido ele atinge seus objetivos.

Quanto à outra trilha seguida por Cyro Martins, aquela feita no “rabo das horas”, é preciso analisar alguns números. Mesmo sendo um “escritor bissexto”, ele publicou quinze obras de ficção. Sua estreia foi em 1934, com *Campo fora*, livro de contos em que era visível a influência de Simões Lopes Neto e de Alcides Maya. No texto “Homenagem a Cyro Martins”, Léa Masina (1988: 8) diz que Cyro partiu do “regionalismo dito tradicional” de seu primeiro livro para “instaurar na literatura gaúcha novos parâmetros”. Já em 1937, Cyro Martins iniciou a instauração desses novos parâmetros. Nesse ano, foi publicado *Sem rumo*, primeira parte da *Trilogia do gaúcho a pé*, que seria completada pelo surgimento de *Porteira fechada*, 1944, e *Estrada Nova*, 1954. A trilogia não só mostraria o processo de desmitificação ou, nas palavras de Elisabeth Lara (1988: 17-25), de “desideologização do gaúcho”, mas também se tornaria a mais conhecida e estudada produção do autor.

Além da trilogia desideologizadora, outras produções ficcionais de Cyro destacam-se: *Um menino vai para o colégio*, 1942, *A entrevista*, 1968, *Rodeio*, 1976, *Sombras na correnteza*, 1979, *A dama do saladeiro*, 1980, *O príncipe da*

vila, 1982, *Gaúchos no obelisco*, 1984, *Na curva do arco-íris*, 1985. Também é relevante lembrar a reunião de ensaios *Escritores gaúchos*, 1981, que mostra seu lado de crítico literário.

Dentre as publicações de Cyro Martins, a obra *Gaúchos no obelisco* foi a selecionada para a elaboração desta dissertação. A narrativa circula entre os eventos políticos ocorridos no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos de 1929 a 1937 e enfoca a história de personagens ficticiais como João Silveira, que tem sua vida modificada pela Revolução de 1930.

A escolha pelo tema desta obra de Cyro Martins como objeto de estudo justifica-se por, pelo menos, dois motivos: a) o livro é construído através do entrelaçamento da literatura com a história – junto a um universo ficcional rico, principalmente, em personagens, são colocados elementos e episódios ligados à Revolução de 1930;² b) a fortuna crítica de *Gaúchos no obelisco* é reduzida e não compreende muitos estudos acadêmicos que o contemplem com olhar mais detalhado.

Os textos em que há referências a *Gaúchos no obelisco*, embora poucos, podem ser recuperados em sua maior parte.³ No livro *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*, Regina Zilberman cita a obra, ao lado de *Sombras na correnteza*, no capítulo intitulado “Humor à gaúcha”. A justificativa para a localização de *Sombras na correnteza* e *Gaúchos no obelisco* nessa parte de *Literatura gaúcha* é explicitada pela autora no desenrolar de suas ideias: “Estas contam episódios das revoluções de 1923 e 1930 segundo um ângulo humorístico, dando relevância a situações ridículas que, por via da má interpretação, são encaradas como sinais de bravura e heroísmo.” (ZILBERMAN, 1985: 107).

A leitura que Regina Zilberman fez de *Gaúchos no obelisco* apontou um caminho, o do humor, que poderia ser trilhado caso fossem levadas em conta as

² Une-se a este motivo uma ideia de continuidade. Em 2011, na monografia intitulada *Getúlio Vargas em Reunião de família V: literatura e história* em Erico Verissimo, apresentada à Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para a obtenção do grau de Licenciado em Letras, também desenvolvi uma pesquisa que envolvia as relações entre literatura e história. Naquela ocasião, escolhi Erico Verissimo e os acontecimentos ocorridos de 1928 a 1930. Com esta dissertação, continuo a estudar a literatura sul-rio-grandense e, além disso, busco expandir o período histórico focalizado, que vai dos meados de 1929 ao fim de 1937.

³ Na orelha de *Na curva do arco-íris*, os editores mencionam uma “análise de Fernando Py sobre *Gaúchos no obelisco*”. Tal análise não foi encontrada no site de Cyro Martins, que hospeda sua fortuna crítica, e em nenhum outro lugar.

“situações ridículas” presentes na narrativa. Ainda que breve, a menção de Zilberman é importante dentro da pequena fortuna crítica de *Gaúchos no obelisco*, pois foi uma das primeiras referências à obra e a indicadora da aura humorística que pairava sobre ela.

Outra breve e importante alusão a *Gaúchos no obelisco* foi feita por Antônio Roberto Esteves. No livro *O romance histórico brasileiro contemporâneo: 1975-2000*, Esteves (2010: 254) insere-o na lista “Romances históricos brasileiros”. Já que o teórico classifica *Gaúchos no obelisco* como um romance histórico,⁴ é importante conhecer a caracterização que ele faz do gênero:

[...] o romance histórico contemporâneo, seja brasileiro, seja hispano-americano ou universal, adota uma atitude crítica ante a história: ele reinterpreta o fato histórico, usando para isso de todas as técnicas que o gênero narrativo dispõe. Para isso usa uma série de artimanhas ficcionais: inventa situações fantásticas; distorce conscientemente os fatos históricos; coloca lado a lado personagens históricos e ficcionais; rompe com as formas convencionais de tempo e espaço; alterna focos narrativos e momentos de narração; e especialmente se vale, às vezes até de modo exagerado, da intertextualidade em suas diferentes formas de manifestação, sobretudo a paródia e a forma carnalizada de ver o mundo. (ESTEVES, 2010: 68)

Em *Gaúchos no obelisco*, alguns dos traços apontados por Esteves podem ser vistos com clareza: a reinterpretação histórica, a distorção de fatos históricos e a colocação de personagens ficcionais ao lado de personagens históricas.

Expandir a fortuna crítica de *Gaúchos no obelisco* é um dos objetivos desta dissertação e encontra-se ao lado de outros, tais como: a) estabelecer a relação entre literatura e história presente em *Gaúchos no obelisco*; b) analisar o entrelaçamento entre literatura e história na obra de Cyro Martins; c) constatar as técnicas utilizadas para a inserção da história na narrativa; d) examinar os elementos literários em *Gaúchos no obelisco*.

Para chegar aos seus objetivos, este trabalho é composto por três capítulos – afora a abertura e o fechamento, intitulados, respectivamente, *Introdução*: como inicia a dissertação e *Conclusão*: como termina a dissertação.

⁴ Outro estudo também considera *Gaúchos no obelisco* um romance histórico – *Ficção e realidade nos romances históricos Gaúchos no obelisco de Cyro Martins e Sabina de Eliseo Salvador Porta*. O trabalho tem autoria de Blau Boelter da Rosa e foi apresentado, em 2009, como monografia no curso de Especialização Língua e Literatura – Gêneros do Discurso, da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Rosa analisa o real e o fictício nas obras e a atuação das personagens pelo viés da ironia.

O primeiro, *Como aconteceram os outubros*, abre a discussão das relações entre literatura e história na obra de Cyro Martins, com ênfase em *Gaúchos no obelisco*. Para tal, há uma divisão em dois momentos: o primeiro, “Outubro de 1930”, traz um panorama dos encadeamentos políticos que levaram ao estouro da revolução em outubro de 1930; o segundo, “Outubro de 1980”, recupera o Simpósio sobre a Revolução de 1930, ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1980, que contou com a presença, entre seus participantes, de Cyro Martins.

O segundo capítulo, *Como a história constrói o Obelisco*, desenvolve-se a partir de considerações teóricas sobre literatura e história, passa pela questão da referencialidade e direciona-se para a análise dos aspectos referenciais presentes em *Gaúchos no obelisco*. Essa parte tem seis divisões internas: “Praias, pontes e duques”; “Marços, outubros e novembros”; “Outras revoluções”; “Lenços, apelidos e partidos”; “Diários, correios e federações”; “Presidentes, interventores e tribunais”. Cada uma delas trata de um tipo de referente: de espaço, de datação, de cronologia longa, de entidades políticas, de documentos e de personagens históricas. Com suas considerações teóricas, Maria Teresa de Freitas, Käte Hamburger e Alcmeno Bastos colaboram para fundamentar a discussão.

O terceiro capítulo, *Como a literatura constrói o Obelisco*, também inicia com uma discussão teórica referente à literatura e à história. Nesse, porém, são destacadas as questões da forma narrativa e das personagens, sendo essa última a mais privilegiada. Para subsidiar essa proposta, estudos de Sandra Jatahy Pesavento, Marilene Weinhardt, Luiz Costa Lima, Peter Burke e Antonio Candido são utilizados. Tal como os capítulos anteriores, este também possui separações e, em cada uma das divisões, a análise recai sobre um núcleo: em “Moço do interior, da revolução e do palácio”, o foco é João Silveira; em “Desterrados da origem”, as personagens que, como João, deixaram sua terra natal para melhorar de vida; em “Ilustres do panteão”, as famílias dos combatentes revolucionários mortos em 3 de outubro; em “Mulheres e jovens de ouro”, as senhoras preocupadas com as aparências e os jovens que foram nas águas da revolução; em “Homens do farol”, os velhos que discutem a situação política do Brasil e do Rio Grande do Sul na década de 1930.⁵

⁵ É necessário ressaltar que não há uma seção teórica específica nesta dissertação, pois a teoria está pulverizada ao longo do texto. Também esclareço que me aproprio do termo romance

No desenvolvimento desta dissertação, um espaço de pesquisa foi fundamental, o DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural, localizado na Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. No local, está guardado o Acervo Literário e Bibliográfico Cyro Martins, composto por originais, correspondências, fotografias e biblioteca. Entre seus livros, encontra-se a obra *Simpósio sobre a Revolução de 1930*, que desencadeia, neste estudo, a discussão sobre literatura e história na obra do autor.

Gaúchos no obelisco e *Simpósio sobre a Revolução de 1930* estão relacionados nas *Referências* juntamente com os outros títulos que foram utilizados na elaboração deste trabalho.

Após as referências, há anexos compostos por duas imagens. A primeira traz a fotografia histórica dos gaúchos amarrando seus cavalos no Obelisco da Avenida Rio Branco, a segunda mostra a capa de *Gaúchos no obelisco*, elaborada sobre o conhecido retrato.

histórico e dos pares literatura/história, ficção/história. Considero ficção como literatura e utilizo conceitos do romance histórico por entender que nesse gênero existe a relação entre literatura e história – grande foco desta pesquisa.

1 COMO ACONTECERAM OS OUTUBROS

A Revolução de 1930 tem importância fundamental no desenvolvimento desta dissertação. Por isso, neste capítulo, ela é retomada através de dois outubros – um de 1930 e o outro de 1980.

1.1 OUTUBRO DE 1930

Brasil, 3 de outubro de 1930, final da tarde.

As águas da revolução inundaram o País.⁶

O Norte, o Sudeste, o Nordeste e o Sul deram os últimos retoques na queda da República Velha. A Revolução de 1930 modificou o sistema político brasileiro⁷ e guindou Getúlio Vargas ao poder, mas não foi construída apenas em uma sexta-feira.

As tormentas que abalaram a República Velha iniciaram em 5 de julho de 1922. No Rio de Janeiro, um grupo de militares levantou-se contra o governo. Epitácio Pessoa ainda estava no comando do País, mas a posse do mineiro Arthur Bernardes, figura repudiada pelos componentes do Exército, aproximava-se no horizonte. A tentativa falhou. No Forte de Copacabana, restaram vinte e oito revoltosos. Eles não se renderiam. Dividiram uma bandeira nacional em vinte e oito pedaços; de armas na mão, iniciaram sua marcha pela Avenida Atlântica. No caminho, tomaram água, juntaram-se a civis, encontraram as forças da legalidade. Apenas dois deles escaparam da morte. Mesmo havendo controvérsias quanto aos números, aqueles homens ficaram conhecidos como os 18 do Forte.⁸ A revolta havia sido contida, mas a chama rebelde continuava e o tenentismo dava seus primeiros passos.

Em 1923, o Rio Grande do Sul também se viu às voltas com um conflito – novamente entre os seus. Como na Revolução Farroupilha (1835-1845) e na Revolução Federalista (1893-1895), grupos políticos gaúchos rivais pegaram em armas. De um lado, os chimangos, sob a bandeira do Partido Republicano Rio-

⁶ Referência ao subtítulo da obra *1930: as águas da revolução*, de Juremir Machado da Silva, 2010.

⁷ *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1983, sem indicação de organizador. A afirmação foi cunhada por Joseph Love.

⁸ Quanto à discussão sobre os números, Hélio Silva (1964: 161-174) reproduz, em *1922: sangue e areia na praia de Copacabana*, o depoimento de Siqueira Campos, que afirmava ser vinte e oito o número de pedaços da bandeira. Como Euclides Hermes não estava no Forte na hora da distribuição, seu pedaço foi dado a Otávio Correia, um civil. “Os 18 do Forte” foi criação de “um poeta exaltado, cujo nome permanece em mistério, e um escritor de raça [Coelho Neto]”.

grandense (PRR) e a liderança de Antônio Augusto Borges de Medeiros; do outro, os maragatos, ligados à Aliança Libertadora, chefiados por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Os partidários do último não concordaram com o resultado da eleição que oportunizou a Borges o quinto mandato no Executivo estadual. Além da utilização de métodos violentos para arregimentar eleitores, prática feita pelos dois lados, a fraude teve lugar no pleito. A “bico de pena”, Borges levou a presidência do Estado. Getúlio Vargas e os outros membros da Comissão Eleitoral garantiram a porcentagem de votos necessária ao cacique republicano. Os maragatos sentiram-se esbulhados nas urnas e na moral. Não havia outro jeito: foram para a coxilha. A luta se arrastou por quase todo o 1923. A pacificação teve mediação dos representantes do governo federal e resultou no Pacto de Pedras Altas, que garantiu a permanência de Borges no poder, mas também acabou com a possibilidade de reeleição para o governo estadual.⁹

Naquele castelo construído em pleno pampa,¹⁰ a paz e dois destinos foram selados: o de Borges de Medeiros, que via a data de validade para o seu reinado até então imperturbável, e o de Getúlio, que seria o grande beneficiado pelo fim da era borgista. Anos mais tarde, Vargas escreveu em seu *Diário* (1995: 27): “Dizem que o destino é cego. Deve haver alguém que o guie pela mão”. Em 1923, a mão começou a guiar o destino de Getúlio.

Apesar de ser uma luta interna pelo poder, a Revolução de 1923 expôs algumas feridas do sistema político vigente no Brasil da República Velha. A fraude eleitoral e, na maioria das vezes, a violência, imperavam. As oposições dificilmente saíam vitoriosas de algum pleito. A mudança tinha mais possibilidades de se dar pelas armas do que pelas urnas.

E foi às armas que os militares voltaram em 1924, em outro 5 de julho, data escolhida como homenagem àqueles de 1922. Dessa vez, o cenário foi paulista. Comandado por Isidoro Dias Lopes, general reformado do Exército, e apoiado por boa parte da Força Pública estadual, incluindo aí seu chefe, Miguel Costa, um grupo de jovens militares tomou as principais guarnições de São Paulo. Carlos Campos, então presidente do Estado, fugiu da área central da capital e se estabeleceu em um vagão ferroviário de Guaiúna, deixando que os rebeldes

⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário político do Rio Grande do Sul: 1821-1937*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010, p. 175-176.

¹⁰ Referência ao castelo de Pedras Altas, propriedade de Joaquim Francisco de Assis Brasil, local onde foi assinado o tratado de paz.

controlassem a cidade. Como afirma Lira Neto, em *Getúlio (1882-1930)*: dos anos de formação à conquista do poder (2012: 220): “Em nome da legalidade, ordenou-se um alucinado bombardeio sobre São Paulo. [...] Quarteirões inteiros foram reduzidos a nuvens de pó e escombros. [...] Era impossível estimar o número de vítimas civis.” Cercados e sem poderio bélico para tentar a vitória, no final de julho, os rebeldes deixaram a capital. Eles viajaram até o Paraná, onde encontrariam, meses mais tarde, outros militares e revoltosos, esses, vindos do Sul.

Uma marcha mítica teria aí o seu início.

Em Santo Ângelo, na região missioneira do Rio Grande do Sul, o 1º Batalhão Ferroviário se levantou com a ajuda de forças irregulares vindas da serra. Um capitão chamado Luís Carlos Prestes estava à frente do movimento. Era 28 de outubro, mas o segundo 5 de julho produzia um eco distante no tempo e no espaço.

Em dezembro, Prestes e seus comandados deixaram o território gaúcho com o intuito de chegar ao Paraná e de se juntar àqueles vindos de São Paulo. No livro *A Coluna Prestes: análise e depoimentos*, Nelson Werneck Sodré (1968: 30) traz a informação de que, quando se reuniram na Foz do Iguaçu, em abril de 1925, a proposta de Prestes, de fazer a guerra de movimento, foi vencedora. Miguel Costa ficou com o comando de todas as tropas. Pouco tempo depois, Prestes se tornou chefe de Estado-Maior da coluna que ficaria conhecida pelo seu sobrenome.

A marcha da Coluna Prestes foi um fato militar e político extraordinário (SODRÉ, 1968: 35), que beira o irreal. Lendas e esperanças se acumulavam nas pegadas da Coluna. Os quase 25 mil quilômetros¹¹ percorridos sob ameaças de tropas regulares e irregulares, da fome e da falta de armamentos, ainda que vistos à distância, são marcantes. Quanto à política, a Coluna colocou no mapa um Brasil visceral, que não existia aos olhos dominadores, urbanos e litorâneos. Mesmo não encontrando, nas massas do interior, as adesões esperadas, a Coluna manteve a chama revolucionária acesa e muitos daqueles que chegaram ao poder em 1930 tiveram o caminho trilhado pelos passos da Coluna.

¹¹ Em 1926: a grande marcha, Hélio Silva (1965: 97-98) traz a discussão sobre os números. Miguel Costa se referia a 25.507,450 km, Prestes a 36.000 km e Moreira Lima, secretário da Coluna, a 24.947,505 km, p. 97-98.

Em 1927, a eleição para a presidência do Rio Grande do Sul teve um candidato solitário. Getúlio Vargas foi o contemplado de Borges para a sucessão. Ao redor da escolha, várias explicações pairavam:¹² a competência administrativa de Getúlio, seu jeito conciliador, sua relevância dentro do PRR e entre os outros membros da Geração de 1907, a boa aceitação e a confiança em seu nome por parte dos libertadores, o homem certo na hora certa, o favorecido pelas circunstâncias.¹³ O fato é que Vargas concorreu sozinho e chegou à vitória com facilidade. A solidão não era maior porque João Neves da Fontoura, seu companheiro de geração, fazia parte da chapa como vice-presidente.

O governo de Vargas no Rio Grande do Sul durou de 1928 a 1930 e foi fecundo em alguns pontos. Em relação à economia, foi criado, em junho de 1928, o Banco do Rio Grande. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, no livro *RS: a economia e o poder nos anos 30* (1980: 26), o Banco do Rio Grande era “um estabelecimento de crédito destinado a conceder empréstimos a juro baixo e prazo longo ao setor agropecuário do Estado”. Quanto à política, Vargas acenou para a oposição com bandeira branca. Os candidatos que não pertenciam à situação tiveram suas vitórias reconhecidas em muitos casos embora ainda existissem fraudes e episódios violentos. Também no âmbito político, em julho de 1929, realizou-se o Congresso das Municipalidades,¹⁴ que reuniu representantes da situação e da oposição. As feridas antigas e os ressentimentos não gritaram mais alto e o encontro ocorreu com tranquilidade. Novos ventos sopravam no Estado. A união era necessária. As facções partidárias estavam de olho em algo maior. Desenhava-se a Frente Única Gaúcha.

Para o ano de 1930, eleições para a presidência do Brasil estavam marcadas. De acordo com a alternância da política do café com leite, um mineiro

¹² A escolha do nome de Vargas para a sucessão de Borges pode ser confirmada nas seguintes fontes: ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 75. FAUSTO, Boris. *Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras 2006, p. 33. SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre: L&PM, 2004, p. 38.

¹³ Luciano Abreu (1995: 75) também se refere à ausência de Vargas do Clube dos Caçadores, famoso cabaré de Porto Alegre nos anos de 1920 e 1930. Na época da sucessão, comentou-se que a escolha de Borges, homem austero, recaiu sobre Vargas porque este não era frequentador do local.

¹⁴ Segundo Abreu (1995: 88), o Congresso das Municipalidades foi “um grande evento político que se realizou no Rio Grande do Sul. Intendentes de quase todos os municípios gaúchos, governistas ou oposicionistas, acorreram a Porto Alegre para discutir questões de interesse geral para o desenvolvimento e progresso do Estado”.

deveria suceder a Washington Luís, que, embora fosse carioca, representava, politicamente, São Paulo. Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, achava que era a sua vez. Porém, Washington Luís quebrou o acordo e apontou o nome de Júlio Prestes, de São Paulo. Era preciso que a política de proteção ao café tivesse continuidade e um paulista abençoado por Washington levaria o compromisso mais à risca. Essa escolha fez com que os mineiros buscassem outro candidato: a brecha aparecia para os gaúchos. O Rio Grande do Sul era a terceira força política, um nome dos seus teria a oportunidade de chegar ao Catete, poderia ser a vez do Rio Grande. Foi nessa chance que João Neves, atuando na Câmara Federal, se agarrou. Quando os mineiros acenaram-lhe com a possibilidade de uma chapa encabeçada por um gaúcho, começaram os caminhos que dariam na formação da Aliança Liberal. O nome que logo surgiu foi o de Getúlio Vargas. Além de sua deputação federal, ele fora ministro da Fazenda de Washington Luís e já gozava de certa fama de “pacificador”.

Vargas nunca tinha sido candidato pela oposição. Não acreditava na vitória pelas urnas, mas, mesmo assim, fazia seu caminho, pedia o apoio de Assis Brasil e dos libertadores, tentava garantir os votos do seu Estado. Até quando pôde, lutou por uma indicação oficial, mas ela não veio. Washington Luís permaneceu com Júlio Prestes e conseguiu a adesão da maioria dos Estados para ele. Os dissidentes eram Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que havia negado apoio a Júlio Prestes. Juntos, formaram a Aliança Liberal, encabeçada por Vargas e completada por João Pessoa. Na sua plataforma de campanha, divulgada no Rio de Janeiro pelos candidatos, a Aliança prometia: as reformas eleitoral e judiciária, incluindo aí o voto secreto, o desenvolvimento do Nordeste, uma política de proteção ao café mais eficaz, o fim da censura e do estado de sítio, a anistia.

Como Getúlio suspeitava, a vitória ficou com Júlio Prestes, o candidato situacionista. Nas eleições de 1º de março de 1930, enquanto Vargas fez 737 mil votos, Prestes conseguiu 1,1 milhão. Os números eram significativos para um pleito da República Velha. A participação dos eleitores foi grande, assim como a fraude, que correu dos dois lados. Os derrotados sentiam a falcatrua com mais intensidade. A revolução era a solução.

A conspiração se intensificou. Por todo o Brasil se cochichava sobre a revolução. Quando sairia? Ninguém sabia. Oswaldo Aranha era o principal

articulador do movimento. Num momento, lutava contra a cautela de Vargas e Borges, em outro, com o receio dos mineiros. Também encomendava armas do exterior. Tratava com os tenentes. O destino da nação era discutido. A demora fazia com que os ânimos baixassem. Em julho, as combinações continuavam, mas nada tinha data certa. Foi João Pessoa quem acelerou os passos da revolução, ou melhor, seu cadáver. No final do mês, em viagem ao Recife, foi assassinado por um desafeto da Paraíba. O fato teve proporções gigantescas. A comoção e a revolução se uniram além da rima. Um hino ao morto foi composto. Seu caixão transformou-se no grande palanque da revolução. João Pessoa tinha de ser vingado. A pena que escreveria o destino do Brasil precisava ser molhada no sangue. Ao Rio Grande, era imposta a condição de ficar em pé, pelo País. As tramas se enredaram ainda mais. A eclosão seria para setembro. Não deu, foi adiada.

Os caminhos e os descaminhos chegaram no 3 de outubro. A República Velha ganhava seu adjetivo. As águas da Revolução se espalhavam pela sexta-feira. Depois das 17h30min, os episódios seriam história, literatura.

1.2 OUTUBRO DE 1980

Porto Alegre, 3 de outubro de 1980, final da tarde.

Outras águas, a mesma revolução.

De diversos lugares, afluíram nomes para falar daquele 3 de outubro ocorrido há cinquenta anos. No Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Earle Diniz Macarthy Moreira, então reitor da Universidade, declarou aberto o Simpósio sobre a Revolução de 30. Entre os dois 3 de outubro havia meio século e “meia hora de diferença” (SR: 21).¹⁵

Na "Apresentação" do livro que reúne as conferências e painéis constantes no Simpósio, há informações relevantes sobre quem participou do evento – “ilustres coetâneos desse acontecimento, bem como de estudiosos, em sua maioria professores universitários, que se encarregaram de diversos temas de candente interesse” (SR: 7); o que se desenvolveu ao longo dos dias 3 a 10 de

¹⁵ O Simpósio foi instalado às 17h e a revolução eclodiu, em quase todo o Brasil, às 17h30. A partir de agora, as referências à obra *Simpósio sobre a Revolução de 30*, de 1983, serão feitas no corpo do texto, entre parênteses, com a sigla SR e o número da página.

outubro de 1980 – “conferências, painéis e sessões de depoimentos orais, atos esses que estiveram abertos ao debate, realizou-se uma exposição de documentos e houve o lançamento da obra *Revolução de 1930: partidos e imprensa partidário no Rio Grande do Sul*” (SR: 7); qual foi seu objetivo – “assegurar-lhe cunho eminentemente universitário mas dando oportunidade a que muitos, contemporâneos ou partícipes daqueles acontecimentos, na ocasião pudessem prestar amplos esclarecimentos, de forma oral ou escrita, acerca de motivações, episódios e figuras ligadas ao ciclo de Vargas” (SR: 7) .

Já em "A nova conspiração de 30", texto que sucede a "Apresentação" e tem assinatura de Héglio Trindade, toma-se conhecimento de que o evento teve ligação com a criação, em 1979, do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, NUPERGS. Trindade também mencionou a Comissão Organizadora Central, responsável pelos preparos do Simpósio, e de seus membros: Moysés Vellinho (presidente), advogado e escritor, Guilhermino César (vice-presidente), professor e historiador, Pery Pinto Dias, economista e professor, Helga Picollo, historiadora e professora, e Héglio Trindade, cientista político e professor.

Trindade ainda se referiu à estrutura do Simpósio, aos participantes de cada um dos seus eixos:

[...] estabelecida a partir de um duplo eixo complementar: de um lado, uma sequência de painéis, reunindo, numa perspectiva interdisciplinar, os melhores especialistas (cientistas políticos, sociólogos, historiadores e economistas) no estudo do ‘ciclo de 30’; de outro, uma série de sessões de depoimentos congregando também os testemunhos dos atores do evento (revolucionários, políticos, jornalistas, etc.). (SR: 8)

e à “conspiração” acadêmica que levou ao 3 de outubro de 1980:

Após uma intensa articulação de vários meses, buscando convocar os participantes de diversos Estados brasileiros e também do exterior, a Comissão encerra o seu trabalho. Chega a hora de passar à ação... e, no momento em que o novo Reitor Earle Macarthy Moreira pronunciou a frase-código: ‘Declaro aberto o Simpósio sobre a Revolução de 30’, às 17 horas do dia 3 de outubro de 1980, marcou-se o fim da fase conspiratorial. A partir daí, tudo se desenvolveria conforme os planos estabelecidos... Fora também assim, cinquenta anos antes, em Porto Alegre, num fim de tarde. (SR: 8-9)

Após o discurso de abertura de Moreira, estava estabelecida, conforme os planos referidos por Trindade, a fala do presidente da Comissão Organizadora

Central. O escritor Moysés Vellinho havia falecido em junho de 1980, por isso, a palavra foi concedida a Guilhermino César, que exaltou não só a participação de Vellinho nos preparativos do Simpósio como também nos eventos de 1930.

Na sequência da programação, veio a conferência de abertura, intitulada “O Rio Grande do Sul e a Revolução de 1930”, exposta por Barbosa Lima Sobrinho, historiador e ocupante da cadeira 6 da Academia Brasileira de Letras.

Barbosa Lima dividiu sua palestra em sete partes. Na primeira delas, evocou os acontecimentos do 3 de outubro de 1930, o pronunciamento que Vargas ofereceu ao *Correio do Povo*, no mesmo dia, se despedindo da campanha eleitoral num tom que, nem de longe, se mostrava guerreiro, ao contrário, “mais parecia de conformidade e de resignação” e o clima de tranquilidade que exalavam as autoridades federais (SR: 20). Além das evocações, Barbosa Lima citou a união dos gaúchos nos momentos de 1930, o fato de o prestígio do Estado estar em xeque e “a vez do Rio Grande do Sul” (SR: 28).

Na segunda parte, Barbosa Lima abordou a brasilidade do Rio Grande do Sul, que se tornou um tema “vital”. A tal brasilidade estava em questão e era contestada “por alguns dos nomes dos mais eminentes da cultura nacional” (SR: 28) – Capistrano de Abreu era um deles.

Na terceira, contemplou as diferenças do Rio Grande do Sul com outras regiões do Brasil. Para isso, lançou mão das observações de Saint-Hilaire sobre as pessoas e os hábitos gaúchos, e das afirmações de João Ribeiro, que via o Brasil como um “vastíssimo arquipélago de ilhas humanas” (SR: 33).

Na seguinte, foi traçado o papel do Rio Grande do Sul como região fronteiriça, que avançava ou recuava conforme os núcleos de povoamento. O historiador também citou expressões como “fronteira movediça”, de José Honório Rodrigues, e “terra de ninguém”, de Moysés Vellinho. Barbosa Lima ainda acentuou que o contraste da região em relação aos seus vizinhos estava presente, vivo e atuante (SR: 35).

Na quinta parte, o conferencista abordou a Guerra dos Farrapos e a acusação de separatismo dirigida ao Rio Grande do Sul, afirmando que todas as revoluções que se fizeram contra o poder imperial foram separatistas e que também o foram todas as revoluções derrotadas. Abandonando as generalizações, Barbosa Lima apontou que a Guerra dos Farrapos não teve cunho separatista por ter acabado, justamente, quando seus líderes verificaram

que estavam “servindo de apoio aos planos de Juan Manoel Rosas, que visavam à divisão do Brasil” (SR: 36).

Na sexta (SR: 37-39), o palestrante tratou das aspirações do Rio Grande do Sul: primeiro, demonstrar que era tão brasileira quanto qualquer outra região; segundo, mostrar suas habilidades para os postos de comando. Conforme Barbosa Lima, o Rio Grande do Sul, ao contrário de outros Estados, não se conformava com o monopólio presidencial de Minas Gerais e São Paulo. Exemplos históricos foram revistos: Júlio de Castilhos e seu isolamento estadual para não concorrer à presidência; o veto à candidatura de Pinheiro Machado na sucessão de Hermes da Fonseca; a derrota da Reação Republicana de 1922.

Na última parte (SR: 39-43), trouxe a vez do Rio Grande do Sul. A formação da Aliança Liberal e alguns passos do “hábil” João Neves foram apontados, assim como os de Getúlio, que, embora não acreditasse em uma vitória contra o governo, buscou construir seu caminho, ou “pacificando” o Estado, “unindo” inimigos ou jogando com Washington Luís e Antônio Carlos por uma candidatura oficial. Quanto à Revolução de 1930, Barbosa Lima citou a importância do sentimento regionalista no jogo do poder, a teimosia de Washington Luís em manter como candidato oficial Júlio Prestes, a crise econômica, a cisão dos grupos dominantes por motivos políticos, a união e a ação do povo rio-grandense no apoio a Vargas. Para terminar, referiu-se à Revolução como episódio que integrou, de fato, o Rio Grande do Sul à pátria brasileira. Se, antes, o Estado tinha a missão histórica de conquistar e defender a fronteira do País, coisa que fez com “vigor”, “alegria”, “entusiasmo” e “sacrifício”, no pós-Revolução lhe cabia o papel de vanguarda da nação.

A palestra de Barbosa Lima mostrou um historiador com vasta bagagem de conhecimento, mas também deixou clara sua habilidade política. Convidado para pronunciar a conferência de abertura em um simpósio sobre a Revolução de 1930, na capital do Rio Grande do Sul, para uma plateia, provavelmente, constituída, na sua maioria, por gaúchos, Barbosa Lima não pretendeu tomar outro lado senão o do Estado que o recebia. Seu discurso circular, que começou com a eclosão da Revolução e voltou a ela no final, apresentou, no seu meio, o percurso histórico e político do Rio Grande do Sul. Em certa medida, a construção desse caminho serviu para justificar o evento de 1930, para inserir o Estado no contexto da brasilidade, para assinalar o inconformismo gaúcho em relação às

classes políticas que dirigiam o País e, acima de tudo, para exaltar o papel de liderança que lhe era destinado.

Após a fala hábil de Barbosa Lima, dois eventos estavam relacionados no programa do Simpósio: a Exposição de Documentos Históricos e o lançamento do livro *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*.

A exposição teve organização de Helga Piccolo, professora da UFRGS, e contemplou os anos que vão de 1922 a 1937. O período foi escolhido por apresentar, no início, as primeiras articulações oposicionistas para a candidatura de Assis Brasil à presidência do Rio Grande do Sul e, no final, o golpe do Estado Novo. Os documentos expostos, que privilegiaram o aspecto político, faziam parte dos acervos de Assis Brasil, Flores da Cunha e Raul Pilla, estando os três sob os cuidados do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (NUPERGS).

Segundo palavras da organizadora, quanto à sua estrutura:

- A exposição procurou acompanhar a evolução do processo político sul-rio-grandense dentro da conjuntura regional e nacional:
- a articulação da candidatura de Assis Brasil e a propaganda eleitoral em 1922, tanto do lado *maragato* como do lado *chimango*;
 - as eleições de 1922, destacando o processo de impugnação movido por Assis Brasil contra a posse de Borges de Medeiros;
 - a Revolução de 1923, o Pacto de Pedras Altas e a Aliança Libertadora de 1925;
 - os vínculos oposicionistas com a Coluna Prestes;
 - a fundação do Partido Libertador;
 - a Aliança Liberal e as eleições de 1930; as repercussões da candidatura Getúlio Vargas/João Pessoa e da vitória da Revolução de 30;
 - o pós-1930: as relações governo central/RS;
 - a Frente Única Gaúcha, o Partido Republicano Liberal e a Revolução Paulista de 1932;
 - a reconstitucionalização em 1934;
 - o período 1935 a 1936 no Rio Grande do Sul: o *modus vivendi*;
 - o golpe de 10 de novembro de 1937. (SR: 46-47)

O lançamento de *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)* também teve ligação com o NUPERGS, como Guilhermino Cesar deixa evidente na apresentação do livro feita para os participantes do Simpósio. Quando Hélgio Trindade, o organizador da obra, assumiu a palavra, conheceu-se a preocupação central do livro – “[...] a de entender, através da ótica partidária, a lógica do jogo político regional e suas articulações com o poder nacional

emergente no período republicano, seja pela trama política de seus líderes, seja pela versão divulgada pela imprensa partidária” (SR: 53). Trindade explanou o desdobramento das três partes que compõem o livro: a primeira se refere aos processos político-partidários de 1928 a 1937; a segunda à imprensa partidária desenvolvida no mesmo período; a terceira à cronologia da política gaúcha de 1929 a 1937, às informações sobre as classes dirigentes do Estado (presidentes, interventores, secretários, deputados e senadores) e às indicações bibliográficas sobre a Revolução de 1930.

Tanto a exposição como o lançamento do livro não serviram apenas para deixar o Simpósio e os contornos de 1930 mais vivos. Parecia haver uma ideia subjacente aos dois eventos: divulgar e apontar as possibilidades de pesquisa que o recém-criado NUPERGS oportunizava.

Apesar de não ser a atração do 3 de outubro, o americano Joseph Love¹⁶ teve destaque no Simpósio. Para a manhã do dia seguinte, um sábado, somente sua conferência intitulada “A Revolução de 30 e o regionalismo” estava marcada. Após a breve apresentação que Héglio Trindade fez de Love, teve início a palestra.

O discurso de Love foi dividido em cinco momentos. No primeiro, o professor afirmou que o Rio Grande do Sul era uma anomalia política e econômica na República Velha e que o Estado não desempenhava o papel de dominante nem o de satélite. No segundo, desenvolveu a afirmação feita anteriormente. Segundo Love, a economia rio-grandense, ao contrário da paulista, orientava-se, essencialmente, para o mercado brasileiro e havia indícios, no final da República Velha, de que o Rio Grande do Sul poderia ocupar o lugar de Minas Gerais no tocante à produção e à arrecadação. Essa última teria sido a grande responsável pelo aumento da importância do Estado na década de 1920. Quanto à atuação política do Rio Grande, Love disse que o PRR se encontrava de fora da política do “café com leite”, mas, “diferentemente dos partidos dos Estados satélites, não era forçado a acatar decisões mineiro-paulistas” (SR, p. 61). Além disso, havia bom entendimento entre o Estado e as forças armadas, ou pelo histórico entre ambos ou pela ideologia que marcava o PRR, que se diferenciava

¹⁶ Joseph Love, historiador, é autor das obras *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*, 1975, e *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira*, 1982. Outras informações sobre Love podem ser vistas neste site: <http://www.history.illinois.edu/people/j-love2>. Visitado em 10/04/ 2013.

dos partidos de Minas Gerais e de São Paulo justamente por estes não serem ideológicos. As boas relações com o Exército continuaram por quase todo o período da República Velha, mas o Estado continuou isolado politicamente desde Castilhos, pois “os rio-grandenses não forneceram ministros de 1894 a 1910” (SR, 61-62).

Mesmo com o isolamento, o Rio Grande tentou aproveitar as brechas da política do café com leite – 1910, 1922, 1930. Na primeira delas, saiu vencedor Hermes da Fonseca, na segunda, a Reação Republicana perde, na terceira, a vitória veio pelas armas. Tratando das brechas, Love resgatou o nome de Pinheiro Machado que, se não lançou mão do poder, “fez do Rio Grande um Estado *grande*” (SR: 62). A ascensão da Geração de 1907 e a escolha de Getúlio Vargas para a sucessão de Borges também foram apontadas e ligadas a comentários sobre o governo estadual de Vargas, que apresentou medidas políticas e econômicas frutíferas além de dar um respiro aos libertadores.

No terceiro momento, Love enveredou pelos caminhos do pleito de 1930, citando os já conhecidos episódios dos desentendimentos entre Antônio Carlos e Washington Luís, da chance do Rio Grande vislumbrada por João Neves, da cautela de Borges e Vargas, do fechamento da Aliança Liberal, das estratégias de Vargas. O historiador ainda destacou o modo inovador de a Aliança Liberal divulgar sua plataforma de campanha, as expectativas de voto da coligação, o racha mineiro, que tirou eleitores da Aliança, a situação econômica na qual o País estava submerso e as políticas financeiras de Washington Luís.

O quarto momento envolveu a conspiração. Apareceram referências à cautela de Borges e Vargas, à adesão dos tenentes, aos contatos frustrados com Luís Carlos Prestes, à degola dos mineiros e paraibanos, ao assassinato de João Pessoa, às conseqüentes valorização e exploração do morto, aos adiamentos, ao jogo de empurra sobre as decisões do movimento. A eclosão da Revolução veio no último momento, que abrangeu a tomada do poder, a posse de Vargas com poderes ditatoriais. As principais ideias dessa última parte se referem ao ataque ao federalismo e à política do café com leite, à vitória militar das forças estaduais e rebeldes sobre as forças legalistas e ao que representou a Revolução de 1930 – “mais do que a queda de um governo, foi o fim de um sistema político” (SR: 81).

No dia 10 de outubro de 1980, aconteceu o último painel do Simpósio sobre a Revolução de 30 – O processo de 30 e suas conseqüências. Earle

Macharty Moreira foi quem presidiu a sessão e foi sua responsabilidade apresentar o coordenador do painel, Raymundo Faoro, historiador e professor.

Antes de conceder a palavra aos membros da mesa, Faoro afirmou que o Simpósio não tinha o intuito de oferecer certezas ou conclusões sobre a Revolução de 1930. Aproveitando essa afirmação, questionou o uso do termo “revolução”, dado aos acontecimentos de 1930, mas também reconheceu que “o Brasil moderno, com seus desvios e nos seus desvarios, não se entende sem Trinta, base da modernização do país” (SR: 88).

Claúdio Accurso, economista e professor, seguiu Faoro e desenvolveu seu discurso calcado nos aspectos econômicos que envolveram a Revolução. O problema do café, de sua política de valorização, e da crise de 1929 foram citados. Conforme Accurso, “a revolução de 30, ou, possivelmente, uma grande alteração no quadro social brasileiro, se daria de qualquer modo” (SR: 91). Pelas políticas econômicas brasileiras, o País logo entraria num impasse econômico, havendo crise em 1929 ou não. Para ele, o Brasil precisava crescer e a política de valorização do café impedia isso, pois gerava um processo inflacionário cada vez mais forte. A nação precisava buscar uma alternativa, um novo quadro econômico e isso veio com o aquecimento do mercado interno.

Quando Francisco Weffort, cientista político e professor, tomou a palavra, abordou o aspecto político da Revolução. Weffort indagou até que ponto a Revolução representou uma ruptura ou uma continuidade no processo histórico político brasileiro. Num segundo momento, ele disse que 1930 significou, do ponto de vista político, uma “promessa de democracia” (SR: 95) que ainda não havia sido cumprida pela história brasileira. Weffort também questionou o uso do termo “revolução”, mas admitiu que, “no plano político, 1930 significa uma data que separa duas épocas” (SR: 97), pois aí houve a ruptura de um quadro estável que durou quatro décadas. A consequência dessa ruptura foi a “retomada do processo de centralização do poder do Estado na sociedade brasileira” (SR: 98).

Leôncio Rodrigues, sociólogo e professor, seguiu o painel ao tratar do aspecto social da Revolução. Sua palestra girou em torno da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da implantação do sistema corporativo, que promovia a manutenção dos interesses do governo e das classes e facções que controlavam o poder. As relações sindicais também foram apontadas assim como a exclusão dos trabalhadores rurais na primeira promulgação da CLT. Fato importante

referido por Rodrigues foi o de que o modelo das relações de trabalho continuava sendo, em 1980, o mesmo criado em 1930 e reafirmado em 1943.

Antonio Candido, sociólogo e professor, abordou as consequências do processo de 1930 quanto aos aspectos culturais. Logo de início, classificou 1930 como um eixo e um catalisador: “um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova” (SR: 108). Partindo daí, Candido se referiu às mudanças no ensino, à criação do Ministério de Educação e Saúde, à vida artística e literária, aos estudos históricos e sociais, à difusão do livro e do rádio, às relações do intelectual/artista com a sociedade, à forte marca ideológica dos intelectuais, que tomaram consciência do seu papel nos anos 1930, reconhecendo que esses anos “foram de compromisso político, religioso e social no campo da cultura” (SR: 109). A grande ideia de Antonio Candido se deu quando ele afirmou que, nos anos 1930, o que sucedeu ao movimento revolucionário foi um “interesse pelas coisas brasileiras” (SR: 123).

Ao final deste painel, foi encerrado o Simpósio sobre a Revolução de 30. Homero Jobim, presidente do evento, disse que os propósitos e objetivos foram cumpridos. Early Macharty reiterou os agradecimentos e passou a palavra ao então governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza, que disse ter autorizado o Instituto Estadual do Livro a publicação dos anais do Simpósio. Também se referiu à compra, pelo Banco do Estado Rio Grande do Sul, do prédio do Hotel Majestic, que tinha ligação com a Revolução de 1930 e, por esse e outros motivos, se tornava patrimônio cultural do Estado.

Além do painel de encerramento, outros oito fizeram parte do Simpósio sobre a Revolução de 1930. Foram eles: O processo revolucionário e a região do Prata, Letras e artes na década de 30, Cultura e educação nos anos 30, Legislação trabalhista, empresariado e sindicalismo no pós-30, Estado e economia nos anos 30, A Revolução de 30 e o problema regional, A Revolução de 30, os intelectuais e as ideologias, Partidos e movimentos políticos no ciclo de 30.

No primeiro deles, um dos debatedores foi Cyro Martins. O psicanalista e escritor afirmou que não pretendia abordar o tema da Revolução e o Prata. Ele achava que seria mais interessante levar seu “depoimento de testemunha ocular da história”, (SR: 135). Para tal, leu uma pequena crônica sobre o 3 de outubro de

1930. O título do texto é "3 de outubro"¹⁷ e traz as memórias de Cyro sobre a data, os dias seguintes, a atuação de seu amigo Waldemar Ripoll, os caminhos que levaram àquele dia, as olhadas saídas de um "vão de porta, a quatro quadras do Quartel-General do Exército e do Quartel-General da Brigada Militar" (SR: 140), o telegrama entregue a Oswaldo Aranha, o alistamento voluntário ao fardamento verde-oliva, a viagem à Santa Catarina "nuns ônibus caindo aos pedaços, peludeando" (SR: 142). No meio de suas memórias históricas, Cyro também tece a ficção e faz isso através das personagens. Dona Candoquinha, por exemplo, correu risco de vida ante a notícia da Revolução – Antonio, seu marido, meia hora antes do levante, não havia chegado em casa. Outro personagem, Seu Leandro Menezes, comerciante abastado, devia favores a Getúlio, quando se aprumou deu dinheiro "para as viagens dos conspiradores". Apesar de a Revolução bater à porta, ele tinha de ter prudência, afinal, era homem de negócios. O texto literário apresentado por Cyro Martins no Simpósio é um indício marcante de que as relações entre literatura e história são mais que possíveis e são mais possíveis ainda na obra do autor.¹⁸

O livro objeto deste estudo costura figuras e fatos históricos com personagens e situações literárias. *Gaúchos no obelisco* já invoca, no título, um dos episódios mais marcantes da história brasileira. Em 1930, os gaúchos prometeram apejar Washington Luís do poder e amarrar seus cavalos no Obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. As duas promessas foram cumpridas.

Cyro Martins não se detém no evento, mas conta os caminhos que levaram à Revolução e estende-os, entra no período de sete anos nos quais o governo do Rio Grande do Sul ficou nas mãos de Flores da Cunha e mostra o desgaste das relações entre antigos companheiros, Vargas e Flores.

Além dos componentes históricos, as páginas de *Gaúchos no obelisco* trazem Joãozinho, uma personagem complexa. Em *Para início de conversa*, obra que resultou dos diálogos entre Abrão Slavutzky e Cyro Martins, o último afirma (1990: 16) que Joãozinho é uma das suas personagens típicas, ou seja:

¹⁷ O texto foi publicado, no mesmo ano, no livro de contos *A dama do saladeiro*.

¹⁸ O entrelaçamento da literatura e da história pode ser visto em outras produções do autor: em *A dama do saladeiro*, o conto que segue "3 de outubro" se intitula "A República Nova", referência clara ao regime governamental dominado por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930; no livro *O professor*, 1988, Cyro coloca em cena Lúcio Caravaca, personagem que é arregimentada pelas forças legalistas na Revolução de 1923; em *Sombras na correnteza*, 1979, a Revolução de 1923 também entra em cena e figuras históricas e literárias dividem o mesmo espaço.

[...] condensa as características temperamentais dos habitantes duma determinada região ou de um setor populacional duma cidade ou é um indivíduo excêntrico ou alguém que parece haver incorporado as mais dispersas extravagâncias humanas, não todas, naturalmente, mas o suficiente para impor aos demais o seu feitio próprio.

Joãozinho é um homem da campanha como qualquer outro, mas a Revolução de 1930 modifica os rumos da sua vida. Ele se transforma com o correr do tempo e da narrativa. Conforme sobe de posição na escala social, seu nome muda: sai do Joãozinho, passa por João Silveira e Tenente João e chega a Doutor João. Até mesmo as denominações de Joãozinho são significativas do momento histórico no qual, através da literatura, ele está inserido.

Gaúchos no obelisco constitui, assim, uma experiência narrativa em que o discurso histórico e o literário estão entretecidos, e colaboram para registrar um episódio marcante da vida do Rio Grande.

2 COMO A HISTÓRIA CONSTRÓI O OBELISCO

Na orelha de *Gaúchos no obelisco*, os editores deixaram registrada a seguinte observação: “Este romance tem como pontos de referência histórico-geográficos o período da vida nacional que vai de 1929 a fins de 1937 e o ambiente político-social então dominante no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro”.

Essa frase é significativa para a apresentação da obra. Trata-se de uma peça literária, um romance, segundo os editores, mas com “pontos de referência histórico-geográficos”, que delimitam seu período de ocorrência, seus episódios e seus locais. De fato, o período da vida nacional citado pelos editores, 1929-1937, teve grande relevância para a história do Brasil – duas eleições, duas revoluções e um golpe de Estado. Os espaços geográficos, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, são importantes política e ficcionalmente. O Obelisco onde os gaúchos amarraram seus cavalos em 1930 fica no Rio de Janeiro, então capital federal – entre esses gaúchos, quem organizou a laçada do Obelisco foi Joãozinho Silveira, personagem existente apenas no universo de *GO*.¹⁹ No Rio Grande Sul, o mesmo Joãozinho viu a campanha da Aliança Liberal, participou da Revolução de 1930 e virou palaciano no governo do General José Antônio Flores da Cunha.

As referências históricas e geográficas aludidas pelos editores oferecem ao leitor de *GO* uma trilha bastante clara: o livro tem forte ligação com o real e é costurado com eventos históricos. Já a capa, elaborada sobre a conhecida fotografia dos gaúchos amarrando seus cavalos no Obelisco, e o título apontariam para esse caminho.²⁰

Em *Para início de conversa*, Cyro Martins (1990: 58) afirma que foi “testemunha ocular da história”. A frase se refere à Revolução de 1923, mas também serve para a de 1930. O autor morava em Porto Alegre nos conturbados dias daquele ano e viu “de um vão de porta” (*SR*: 140) da Rua da Praia a tomada do Quartel General da 3ª Região Militar. Esse mesmo QG é o lugar mais decisivo da narrativa de *GO* – supera, até mesmo, o Obelisco do título. No QG, iniciaram-se a Revolução de 1930 e a nova vida de Joãozinho.

¹⁹ Para este trabalho, o texto base é: MARTINS, Cyro. *Gaúchos no obelisco*. Porto Alegre: Movimento, 1992. Doravante, as indicações a esta obra serão feitas através da abreviatura *GO*. Quando for necessário, a página será indicada depois da abreviatura.

²⁰ Ver imagens dos Anexo A e B.

Tal como havia, na realidade, um Obelisco na Avenida Rio Branco, também havia um QG do Exército na Rua da Praia. Só não havia Joãozinho. Ainda assim, ele andou pela Rua da Praia e chegou ao Obelisco. Mesmo sendo uma personagem literária, Joãozinho se ligou ao real e tocou a história. Isso foi possível graças às veredas de *GO*, nas quais literatura e história se misturam, se afastam e chegam perto.

Sandra Jatahy Pesavento, em *História & literatura: uma velha-nova história*, partindo da ideia do real, propõe uma interessante aproximação entre as duas áreas:

É preciso ter em conta, contudo, que os discursos literário e histórico são formas diferentes de dizer o real. Ambos são representações construídas sobre o mundo e que traduzem, ambos, sentidos e significados inscritos no tempo. Entretanto, as narrativas histórica e literária guardam com a realidade distintos níveis de aproximação. (PESAVENTO, 2013: 7)

Da citação de Pesavento, pode ser retirada a seguinte ideia: por literatura e história serem formas diferentes de dizer o real, elas guardam, com a realidade, distintos níveis de aproximação. A literatura não é passível de verificabilidade, suas informações não precisam ser conferidas. Elas se encontram dentro do universo fictício e, fazendo sentido dentro dele, sendo coerentes e verossímeis, são aceitas sem problemas.

Já na história, isso ocorre de forma diferente. Devido ao seu caráter científico e objetivo, ela precisa de referenciais que a liguem ao real, que comprovem suas informações. Na história, existe a submissão ao que Luiz Costa Lima (1989: 104), em *A aguarrás do tempo*, chama de “protocolo da verdade” – a possibilidade de comprovação e legitimação de seus dados.

Porém, quando a literatura e a história se juntam em uma mesma obra, como é o caso de *GO*, um problema se cria. Transfere-se a verificabilidade da história para dentro da literatura ou tornam-se literários os dados históricos, deixando-os, assim, livres de comprovação?

Em *A lógica da criação literária*, Käte Hamburger toma uma posição. Para essa teórica (1975: 78), “assim que o tempo e o lugar se refiram a pessoas fictícias, isto é, representem um ambiente fictício, perdem a sua ‘realidade’”. A afirmação da autora permite o entendimento de que, uma vez dentro da ficção,

tanto as datas históricas quanto os locais reconhecíveis seriam afastados da realidade, tornando-se, dessa maneira, apenas fictícios.

É preciso refletir a respeito das considerações de Käte Hamburger e trazê-las o mais perto possível para o universo de *GO*. Como os personagens fictícios Coronel Geminiano e Joãozinho, a localização e a datação aparecem logo nas primeiras páginas do livro – campanha gaúcha, 1929.

O espaço já apresenta suas peculiaridades: tem vegetação e paisagem ímpar; situa-se na fronteira do Brasil com o Uruguai, está à mercê das idas e vindas proporcionadas por essa condição; a economia é baseada na criação extensiva do gado *vacum*, que, antes de ser sacrificado e transformado em charque, cresce espalhado pelos grandes latifúndios, por sua vez, concentrados nas mãos de poucos proprietários, donos de força política e, de certo modo, militar – lembre-se de Geminiano, de seu título de coronel e de sua estância.

O ano de 1929 foi marcado, no cenário mundial, pelo *crack* da bolsa de valores de Nova York, em 24 de outubro. Essa quebra afetou a economia de muitos países, inclusive a do Brasil, que viu o preço de seu principal produto, o café, despencar no mercado internacional. Como a política do café com leite, então vigente na presidência da República e dominada por paulistas e mineiros, se notabilizava pela proteção e valorização do café, sacrificando, assim, o restante do sistema financeiro e produtivo brasileiro, outros setores, como o dos criadores e charqueadores, sentiram-se prejudicados. Uniu-se ao fator econômico o político. Diante da crise, era fundamental, principalmente para os interesses paulistas, que a política de valorização do café continuasse. Isso levou ao rompimento de São Paulo e Minas Gerais, à brecha para a candidatura de Getúlio Vargas, homem ao redor do qual confluíram os interesses políticos e financeiros das duas facções gaúchas historicamente rivais – Joãozinho desenvolve o papel de intermediário entre essas duas facções em determinado distrito de um município da campanha.

Tratando brevemente da localização e da datação presentes nas primeiras páginas de *GO*, já se vê que a bagagem carregada pelo lugar e pelo tempo não pode ser descartada. Ficcionalizá-las, no sentido proposto por Hamburger, é inviável dentro do universo de *GO*, e talvez, dentro de outros universos que amarrem história e literatura. Neles, uma informação prévia estará imbricada em

outra, uma sequência de referências se desenvolverá e essa sequência auxiliará na compreensão do texto.

O peso da informação prévia também se faz sentir quanto às figuras históricas. Hamburger, porém, na mesma linha de raciocínio exposta anteriormente, quando se refere a elas, propõe sua ficcionalização. O exemplo utilizado pela autora é Napoleão Bonaparte:

Como assunto de uma obra histórica, Napoleão é descrito como um objeto, sobre o qual algo é afirmado. Como objeto de um romance histórico, Napoleão transforma-se num Napoleão fictício. E isso não porque o romance histórico possa desviar da veracidade histórica. Também os romances históricos, que se mantêm fiéis à veracidade histórica, transformam a personalidade histórica em uma figura não-histórica, fictícia, e a transpõem de um sistema de realidade possível para um sistema de ficção. (HAMBURGER, 1975: 79)

É interessante observar, nas palavras de Hamburger, que, até mesmo no romance histórico, as figuras reconhecidas se transformam em não-históricas, fictícias. Existe alguma possibilidade de despir Napoleão da aura de Napoleão, de encará-lo, num texto literário, com neutralidade, sem as referências que fazem dele Napoleão? Pouco provável. Pensando logicamente, chega-se à conclusão de que, se Napoleão não tivesse o peso de Napoleão, ele não entraria em um texto literário como Napoleão, mas como outra personagem qualquer. Na literatura, Napoleão pode ser fictício e histórico.

Em algumas páginas de seu livro *Introdução ao romance histórico*, Alcmeno Bastos toca na questão da neutralidade diante dos nomes conhecidos ou não. Veja-se o que ele afirma sobre as personagens históricas e as personagens fictícias:

[...] é impossível deparar com uma personagem de romance que se chame, por exemplo, *Getúlio Vargas*, *Napoleão Bonaparte*, ou *Joana D'Arc* e encará-la com a mesma neutralidade com que nos vemos de frente com outra personagem que, singelamente ou não, atenda pelo nome de *João da Silva*, *Bentinho*, ou *Emma Bovary*. (BASTOS, 2007: 84, grifos no original)

Em *GO*, os dois tipos de nomes aparecem e atuam: por um lado, Getúlio Vargas, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura; por outro, Joãozinho Silveira, Coronel Geminiano Pacheco, Coronel Tadeu Barbosa, Rina, Dóris. Os primeiros encontram eco, ativam a gama de informações prévias que se tem sobre eles; já

os segundos, não encontram eco, são estranhos até o momento no qual se tornam lidos pela primeira vez.²¹

A citação de Bastos ganhará mais corpo se ligada aos exemplos de *GO*. Observe-se a aparição da personagem ficcional: “O Joãozinho Silveira era um conversador de marca, embora agradasse, falando sério ou contando lorotas” (*GO*: 6). A única coisa que se sabe de Joãozinho é o conteúdo trazido pela frase – um conversador que agrada. Em contraposição, note-se a aparição da personagem histórica: “Os ponteiros dos relógios se aproximavam das onze horas, quando Oswaldo Aranha assomou à tribuna para encerrar o comício.” (*GO*: 50). O nome de Aranha traz consigo a bagagem de ser um conhecido político no cenário brasileiro. Vinculado a um comício e aos contornos da Revolução de 1930, suscita, pelo menos, um pensamento: como principal articulador do movimento, ele poderia estar inflamando a população a apoiar a ideia de revolução.

No desenrolar de seu argumento, Bastos faz outra reflexão significativa, e procura esclarecer melhor a diferença entre a personagem conhecida e a desconhecida.

A primeira tem um *passado*, uma biografia, já *existia* antes de fazer parte do universo ficcional do romance em causa, e dela o leitor tinha uma ideia formada, positiva ou não, superficial ou aprofundada, dependendo do seu nível de informação histórica. A segunda, ao contrário, nos é *apresentada* no decorrer da narrativa, no começo da leitura ainda nos é completamente *estranha*, exceto, é claro, em situações específicas, como nos romances cíclicos, nas paródias, nas narrativas seriadas. E, sobretudo, *não existia* antes, por mais similar que pareça a pessoas da *vida real*. (BASTOS, 2007: 84-85, grifos no original)

Essa citação de Alcmeno Bastos permite trazer, novamente, os exemplos de Oswaldo Aranha e Joãozinho. Aranha já existia, possuía um passado e uma biografia antes de estar em *GO*. Joãozinho, ao contrário, não existia, era estranho, sua biografia começa a ser construída quando o leitor entra em contato com ele.

²¹ Há um caso particular em *GO*: Seu Bilo. Ele não apresenta referência no sentido histórico, mas é reconhecido por ser o apelido do pai de Cyro Martins e aparecer em outras obras do escritor – *Sombras na correnteza* e *O professor*. A propósito, ver o artigo "'Seu Bilo' e outros pais na ficção de Cyro Martins", escrito por Maria Helena Martins (2008: 95-99) e presente no livro *Múltiplas leituras: ensaios sobre Cyro Martins*.

É pertinente dizer que não há grau de importância na relação dos dois tipos de personagens. Aqueles sem passado não ocupam posição inferior frente aos que têm passado. Também esses não apresentam pouca margem de interpretação por sua forte referência no real. Os dois tipos se equivalem, a costura entre eles é o que constrói uma narrativa, principalmente, uma narrativa de peso histórico.

Voltando à questão levantada anteriormente (transfere-se a verificabilidade da história para dentro da literatura ou tornam-se literários os dados históricos, deixando-os, assim, livres de comprovação?), uma tomada de posição é pertinente. O texto literário que comunga com a história precisa, em certo nível, ser verificado, autenticado. Não é necessário que suas fontes sejam evidenciadas a cada página. O processo pode se dar através da utilização daquilo que Maria Teresa de Freitas, em trabalho sobre dois romances de André Malraux acerca da Revolução Chinesa (*Os conquistadores* e *A condição humana*), chama de “técnicas de autenticação do discurso”.²² Segundo a autora, essas técnicas “caracterizam o discurso histórico, e, quando utilizadas no discurso literário, têm como objetivo atribuir-lhe um cunho realista” (FREITAS, 1986: 14). Dentre as técnicas de autenticação apresentadas por Freitas, estão: a) localização espacial; b) datação; c) cronologia longa; d) entidades e referências históricas; e) utilização de documentos; f) personagens históricas; g) notas de rodapé.

Com exceção da última, as outras são encontradas em *GO* e, de fato, atribuem-lhe um cunho realista. Por isso, entende-se que o modelo estabelecido por Freitas, dotado de ajustes, é um bom exemplo para conduzir uma análise sobre *GO*. Na sequência, desenvolve-se a busca de cada uma dessas técnicas ocorridas no livro de Cyro Martins.

2.1 PRAIAS, PONTES E DUQUES

Em *GO*, há dois espaços dominantes: o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, sendo destaques dentro deles as cidades de Quaraí, Porto Alegre e Rio de Janeiro. O interior sobressai quando Quaraí é referida, principalmente, pela

²² Alceno Bastos tem ideia parecida, mas fala em “marcas registradas”. Segundo ele, a marca registrada “assegura a procedência histórica ao elemento objeto da representação ficcional – personagem, acontecimento, instituição” (BASTOS, 2007: 87).

menção ao Cerro do Marco, assim como em Porto Alegre e no Rio de Janeiro são salientadas as ruas centrais.

Quanto à localização espacial, Freitas fala de “espaços precisos e referenciais” de “existência concreta, isto é, podem ser encontrados em qualquer mapa geográfico” (FREITAS, 1986: 15). A narrativa de *GO* se inicia no interior de um município da campanha gaúcha. No princípio, apenas o nome de uma estância fictícia aparece: Timbaúva (*GO*: 6), mas logo se vê que ela fica a pouca distância do Cerro do Marco (*GO*: 7), local existente e comum na obra de Cyro Martins²³, e do Batista (*GO*: 7).

O Batista é uma redução dada ao nome São João Batista do Quaraí, lugar de nascimento do escritor.²⁴ Embora o nome do Batista seja recorrente, há poucas referências a sua nomenclatura completa (*GO*: 171, 177). Quando Joãozinho deixa o Batista (*GO*: 26-27), de trem, rumo a Porto Alegre, passa pelas cidades de Alegrete e Santa Maria, visíveis em qualquer mapa, tal como a ferrovia na qual a viagem foi feita.

Na capital gaúcha, os lugares e as referências se multiplicam e intensificam. Já na chegada, Joãozinho vai ao bairro Glória, zona leste da cidade, e ocupa o “quartinho dos fundos, o menor e mais barato” da pensão de Dona Antônia (*GO*: 28).

Os principais cenários de atuação de Joãozinho são a Rua da Praia e a Rua Duque de Caxias. Na primeira, ele mantém o contato com o clima político de 1930, toma conhecimento do assassinato de João Pessoa, vê os discursos proferidos da sacada do Clube do Comércio, busca informações nas sedes de *A Federação*, *Estado do Rio Grande*, *Diário de Notícias*, *Correio do Povo* (*GO*: 34), jornais que circulavam no Rio Grande do Sul. É nela que acontece a grande virada de sua vida, a tomada do Quartel General da 3ª Região Militar (*GO*: 61). A Rua Duque de Caxias faz parte de outra fase da sua vida – aquela na qual ele se torna palaciano e é chamado de Doutor. Na Duque, ficam a sede do governo, a pensão com “rancho altamente melhorado”, onde, de “sobremesa, o Rei Alberto

²³ Local onde Cyro passou a infância e as férias do internato do Colégio Anchieta e da Faculdade de Medicina, ambos em Porto Alegre. Aparece nos livros *Sombras na correnteza* e *O professor*. No capítulo 22 de *GO*, o Cerro do Marco é onde “Carlos, 23 anos, doutorando de medicina” (p. 151) passa as férias de verão com o pai – Seu Bilo.

²⁴ Atualmente, o município é chamado apenas de Quaraí. Na sua página oficial, encontra-se a informação de que São João Batista do Quaraí se transformou em cidade no ano de 1890, mas não há nada a respeito da retirada do nome do padroeiro. Disponível em: http://www.quarai.rs.gov.br/CONHECENDO_historia.htm. Acessado em: 15 de maio de 2012.

impunha a realeza” e se podia admirar o “mármore de Carrara dos degraus” (GO: 127).

Não menos importantes são a Rua da Ponte²⁵ e a Rua Andrade Neves. Na Ponte, agia o baixo meretrício de Porto Alegre, isso explica por que Rina, a dona dos objetos que decidiram a revolução, quando vê Joãozinho passear pela rua, lhe faz o convite – “Entra, querido” – e, em seguida, lhe propõe: “Como é, a gente primeiro conversa ou... faz amorzinho?” (GO: 40). A Andrade Neves, embora não tenha seu nome citado, também era reconhecida pela prostituição.²⁶ Nela, ficava o famoso Clube dos Caçadores, cabaré e casa de jogatina com “notoriedade nacional” (TERRA, 2001: 30) do qual o Doutor João se tornara *habitué* e onde “conhecera pessoas importantes do Estado” (GO: 123-124), além de mulheres de vários cantos do mundo. O cassino do Parque Farroupilha, construído para as comemorações do Centenário Farroupilha, é outro lugar de jogatina visitado por João.

Ele não é a única personagem ficcional que anda por Porto Alegre, Afonso e Zeferino, nas suas seis aparições, caminham pelo Centro. Uma personagem histórica que faz o mesmo é Getúlio Vargas. Para chegar à Livraria do Globo, na Rua da Praia, ele sai do Palácio Piratini, atravessa a Rua Duque de Caxias e a Praça da Matriz²⁷, em cujo centro vê “o monumento ao Patriarca, cheio de alusões aos princípios positivistas nos baixos-relevos”²⁸ (GO: 31).

Após o estouro da revolução, o Coronel Aristides, comandante fictício da Guarda Civil, visitou as famílias dos combatentes mortos perto da Avenida Bento Gonçalves, “além do Hospício” (GO: 72); “numa travessa ligando os dois arrabaldes, Glória e Teresópolis” (GO: 76); em Viamão (GO: 78); em “Navegantes, nas margens do rio” (GO: 94). Dias depois, acompanhando as forças que derrubariam Washington Luís, o Tenente João atravessou os estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (GO: 104). Nada de específico é

²⁵ Em *Porto Alegre: guia histórico*, Sérgio da Costa Franco (1988: 348) esclarece que a Rua Riachuelo também era conhecida como Rua da Ponte.

²⁶ Eloy Terra fala que, no início do século XX, na Rua Andrade Neves, junto com hotéis e prédios de escritórios “iam se instalando também botequins, pensões com mulheres alegres, cabarés e casas de jogatinas”. TERRA, Eloy. *As ruas de Porto Alegre: curiosidades, como batizar uma rua, ruas de muita história*. Porto Alegre: AGE, 2001, p. 30.

²⁷ Praça da Matriz é o nome popular da Praça Marechal Deodoro.

²⁸ O Monumento ao Patriarca foi construído em homenagem a Júlio de Castilhos, um dos fundadores do Partido Republicano Rio-grandense e o primeiro presidente do Estado após o advento da República em 1889.

apresentado sobre esses lugares – nem mesmo o nome de Itararé, marcante em se tratando da Revolução de 1930, tem uma citação. Nas páginas da viagem, as referências geográficas perdem espaço para a comparação dos ânimos entre aqueles que seguiam amontoados e “por nada se xingavam, chateadíssimos com a viagem que prometia ser arrastada, suja, monótona” (GO: 104) e aqueles que iam no “vagão do Estado Maior, onde o ânimo era outro” (GO: 104).

No Rio de Janeiro, o outro espaço dominante, as referências são mais precisas e se desenvolvem em três momentos. No primeiro, de 1929, João Neves, na tentativa de confabular com os mineiros a candidatura de Vargas, aparece na Central do Brasil, “se esgueirando entre a multidão rumo à plataforma de embarque para Belo Horizonte” (GO: 22). Já no segundo, de 1930, na mesma Central do Brasil, no desenrolar da narrativa e dos caminhos políticos de 1930, se lê o desembarque do “Doutor Getúlio Vargas, na qualidade de chefe supremo das forças revolucionárias, rumando, em seguida para o Catete, cercado de todo o seu séquito” (GO: 105). Ligados à posse de Getúlio ainda se podem ver os episódios da marcha dos gaúchos pela Avenida Rio Branco em busca do Obelisco colocado em frente ao Senado e os passeios dos revolucionários “para conhecer o Pão de Açúcar, o Corcovado e o mar” (GO: 107). De 1937, os últimos momentos em solo carioca se dão entre os “bares, os cafés e os restaurantes da rua do Ouvidor, da Gonçalves Dias, da Uruguaiana”, a “alta burguesia com fumaças aristocráticas” (GO: 203) que frequentava a Confeitaria Colombo e o Presídio da Ilha Grande, onde João foi “deixado incomunicável” (GO: 241).

Fora do eixo gaúcho-carioca, Joãozinho visita, em Artigas, no vizinho Uruguai, Ari, seu irmão militar, que teve de emigrar por causa de um dos levantes tenentistas ocorridos na década de 1920 (GO: 17). O território uruguaio também vira cenário no episódio do assassinato de Waldemar Ripoll, ocorrido em Rivera,²⁹ e na internação hospitalar de Flores em Montevideú.

As referências ao Rio Grande do Sul e, dentro dele Porto Alegre em especial, são justificáveis pelo fato de que a maior parte da narrativa se passa nesse local, sendo, assim, mais provável que as personagens andem por um número mais significativo de ruas e locais ditos comerciais.

²⁹ No episódio do assassinato, também há referências ao município de Santana de Livramento (GO: 170).

2.2 MARÇOS, OUTUBROS E NOVEMBROS

Em *GO*, a estrutura temporal é linear.³⁰ Como indicam os dizeres da orelha, a narrativa cobre o “período da vida nacional que vai de 1929 a fins de 1937”. Dentre esse período, os anos de 1930 e 1935 são os mais citados.

Quando trata de datação, Maria Teresa de Freitas afirma que “o código utilizado pelo historiador para analisar seu objeto é essencialmente cronológico” (FREITAS, 1986: 15). A data, portanto, é imprescindível no campo histórico e pode sê-lo no jogo histórico-literário. Ainda nas palavras de Freitas, surge a ideia de que a datação pode ligar o tempo da ficção ao tempo da história. Lembrando, novamente, os dizeres da orelha de *GO*, nota-se que isso realmente acontece. Porém, em *GO*, não só pelas datas ocorre a datação. Episódios sem indicação de data no texto, mas reconhecíveis pelos movimentos históricos e pelas descrições do clima, também servem como marcação temporal. Com essa adaptação ao conceito de Freitas, as referências de *GO* são ressaltadas a seguir.

A narrativa inicia em 1929, o ano é encontrado logo nas primeiras páginas, pela fala do Coronel Geminiano (“E dizer que estamos em 1929!”, *GO*: 8). Não há nenhuma precisão quanto ao mês e ao dia, mas é possível inferir, pelo contexto de articulação para a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, que se trata de um período anterior a agosto, pois foi nesse mês que a Aliança Liberal teve sua chapa oficializada e lançada.³¹

1930, sem sombra de dúvidas, é o ano mais referido em *GO*. Surge, pela primeira vez, no episódio da eleição presidencial em que os maragatos eram ponteados pelo Coronel Geminiano e os chimangos, pelo Coronel Tadeu:

E dizer que agora, naquele dia 1º de março de 1930, eles convergiam para a mesa eleitoral, com o desiderato, como repetia sempre o Doutor Serafinzinho nos seus discursos políticos, de depositar nas urnas o mesmo voto, para o mesmo candidato. (*GO*: 24).

O 26 de julho, dia da morte de João Pessoa e da chegada de Joãozinho a Porto Alegre, também é lembrado quando o último chega ao então desconhecido centro da cidade: “[...] Joãozinho desembarcava, com sua vestimenta de gaúcho,

³⁰ Há poucos casos em que a cronologia é alterada, contudo, essas alterações não quebram a linearidade do texto.

³¹ Segundo Moacyr Flores, a Aliança Liberal foi anunciada “oficialmente na Câmara de Deputados, a 5.8.1929, por José Bonifácio, irmão do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Bonifácio de Andrada”. FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 33.

na esquina da Marechal Floriano com a Rua da Praia. 26 de julho. Noite serena, fria, não muito.” (GO: 33).

Antes da revolução, Joãozinho ainda vê “o desfile comemorativo da data farroupilha, o vinte de setembro!”, no qual, depois “do fanático aplauso à cavalaria da Brigada Militar” se deu a “estrondosa vaia à infantaria do exército” (GO: 47). Era o acirramento dos ânimos que eclodiriam na data mais importante daquele ano – o 3 de outubro, caracterizado pelo narrador de GO de forma simples: “O dia 3 de outubro amanheceu informal, com um ameno sol de primavera iluminando Porto Alegre e o Rio Grande.” (GO: 56).³² Com o dia posterior aconteceu a mesma coisa: “No dia 4, a revolução amanheceu vitoriosa no Estado.” (GO: 70).

As outras referências a 1930 não são diretamente citadas, mas a localização temporal pode ser feita pelo decurso dos episódios históricos. Alguns exemplos comprovam isso: a queda de Washington Luís (GO: 105), em 24 de outubro; a posse de Vargas no Catete (GO: 105), em 3 de novembro; a posse de Flores da Cunha como interventor federal no Rio Grande do Sul (GO: 107), em 28 de novembro.

A menção a 1931, apesar de breve, não se dá como as últimas de 1930. Em noite de farra com o amigo Anísio no Clube dos Caçadores, “João, com a voz empastada, explicou que decerto não se veriam no outro dia devido às comemorações do 3 de outubro.” (GO: 142).

Logo no início do capítulo 21, há a seguinte alusão a 1932: “O ano de 1932, transcorridos os meses de verão, começara a enfarruscar-se politicamente, sobretudo para São Paulo, que exigia, com insistência crescente, a convocação de uma assembleia constituinte.” (GO: 145). Em 22 de maio, aconteceu em São Paulo uma manifestação que gritava pela eleição para a Assembleia Constituinte. Seu final foi trágico, quatro jovens foram atingidos por tiros. No Rio Grande do Sul, “Três dias após, às quatro da tarde, hora desusada para manifestações políticas, uma pequena multidão, acalorada, se reuniu na Praça da Matriz. Na janela térrea, da ala direita do Palácio, apareceram Flores da Cunha, Batista

³² Em seu livro de memórias, lançado quase vinte anos antes de GO, João Neves da Fontoura descreveu o dia de forma parecida: “O dia 3 amanheceu belo e luminoso como é natural à primavera do Sul.” FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 411.

Lusardo e outros próceres.”³³ (GO: 146). A Revolução Constitucionalista estava a caminho e o comício da Praça da Matriz mostrou que Flores, embora estivesse no palanque dos dissidentes, seguiria Vargas.

O clima das estações é a principal marca de 1933, em GO. No verão, as férias de Carlos e a ascensão de Hitler: “O sol continuava quente. Também, que se poderia esperar, dois de fevereiro! Segurando o jornal com as duas mãos, o estudante olhou primeiro a data, automaticamente: 31 de janeiro de 1933. Na véspera, 30, Adolf Hitler se tornara chanceler da Alemanha.” (GO: 153). Já o assassinato de Clodoaldo Bello foi conhecido “Numa manhã fria do inverno de 1933” quando “as manchetes dos jornais provocavam comoção da Capital.” (GO: 154).

Com suas manhãs de sábado luminosas, a primavera se mostra com *Clarissa* e Erico Verissimo num momento significativo para a literatura do Rio Grande do Sul – um dos seus escritores arrebatou o público com a história de uma normalista, tornando-se bastante vendável e popular:

Novembro, sábado, onze horas numa manhã divina. Podia ser outra a manhã com todas aquelas normalistas se apinhando na entrada da Livraria do Globo à espera da saída de Erico Verissimo? Todas traziam o seu exemplar de “Clarissa”. Queriam autógrafos. Pela primeira vez um autor gaúcho se veria assim, acossado, em plena via pública, para conceder autógrafos. (GO: 155)

Em oposição às manhãs claras, GO também traz, em suas páginas, as noites de bebedeira de Afonso e Zeferino, que “comentavam e criticavam a situação política do Estado e do País”, pois “Estava em foco a constituinte, a segunda da República.” (GO: 158). Devido à Revolução Constitucionalista de 1932, em maio de 1933, foram eleitos os deputados federais que formariam uma Assembleia Constituinte. A nova constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934 (FLORES, 2008: 600), porém, Zeferino e Afonso discutem antes desse mês:

- Enfim, seja lá o que Deus quiser, vamos ver este 1934 como nos tratará! [Afonso]
- Não entrou com boa cara! – pronunciou-se Zeferino em voz alta, batendo com a ponta da bengala na calçada. (GO: 158)

³³ O início do parágrafo de GO apresenta marcação temporal confusa, pois não se sabe depois do que passaram três dias. Em *Porto Alegre ano a ano: uma cronologia histórica 1732/1950*, Sérgio da Costa Franco (2012: 224) fala de um “comício promovido pelos estudantes superiores que homenageava os ministros gaúchos que se haviam demitido do governo federal e se solidarizava com as reivindicações de São Paulo” e que tinha Flores da Cunha no palanque. Entende-se, assim, que passaram três dias em relação à manifestação paulista de 22 de maio.

O ano de 1934 realmente não havia entrado com “boa cara”. Logo no seu início, Waldemar Ripoll foi morto na cidade de Rivera. Em *GO*, o assassinato de Ripoll se passa em 3 de abril de 1934, mas a narração do fato se inicia com o dia anterior: “Ao entardecer da véspera, dois de abril, o mulato Inocêncio, que se dizia Inocêncio, bateu na porta dum morador novo e solitário dum bairro relativamente distante do centro da cidade de Rivera.” (*GO*: 161). Esse é um dos casos de *GO* em que a cronologia sofre alteração. No seu *Porto Alegre ano a ano: uma cronologia histórica 1732/1950*, Sérgio da Costa Franco (2012: 229) diz que: “Repercutiu intensamente em Porto Alegre e em todo o Estado o assassinato de Waldemar Ripoll, ocorrido em Rivera, no Uruguai, em 31-jan.” Carlos Rangel também cita as datas de janeiro em seu trabalho *Crime e castigo: conflitos políticos em torno do assassinato de Waldemar Ripoll*:

Na quente madrugada de 30 para 31 de janeiro de 1934, Waldemar dormia tranquilamente no seu quarto com a janela e porta abertas. [...] Na manhã de 31 de janeiro de 1934, o empregado da casa encontrou Waldemar Ripoll deitado sobre sua cama, pedaços de crânio e sangue espalhados pelo dormitório e a arma do crime encostada na parede. (RANGEL, 2001: 124)³⁴

Depois da morte de Ripoll, Afonso e Zeferino, novamente voltando do bar, são os primeiros a dar as boas vindas a 1935 mesmo que não o saibam. Seus temas circulam entre um moço de Cruz Alta e seu novo livro:

- Afonso, ouviste falar nesse moço de Cruz Alta, escritor, Erico Verissimo?
- Como não, se o nome dele não sai dos jornais? Está fazendo um sucesso tremendo não só aqui, mas também no Rio e São Paulo.
- Pois ele agora publicou um outro livro, intitulado “Caminhos Cruzados”. As senhoras católicas da alta e o arcebispo estão em polvorosa, querem metê-lo numa fogueira, na praça pública. (*GO*: 175)

Após tratar da publicação de *Caminhos cruzados*, efetivamente de 1935, Zeferino afirma: “mexericos a cidade vai ter à vontade o ano que vem, por ocasião das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha” (*GO*: 175). Isso coloca os dois amigos em 1934, aparecendo aí outra mudança cronológica em *GO*.

1935 é mencionado através de diversos eventos. Primeiro, o Centenário Farroupilha, ocasião na qual Joaquim Saraiva, “antigo mensal da Estância do

³⁴ A descrição de Rangel é baseada no *Diário de Notícias* de 1º fevereiro de 1934.

Pai-Passo” (GO: 177) viajou para Porto Alegre, pois “fora incorporado ao piquete de cavalaria que representou São João Batista do Quaraí no monumental desfile gauchesco do dia 20 de setembro de 1935, ponto culminante das comemorações oficiais” (GO: 177). Segundo, o Prêmio Machado de Assis, exibido na vitrine da Livraria do Globo, na qual exemplares de *Música ao longe*, *Os ratos*, *Marafa*, *Totonho Pacheco* estavam expostos e um “cartaz de tamanho considerável explicava que aqueles livros eram os quatro agraciados com o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras.” (GO: 186). Terceiro, a fundação do núcleo da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Rio Grande do Sul e o papel de Dyonélio Machado dentro da organização:

- Afonso, tu tens acompanhado o noticiário sobre esse movimento da aliança Libertadora? Parece que está se alastrando muito e ligeiro, país afora. [Zeferino]
- Claro que tenho lido nos jornais. E sabes quem vai ser o presidente aqui no Estado, desse partido?
- Ouvei falar que seria o Dyonélio Machado, porque, além de ser médico psiquiatra de grande conceito, é hoje, depois do Prêmio Machado de Assis, um escritor de renome nacional. E se isso não fosse bastante, é cidadão de muita personalidade. (GO: 187)

Aqui, é necessário abrir parênteses. Segundo Sérgio da Costa Franco (2012: 231), o núcleo gaúcho da ANL foi fundado em 5 de julho de 1935. Na sequência de GO, a nova aparição de Afonso e Zeferino é iniciada da seguinte maneira: “Duas semanas depois [...]” (GO: 188). O assunto falado após essa inserção temporal é a “intentona comunista da noite passada, no Rio...” (GO: 188). Outra confusão cronológica se estabelece nesse momento, pois a Intentona comunista ocorreu em 27 de novembro de 1935 (FLORES, 2008: 318).

O quarto e último evento do ano de 1935 é o falecimento, em outubro, de Aparício Cora de Almeida, advogado e membro da ANL que defendera Dyonélio quando da sua prisão. Pairavam dúvidas quanto à morte de Almeida. Zeferino refere-se a elas em diálogo com Afonso: “Isso aí tem coisas e loisas! Tu acreditas em suicídio?” (GO: 191), “– Comenta-se que a defesa escrita de Dyonélio foi violentíssima, atacando o Flores e o Tribunal.” (GO: 191), essa última frase desperta a suspeita de assassinato por motivações políticas.³⁵

³⁵ Costa Franco (2012: 232) fala do caso Cora de Almeida: “Em 13-out., num bar ou restaurante três estrelas, no 6º distrito, apareceu morto a tiro o advogado e militante político de esquerda, Aparício Cora de Almeida, 1º secretário do núcleo estadual da Aliança Nacional Libertadora. Aparício, que recentemente se diplomara em Direito, destacara-se como líder estudantil na defesa

As fronteiras que dividem 1936 e 1937 não são claras em *GO*, deixando a ideia de que há uma ponte que vai de 1935 a 1937 e não passa pelo ano do meio. As evidências que poderiam ser relativas a 1936, ligadas ao conflito político entre Flores e Vargas, encaixam-se melhor em 1937 – modernização do armamento da Brigada Militar assim como aumento de seu efetivo (*GO*: 197), oposição ao “golpe de estado entrevisto” (*GO*: 198).

Quando se aproxima o final da narrativa e de 1937, datas um tanto mais claras são encontradas. A curiosidade retroativa de André Carrazoni perante João, em pleno novembro carioca, serve como exemplo: “– Afinal, ainda não me contaste como foi a noite da renúncia do General.” (*GO*: 204) . Flores da Cunha deixou o governo gaúcho quase um mês antes, em 17 de outubro (FRANCO, 2012: 236). O caminho para o continuísmo de Vargas estava livre e desimpedido. João e Dóris conheceram o golpe de 10 de novembro navegando rumo ao Sul: “No segundo dia de viagem, em alto mar, às dez da noite, o navio jogando, souberam da decretação do Estado Novo e da derrubada dos governadores” (*GO*: 209).

A datação verificada em *GO* é significativa, já que em muitos momentos se busca a ligação, mencionada por Maria Teresa de Freitas, do tempo da ficção e do tempo da história. A cronologia foi respeitada na maioria dos casos e a datação se deu, em níveis proporcionais, tanto com a inserção de datas quanto com a referência a episódios reconhecíveis. Para que esses eventos sejam reconhecidos, são necessárias informações prévias sobre a história do Brasil e, principalmente, do Rio Grande do Sul, pois nem todos são facilmente distinguidos e boa parte deles é apenas de caráter local.

2.3 OUTRAS REVOLUÇÕES

Outra das técnicas de autentificação apontadas por Freitas, a cronologia longa, também se adapta a *GO*. A pesquisadora indica a ideia de que, com esse artifício, tem-se a capacidade de inserir, no texto literário, referências a acontecimentos que não estão presentes na narrativa, mas que mostram alguma ligação com ele. Assim, a ligação com outros episódios poderia inserir os eventos narrados em um contexto mais elástico, ou, nas palavras da autora “numa História

de moradia para o estudante pobre. Havendo suspeitas de motivação política, reabriram-se as investigações em 1937/38, sem resultado.”

mais ampla”, pois “os acontecimentos só adquirem significado quando se relacionam entre si” (FREITAS, 1986: 16).³⁶

Em *GO*, a cronologia contempla, aproximadamente, quarenta anos. Quando remete ao passado, o narrador de *GO* volta a 1893, ano de início da Revolução Federalista, e, de lá, constrói a trilha que possibilitou o outubro de 1930. O conflito de 1893-1895 opôs os adeptos do Partido Republicano Rio-grandense, que subiram ao poder com o advento da República e tinham a liderança de Júlio Prates de Castilhos, e os favoráveis ao Partido Federalista, antigos liberais aliados do poder em 15 de novembro de 1889 e chefiados por Gaspar Silveira Martins. A insurreição iniciada em 1893 fez mais do que colocar lenços brancos ou vermelhos nos gaúchos e dividi-los em maragatos ou pica paus. Além de causar centenas de degolas, ela deixou no Estado uma cicatriz profunda, que ainda seria reavivada em 1923 e deixada de lado em 1930.

Para lembrar a ferida, o narrador de *GO* introduz dois personagens contrários – os coronéis Geminiano Pacheco e Tadeu Barbosa. O primeiro, “em 23, já com setenta e três anos, guapo como um rapaz, andou nas correrias do Honório Lemes, seu companheiro de 93.” (*GO*: 10). Já o segundo, “na guerra dos maragatos, de 93 a 95, acompanhou Pinheiro Machado” (*GO*: 10), e, em 1923, “em defesa da legalidade borgista, se incorporou à brigada de Flores da Cunha, combateu ao lado do jovem e impetuoso Oswaldo Aranha” (*GO*: 11). A possibilidade dos dois adversários se unirem em torno de Getúlio Vargas soava estranha, pois parecia improvável ignorar a existência das “barreiras sangrentas de 93 e 23” (*GO*: 7). Em março de 1930, os interesses da oligarquia sul-rio-grandense transpuseram as barreiras.

Relevantes no processo que culminou na derrubada da República Velha, o levante militar de 1922 e a marcha da Coluna Prestes são recuperados através da personagem Ari, irmão de João, que apoiou aquele (*GO*: 22), e mentia sobre sua participação nessa (*GO*: 15).

Ainda na perspectiva de incluir *GO* numa história mais ampla, a narrativa se desloca até o Cerro do Marco, onde Carlos e Seu Bilo discutem a ascensão ao poder de homens como Mussolini, Salazar, Hitler e Stálin (*GO*: 153-154). Não à toa, seguem aos nomes dos ditadores europeus os de Getúlio Vargas e Flores da

³⁶ No caso de *Os conquistadores* e *A condição humana*, a história realmente foi ampla, chegando a cobrir mais de um século, pois Freitas encontrou referências à Revolução Francesa.

Cunha (GO: 154), que buscavam, de uma maneira ou de outra, a imposição pela força. Com seus “ditadores”, o Brasil e o Rio Grande do Sul entravam no contexto político desenhado no restante do mundo.

2.4 LENÇOS, APELIDOS E PARTIDOS

Ao tratar das entidades e das referências históricas, Freitas diz que as primeiras podem ser “organismos, instituições ou grupos sociais e/ou políticos de existência historicamente comprovada” (FREITAS, 1986: 18), as referências, por sua vez, são “outras realidades, de diversas naturezas, de existência igualmente comprovada” (FREITAS, 1986: 18). O conceito das entidades é mais bem delineado do que o das referências e também não é tão abrangente, por isso, será utilizado na análise de GO.

Logo no início da narrativa, há menções aos termos “maragatos e pica paus” (GO: 7), “chimango” (GO: 7), “libertadores e republicanos” (GO: 11), “assisistas” (GO: 12). Todas essas formas de representação simbolizam a polaridade na qual vivia o Rio Grande do Sul desde 1889 e indicam cores de lenços, filiações a correntes políticas e grupos partidários.

Os apelidos pica paus e chimangos, assim como o qualitativo republicanos, dizem respeito a um mesmo partido, o PRR e ao lenço branco. Influenciado pelo positivismo comteano, o PRR foi fundado em 1882 e dissolvido pelo Estado Novo em 1937. A sigla tinha como base ideológica o “hiperpresidencialismo, a chefia unipessoal no Estado e nos municípios [...], o voto público e aberto” (FRANCO, 2010: 174). Seus dois principais líderes foram Júlio Prates de Castilhos (1860-1903) e Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961). Sob o comando do primeiro e no contexto da Revolução de 1893, surgiu a alcunha de pica paus. Já sob a chefia de Borges e nos arredores da Revolução de 1923, veio à tona o apelido de chimangos.³⁷ Como foi o primeiro partido de cunho republicano no Rio Grande do Sul e a autoridade unipessoal era uma das marcas do PRR, os qualificativos republicanos históricos, castilhistas e borgistas também eram referidos. Em GO, serve como exemplo de membro do PRR o Coronel Tadeu

³⁷ Chimango tem ligação direta com o poema sátiro-campestre *Antônio Chimango*, publicado em 1915 com o pseudônimo de Amaro Juvenal, mas cuja autoria é atribuída a Ramiro Fortes de Barcelos (1851-1916), também republicano, que teria escrito a obra por ter virado desafeto político de Borges.

Barbosa, caracterizado como pica pau, “republicano histórico, castilhistas antes de mais nada” (GO: 10) e admirador de Borges e Medeiros.

No tocante aos chamados maragatos, libertadores e assististas, o jogo político é mais complexo, pois, ao contrário do que aconteceu com o PRR, os apelidos não estiveram sempre à sombra da mesma sigla.

Inicialmente, eram chamados maragatos aqueles que lutaram ao lado de Gaspar Silveira Martins em 1893, com a bandeira do Partido Federalista (PF) e o lenço vermelho. O PF, estabelecido em 1892 e desintegrado em 1928, tinha um programa diferente daquele do PRR. Entre as propostas do PF estavam a “substituição da Constituição comtista por uma constituição republicana representativa e parlamentar”, “eleição do presidente estadual por 4 anos, com proibição de reeleição” (FRANCO, 2010: 86). A denominação de maragatos se estendeu àqueles que fizeram oposição a Borges, nas urnas, em 1922, e, nas coxilhas, em 1923. Em GO, o Coronel Geminiano Pacheco, ao contrário de seu adversário Tadeu, foi maragato nas duas ocasiões. Aos oposicionistas de 1922 e 1923 também recaiu a pecha de assististas, apoiadores de Joaquim Francisco de Assis Brasil, seja na disputa eleitoral ou na armada – Joãozinho, por exemplo, se declara “assista” (GO: 12) embora não tenha participado do conflito.

Os libertadores poderiam ser tanto os membros da Aliança Libertadora, coligação criada em 1924 e dissolvida em 1928, “formada pelos opositores ao governo de Borges de Medeiros” (FRANCO, 2010: 118), quanto do Partido Libertador (PL), surgido da Aliança Libertadora em 1928 e extinto em 1937, que incluía em seu programa “voto secreto, apuração escrupulosa das eleições e representação parlamentar proporcional” (FRANCO, 2010: 117).³⁸ No Batista visto em GO, quem dirige o Partido Libertador, “uma organização democrática” (GO: 19), é o “doutor Serafim, o Serafinzinho” (GO: 18).

Ainda seguindo o conceito de Maria Teresa de Freitas, outras entidades políticas têm lugar em GO. A sentença proferida por Ari mostra uma delas: “A Frente Única é um fato” (GO: 17). Da união entre libertadores e republicanos, em 1929, resultou a Frente Única Gaúcha (FUG). O intuito da FUG era levar Getúlio à presidência da República. Depois que a Revolução estourou, a FUG serviu como

³⁸ Franco (2010: 117-118) traz a informação de que, em 1945, com a redemocratização, a sigla foi readaptada à legislação eleitoral e sobreviveu, tendo pouca representação, até 1966, quando foi definitivamente extinta por ato do Marechal Castelo Branco.

sustentação política a Vargas e a Flores, porém, com a Revolução Paulista deflagrada em São Paulo, em 1932, houve um racha entre seus membros, uns ficaram ao lado de Vargas e Flores enquanto outros apoiaram o levante. Enfraquecida pelo esvaziamento de seus quadros, a FUG lançou candidatos aos pleitos de 1933 e 1934, contudo, não obteve êxito em nenhum deles. A formação da FUG refletiu, em 1929, na da Aliança Liberal, composta por Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, com os candidatos Getúlio e João Pessoa. Um dos seus principais articuladores foi João Neves da Fontoura, “o tribuno da Aliança Liberal no Congresso” (GO: 35). Depois das eleições de 1930, ela se dissolveu.

O responsável pelo esmorecimento da FUG é citado nos diálogos de Afonso e Zeferino. Fala o primeiro: “[...] o Flores, que estraçalhou o Partido Republicano e o Libertador, e fundou esse seu partido, que não passa dum saco de gatos, mas que tem maioria, o Partido Republicano Liberal, também vai se eleger Governador, tranqüilizo no mais.” (GO: 158).

Criado em 1932, o PRL foi criado por Flores da Cunha para ser “sua principal fonte de sustentação” (TRINDADE, 1980: 159). Esse novo partido “constituiu-se com elementos da burocracia civil e militar do Estado, mas também aliciou dissidentes do borgismo e, sobretudo, ex-libertadores” (FRANCO, 2010: 173). A ideia do PRL de servir como base para os interesses floristas deu certo até 1937, quando seus correligionários começaram a abandonar a legenda e se alinhar a Getúlio.

A Aliança Nacional Libertadora também é citada por Afonso e Zeferino em uma das suas conversas, pois estava “se alastrando muito e ligeiro, país afora” (p. 187). A ANL teve existência efêmera – foi criada e posta na ilegalidade em 1935. De cunho comunista, com Luís Carlos Prestes como presidente de honra e nome de maior expressão, inseria em seu programa objetivos como: “promover um governo popular, dar proteção aos pequenos e médios proprietários, distribuir terra aos pequenos agricultores, reduzir a jornada de trabalho, nacionalizar as empresas estrangeiras e cancelar a dívida externa” (FLORES, 2008: 34). A falta de sucesso da Intentona Comunista fez com que seus participantes fossem perseguidos e presos.

O movimento que se encontrava na posição oposta à da ANL era a Ação Integralista Brasileira (AIB). A AIB, da qual Plínio Salgado (1895-1975) era o líder nacional, desde sua formação em 1934, se aproximava, ideologicamente, dos

partidos fascistas da Alemanha e da Itália. Segundo Flores (2008: 19), a AIB era de “orientação anticomunista, racista e nacionalista, defendia a organização sócio-política em corporações, com o monopólio estatal, sob o lema *Deus, Pátria e Família*.” (grifos do autor). Apesar de os integralistas darem apoio ao golpe do Estado Novo, forjando o Plano Cohen,³⁹ Vargas extinguiu todas as agremiações partidárias no ano 1937, sem exceções. Em *GO*, a única referência à AIB ocorre nas páginas finais do livro, através do apelido “galinha verde”. Quando a residência de Dóris é invadida e sua biblioteca revirada, um sargento lhe questiona sobre a falta de livros de Plínio Salgado, “o maior autor nacional do momento” (*GO*: 239). A resposta é curta e incisiva: “Galinha verde comigo não pega!” (*GO*: 239). A alcunha de galinha verde, aludida por Dóris, foi dada aos integralistas por causa dos uniformes verdes que eles ostentavam em reuniões e paradas cívicas.

Além da grande recorrência de grupos políticos na narrativa de *GO*, algumas instituições são mencionadas em diversos momentos: Senado, Congresso, Guarda Civil, Brigada Militar, Exército.

2.5 DIÁRIOS, CORREIOS E FEDERAÇÕES

Freitas afirma que a utilização de documentos em uma obra literária evitaria que informações fossem assumidas por personagens fictícios ou que, atribuídas ao narrador, esse estivesse desempenhando o papel de historiador (FREITAS, 1986: 19)

Pela leitura de *GO*, não é possível afirmar que tenham sido utilizados documentos na sua feitura. Entretanto, há diversas informações dadas pelos personagens que são supostamente retiradas de periódicos em circulação na época e que ofereciam o quadro dos acontecimentos.

Em dado momento de *GO*, Joãozinho levanta para o Coronel Tadeu Barbosa uma questão acerca do Congresso das Municipalidades: “– Mas isto é coisa que estourou nos últimos dias. O senhor não leu no Correio do Povo ou no Diário de Notícias sobre um tal Congresso das Municipalidades?” (*GO*: 12). O

³⁹ Segundo Flores (2008: 465), o Plano Cohen era um “Pretense plano comunista apresentado pelo cap. Olímpio Mourão Filho, chefe do Estado-Maior da Milícia e do Serviço de Informações da Ação Integralista Brasileira. O plano falso teria o objetivo de derrubar o governo de Vargas, implantando um regime comunista. A divulgação do documento permitiu ao exército pressionar Vargas a votar o retorno do Estado de Guerra, em 1.10.1937”.

Diário de Notícias também é citado quando entra em cena Dona Laura, que “estava emocionada, os olhos arregalados de emoção para a manchete do Diário de Notícias: ‘Demos ouro ao Brasil!’” (GO: 110).⁴⁰

A *Federação*, outro importante jornal gaúcho do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, também é lembrado.⁴¹ Dessa vez, o episódio se dá após os discursos sobre o assassinato de João Pessoa e a afirmação de João Neves de que os rio-grandenses deveriam manter a “ordem republicana” (GO: 35):

A um velho maragato, porém ativo partidário da Frente Única, que se achava na periferia da manifestação, não soou lá muito bem aquela referência à “ordem republicana”. Lembrou-lhe o famoso “Pela Ordem”. “Sim, retrucou o companheiro do lado, eu me recordo, como se fosse hoje, do editorial d’A Federação, botando água na fervura da reação republicana”. (GO: 35)

Nos exemplos citados, a informação não é assumida pelo narrador e nem pelas personagens, como disse Freitas. Em GO, também não há a utilização direta de documentos, porém, através das personagens, as informações são sempre relacionadas aos meios de comunicação de comprovada existência, fato que lhes dota de certo caráter documental.⁴²

2.6 PRESIDENTES, INTERVENTORES E TRIBUNOS

Assim como György Lukács, em *O romance histórico* (2011: 63), Maria Teresa de Freitas afirma que as personagens imaginárias, que são protagonistas, aparecem nas narrativas de Malraux, obras a que a teórica se refere para explicitar suas ideias, ao lado de “personagens de identidade comprovada e que exerceram funções igualmente comprovadas no acontecimento histórico que

⁴⁰ O *Correio do Povo* foi fundado em 1895 e ainda circula no Rio Grande do Sul. Segundo Sérgio da Costa Franco (2010: 67), “salientou-se pela independência e imparcialidade”, sendo, em algumas ocasiões, “o único respiro da oposição”. Em outra obra (2012: 204, 226), Franco afirma que o *Diário de Notícias* surgiu em 1925 e, no conteúdo, mostrava-se “mais ousado e inovador” que o *Correio*. Deixou de circular em 1932.

⁴¹ A *Federação* era o jornal oficial do PRR e circulou, com esse nome, de 1884 a 1930. Seu papel era o de expressar as ideias do partido e fazer a defesa dos governantes (FRANCO, 2010: 86).

⁴² Afora os jornais, a *Revista do Globo* é notada na passagem de GO em que Vargas recebe um “número fresquinho da Revista do Globo, recém-saído das oficinas”, que continha “a reimpressão do artigo do acadêmico Getúlio Vargas sobre Zola” (GO: 32). O livro *Getúlio Vargas: discursos (1903-1929)*, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1999: 75), aponta que o texto, intitulado “Zola e a crítica”, saiu apenas na revista *Pantum*, da Faculdade de Direito, em setembro de 1906. Essa informação é comprovada pela consulta ao catálogo da *Revista do Globo*, disponível em: [http://www.ipct.pucrs.br/cgi-bin/letras/letras.cgi?pagina=capa1&colecão=Revista do Globo&volume=1](http://www.ipct.pucrs.br/cgi-bin/letras/letras.cgi?pagina=capa1&colecão=Revista%20do%20Globo&volume=1)

contam as narrativas – ou seja, personagens históricos.” (FREITAS, 1986: 17). Segundo essa autora, três tipos de personagens históricas podem aparecer na ficção:

[...] os que, apesar da pequena participação direta nas narrativas, *agem* sobre a História; os que, embora ligados aos acontecimentos narrados, são apenas *citados*; os que pertencem à cronologia longa e funcionam como *pontos de referência* histórica. (FREITAS, 1986: 17, grifos da autora)

Essa tipologia é pertinente e, direcionada para GO, pode ser ampliada. O primeiro dos tipos, que contempla as personagens que *agem*, é composto, principalmente, por Flores da Cunha, Getúlio Vargas, João Neves, Oswaldo Aranha e Waldemar Ripoll.

José Antônio Flores da Cunha (1880-1959), cuja patente de General não adveio de sua atividade como militar, exerceu os cargos de intendente, deputado estadual e federal, interventor estadual e governador. Na Revolução de 1923, sustentou as forças legalistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Apoiou Vargas em 1930 e em 1932, mas, percebendo as intenções continuístas do antigo companheiro, decidiu-se pela oposição. Teve de partir para o exílio e, em 1942, foi preso na Ilha Grande. Depois de 1945, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB).

Talvez pela proximidade com João, Flores é a personagem histórica com mais aparições em GO. Ele é mencionado pela primeira vez no palanque, discursando quando da morte de João Pessoa (GO: 35). Depois, em 3 de outubro de 1930, saúda João e o nomeia “tenente em comissão” (GO: 62). Com a revolução vitoriosa, volta ao Sul como interventor federal (GO: 107) e logo nomeou João oficial de gabinete (GO: 130). Em 1932, participou de um comício que pedia para o lado dos revoltosos paulistas (GO: 145), mas sua decisão era por Vargas, “dirigindo suas tropas bem equipadas” (GO: 149). No Centenário Farroupilha, viu Joaquim Saraiva, o mensal, desfilar em 20 de setembro (GO: 179). Em 1937, entrou em cena duas vezes: na primeira, fazendo manobras militares e políticas contra o golpe de Getúlio (GO: 197-198); na segunda, internando-se num hospital de Montevideu para operar a próstata (GO: 242).

A última aparição de Flores acontece quando sua queda se aproxima e neste momento sua humanização é salientada. João, por exemplo, encontra-o em seu quarto, “de cuecas, tomando mate” (GO: 196); escuta uma brincadeira do

General sobre sua roupa, mas não encabula, pois estava acostumado com “as arrancadas do chefe, com os palavrões, com os vai à merda, vai tomar no cu, seu fresco” tanto quanto com “seus gestos cavalheirescos, generosos, tocantes, chegando não raro a esbanjos de afeto e dinheiro” (GO: 196). O lado literário de Flores tem vez nessa aparição: o General gostava de “ler sonetos dos poetas malditos” e tinha predileção por *Les fleurs du mal*, de Baudelaire, especialmente aquele intitulado “Le portrait”, que começava com o verso “La Maladie et la Mort font des cendres”⁴³ (GO: 196). A degradação física de Flores é tocada através de sua “próstata crescida”, as dores, “não fortes, surdas” e pelas sensações de estar “pesado, sonolento, febril” (GO: 197).

Além de ter participação decisiva nos episódios que circundam a Revolução de 1930, Flores da Cunha é a personagem histórica que tem maior influência no destino de João. As ações do General fazem com que Joãozinho vire, num primeiro momento, Tenente João e, depois, Doutor João. A queda de Flores, por sua vez, leva à queda de João.

Outra personagem histórica que atua em GO é Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), deputado estadual e federal, ministro da Fazenda, senador, presidente do Rio Grande do Sul de 1928 a 1930, chefe do governo revolucionário de 1930 a 1934, presidente eleito indiretamente de 1934 a 1937, ditador de 1937 a 1945, presidente eleito pelo povo de 1951 a 1954. Homem que mais governou o País desde Dom Pedro II, considerado apaixonado pelo poder, chamado de Esfinge de São Borja, Pai dos pobres, Baixinho e mais uma série de apelidos abonadores e desabonadores, Getúlio não surge em GO como o grande político do Brasil do século XX. Tem menos aparições do que Flores – quiçá pelo distanciamento do principal espaço da narrativa, o Rio Grande do Sul no período 1930-1937 –, porém, sua humanização se dá em grau proporcional.

Sua primeira aparição ocorre, na obra, numa ensolarada manhã de sábado, já derrotado nas eleições de março de 1930, ao lado de João Pinto da

⁴³ A referência ao soneto é significativa quando relacionada à situação política e física de Flores. O verso inicial de “O retrato”, que faz parte de uma composição maior, *O fantasma*, diz que “A Doença e a Morte tornam cinza tudo”. A ligação com a doença que achacava Flores é clara, assim como a ideia da morte: a pressão política exercida por Vargas poderia levar Flores para o caminho da resistência, com a deflagração de uma guerra civil e suas consequências, ou para o caminho da “morte” política, sinalizada pela renúncia e o exílio. A tradução do verso foi retirada da seguinte edição: BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2012, p. 207.

Silva⁴⁴. Depois de atravessar a Praça da Matriz, pousar os olhos no monumento ao Patriarca e refletir sobre a “estrutura de ditador” (GO: 31) de Júlio de Castilhos, chega à Livraria do Globo, onde encontra e faz rir Augusto Meyer⁴⁵, Reynaldo Moura⁴⁶, Athos Damasceno Ferreira⁴⁷, Moysés Vellinho⁴⁸ e Henrique Bertaso⁴⁹. A visita à Livraria do Globo sugere que Getúlio estava em contato com a intelectualidade gaúcha – não por acaso, apoiou a família Bertaso na criação da *Revista do Globo*. Na Livraria do Globo também se toma conhecimento do gosto literário de Vargas. Assim como Flores, sua predileção literária recaía sobre os franceses, mas preferia Anatole France, pois a “finesse’ e a ironia faziam o seu gênero” (GO: 32-33).

Em outra ocasião, 1932, no calor da Revolução Constitucionalista, frente à debandada de Borges de Medeiros para a oposição, o que o incomodava era o clima do Rio de Janeiro: “– Vou para Petrópolis, isto aqui está muito quente!” (GO: 149). Um dos grandes momentos da parceria política de Flores e Vargas tem lugar no mesmo 1932, quando o último se refere ao primeiro: “É um Dartagnhã, está em toda a parte!” (GO: 151). A comparação de Flores a D’Artagnan exalta a agilidade do gaúcho frente à crise de 1932 e, principalmente, a fidelidade que ele teve para com Vargas, o homem que o havia nomeado para o cargo de interventor e ocupava a chefia da nação.

As aparições de Getúlio não têm tanto peso quanto as de Flores. Isso pode ser afirmado no tocante aos episódios históricos e aos narrativos, pois em nenhum momento João interage com ele. Obviamente, as medidas de Vargas afetam o futuro da personagem, contudo, não de modo tão direto como as de Flores.

⁴⁴ João Pinto da Silva (1889-1950) exerceu funções públicas, foi crítico literário e um dos primeiros historiadores da literatura no Rio Grande do Sul. Informação retirada de: ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. MOREIRA, Maria Eunice. ZILBERMAN, Regina (Org.). *Pequeno dicionário de literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999, p. 98-99.

⁴⁵ Augusto Meyer (1902-1970), poeta, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1937, com o apoio de Vargas, organizou o Instituto Nacional do Livro. Site consultado: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=289&sid=175>

⁴⁶ Reynaldo Moura (1901-1965), escritor e jornalista, foi redator do jornal *A Federação*. Site consultado: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=moura>

⁴⁷ Athos Damasceno Ferreira (1902-1975), escritor e jornalista, dirigiu jornais e ocupou cargos públicos. Informação retirada de: *Pequeno dicionário de literatura do Rio Grande do Sul*, 1999, p. 30-32.

⁴⁸ Moysés Vellinho (1901-1980) já referido, também exerceu o cargo de oficial de gabinete (1930-1932) de Oswaldo Aranha quando este ocupou o Ministério da Justiça. Site consultado: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=vellinho>

⁴⁹ Henrique Bertaso (1906-1977) foi sócio da Editora Globo.

Idêntica situação acontece quando João Neves da Fontoura (1887-1963) é citado. Dono de um currículo que abrangia deputações estaduais e federais, além de períodos como intendente municipal de Cachoeira do Sul e vice-presidente estadual, João Neves, o “tribuno da Aliança Liberal” (GO: 35), entra nas páginas de GO para despistar jornalistas na Central do Brasil, embarcando para Belo Horizonte em 1929 (“Comentam-se muitas outras coisas. A imaginação dos brasileiros continua fértil.”, GO: 22); para fazer discursos bombásticos no dia do assassinato de João Pessoa (“Estamos diante de um crime caracteristicamente armado sob a inocultável responsabilidade do poder central.”, GO: 35); e para soltar frases lapidares na recusa gaúcha quanto ao auxílio a São Paulo em 1932 (“Terra ingrata, não possuirás meus ossos!”, GO: 148). As palavras de João Neves influenciam os caminhos de João assim como as medidas de Vargas – à distância.

Oswaldo Egydio de Souza Aranha (1894-1960) só não fica tão distante de João quanto os outros dois porque lhe dá um “caloroso abraço” (GO: 63) depois da tomada do QG da Rua da Praia no 3 de outubro. O principal articulador da revolução, que lutou junto com Flores em 1923, foi intendente e deputado federal e seria ministro, embaixador e presidente de duas assembleias gerais da Organização das Nações Unidas, aparece nos palanques de GO fazendo promessas (“Mais hoje mais amanhã será vingada a morte de João Pessoa!”, GO: 35) e ameaças literárias (“Quem quiser escrever a história do Brasil terá de molhar a pena no sangue do Rio Grande!” GO: 50). Não fosse a articulação conspiratória de Aranha e o abraço da revolução, João e ele estariam sempre separados pelo espaço entre o palanque e a multidão.

Já entre João e Waldemar Ripoll (1906-1934) o que mais os aproxima é o espaço geográfico. Natural de Quaraí, Ripoll estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e cursou a Faculdade de Direito. Após a formatura, não exerceu a profissão, optou pelo jornalismo, tornando-se redator do *Estado do Rio Grande*, jornal ligado ao Partido Libertador que circulou a partir de outubro de 1929 (FRANCO, 2010: 83). Ripoll participou ativamente da conspiração de 1930 no Rio Grande do Sul. Em 1932, apoiou os paulistas. Com a derrota, teve de exilar-se,

primeiro em Portugal, depois, no Uruguai, na cidade de Rivera, onde foi assassinado.⁵⁰

Ripoll é a personagem histórica que tem o episódio mais longo de *GO*. A narrativa se concentra ao redor de sua morte, tendo início quando Ripoll conhece e abriga “o mulato Inocêncio” (*GO*: 161) e fim no momento em que o “[...] olho do machado, terrível arma assassina, acertou-lhe na fonte esquerda” (*GO*: 170). No meio do episódio de Ripoll, ainda podem ser vistos seus caminhos políticos (“desentendera-se seriamente com o presidente do Partido Libertador” *GO*: 166); sua intenção de fazer um levantamento da “situação do trabalhador rural da fronteira” (*GO*: 166); sua posição frente à vida no exílio “propícia ao trabalho intelectual e ao exercício da liderança política” (*GO*: 167); a recordação dos “seus triunfos acadêmicos” (*GO*: 168); seus pensamentos sobre a família “seus pais de criação, os tios Florentino e Dora, e a prima-irmã e irmã de criação, Lila” (*GO*: 169). Para consolar a família de Ripoll e dizer que o governo estadual faria o possível na busca pelo assassino, Flores da Cunha envia João, pois o último era “filho de São João Batista e irmão do já então tenente-coronel Ari, íntimo dos Ripoll” (*GO*: 172).

Outros dois nomes que, como Ripoll, ficaram ao lado de São Paulo em 1932 também têm pequena participação em *GO*. Borges de Medeiros (1863-1961), símbolo do continuísmo, presidente do Rio Grande do Sul por mais de vinte anos, num capítulo peculiar de sua carreira política, solidarizou-se com os revoltosos e, ao lado de João Batista Lusardo (1891-1981), seu antigo opositor, uniram-se em armas contra o governo de Vargas. A união, porém, não saiu vencedora, Borges, Lusardo e “um punhado de companheiros fiéis se viram encurralados, na fazenda Cerro Largo, pela Brigada Militar. Resistiram enquanto foi razoável resistir.” (*GO*: 149).

Diversas personagens históricas ligadas aos eventos que circundaram 1930 são referidas em *GO*, mas não têm participação direta nos acontecimentos narrados, entrando, assim, no segundo tipo estabelecido por Freitas – o das personagens apenas citadas. Dentre eles, estão: Washington Luís, Júlio Prestes, Juarez Távora, Antônio Carlos, Luís Carlos Prestes, Assis Brasil, Maurício

⁵⁰ Em *Para início de conversa* (1990: 39-41), Cyro fala de sua amizade com Waldemar Ripoll e seu cruel assassinato.

Cardoso, Raul Pilla, Oscar Fontoura, Gil de Almeida, João Alberto, Armando de Sales Oliveira, José Américo de Almeida, Daltro Filho.

Quanto ao terceiro tipo de personagens, da cronologia longa, que funcionam como pontos de referência históricos, destacam-se Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, senador, republicano histórico, Honório Lemes, um dos líderes dos rebeldes em 1893 e 1923, Siqueira Campos, Otávio Corrêa, presentes no levante dos 18 do Forte, Estácio Azambuja, maragato que lutou em 1893 e 1923.

Ao lado das personagens de matiz político, *GO* recorre, também, a uma literária – Erico Verissimo, que, num sábado de novembro, depois da publicação de *Clarissa*, dá autógrafos: “Com letra firme e grossa, letra afirmativa, o escritor quase estreante escreve: ‘Para Angélica, com um abraço, o Erico.’” (*GO*: 156) – e a uma jornalística, André Carrazoni (1897-1982), que conversa com João no Rio de Janeiro, em 1937, pois era “íntimo” (*GO*: 203) do rapaz desde os “tempos heróicos da reação florista contra a Revolução Constitucionalista de 32” (*GO*: 203-204), e decide encostar o amigo “no corpo administrativo d’A Noite” (*GO*: 205).

As técnicas de autentificação idealizadas por Freitas mostram-se eficazes e produtivas quando de sua adequação à análise de *GO*. Os numerosos aspectos referenciais ressaltados ao longo deste capítulo tornam ainda mais evidente o entrelaçamento da literatura e da história na obra. Também é importante, para a compreensão dos caminhos de *GO*, pensar que os episódios históricos e seus atores têm de ser considerados como são – históricos.

3 COMO A LITERATURA CONSTRÓI O OBELISCO

Independente das interpretações que suscite e dos ângulos pelos quais seja analisada, a Revolução de 1930 é um evento histórico e é em torno desse evento que se constrói *GO*.

No entanto, não são apenas datas, locais e personagens históricas que desfilam pelas páginas de *GO*. A propósito disso, no fim da orelha que apresenta a obra, os editores fizeram uma advertência: “Não pense o público que nesse romance de Cyro Martins só aparecem eventos políticos.”

No texto “*O príncipe de Maquiavel e de Cyro Martins*”, Antônio Hohlfeldt (1999: 150) diz que “[...] toda a narrativa de Cyro Martins tem como ponto central uma figura humana”. Em *GO*, figuras humanas como João, Dóris, Antônia e outras personagens constituem os pontos centrais da narrativa e, em cima delas, a ficção do romance é construída.

Edgar de Decca (1997: 200), ao tratar do romance histórico e, conseqüentemente, das relações entre literatura e história, faz a seguinte afirmação: “na base do conhecimento histórico e do romance está a tentativa de apreensão dos eventos humanos sob a forma narrativa, através de uma estrutura de enredo e só no interior dela os eventos adquirem significado.” Destacam-se dois aspectos da análise de Decca: o primeiro, indicado pela apreensão dos eventos pela narrativa; o segundo, sinalizado pela estrutura do enredo.

A ideia da narrativa como ponto convergente entre literatura e história está presente nos escritos de outros estudiosos. Marilene Weinhardt (2004: 13), por exemplo, no texto “Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular”, que abre *Ficção histórica: teoria e crítica*, refere-se a ela: “Narrativas históricas e narrativas ficcionais têm pontos relevantes em comum, marcados já no substantivo, particularmente o processo de criação de realidade firmado no ato de narrar.”

Assim como o real, a forma narrativa pode aproximar as duas áreas. Contudo, da mesma maneira que acontece com o real, a narrativa possui diferentes comportamentos quando associada à literatura ou à história. Luiz Costa Lima explana melhor esse fenômeno:

O fato de que ambas se realizem narrativamente, não impede que cada uma provoque um relacionamento diverso com o mundo. O intento do historiador é *designar* o mundo que estuda. [...] O

intento do ficcionista é criar uma representação desestabilizadora do mundo. (LIMA, 1989: 102, grifos do autor)

Os verbos utilizados por Costa Lima para caracterizar os intentos do historiador e do ficcionista são significativos. Designar está relacionado, desde sua origem latina, às ações objetivas como marcar, sinalizar, destacar. Já criar, observado pelo mesmo prisma original, conecta-se às ações mais complexas, como produzir e erguer. Entretanto, o verbo criar também se liga à prática de fazer história, segundo o que afirma Sandra Pesavento (1998: 21): “[...] a história se reveste

de uma função de criação, ao selecionar documentos, compor um enredo, desvendar uma intriga, recuperar significados”. Para Pesavento, portanto, em todos os momentos nos quais o historiador desenvolve seu papel a criação está presente.

A criação na história tem um limite e não apenas pela sua necessidade em evidenciar as fontes. Em “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”, texto que fecha o livro *A escrita da história*, Peter Burke menciona o que os historiadores podem aprender com romancistas como Léon Tolstói – e, de jeito um tanto indireto, toca nesses limites: “[...] os historiadores não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens” (BURKE, 1992: 340).

Quando Burke traz à tona a questão das personagens, o outro ponto destacado da citação de Decca, o enredo, vem atrelado a ela. Aqui, o enredo é concebido como o conjunto de episódios e de ações que compõem uma história.⁵¹ Adequando essa concepção ao que dizem Decca e Pesavento, existe a chance de o historiador compor enredos; entretanto, como esclarece Peter Burke, esse profissional não pode criar personagens, porque os atores da história já estão delineados.

A liberdade do escritor é maior, ele tem mais possibilidades e a personagem é parte importantíssima de sua criação. Em “A personagem do romance”, texto de Antonio Candido que compõe a coletânea de ensaios intitulada *A personagem de ficção*, a seguinte afirmação é proferida: “O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo.” (2011: 53).

⁵¹ Não faço diferenças gráficas quanto à palavra história por entender que o contexto da frase tornará compreensível o sentido.

A frase de Candido encaixa-se em *GO*, pois as personagens ficcionais exercem papel fundamental.

O enredo de *GO* é atrelado aos eventos históricos ocorridos de 1929 a 1937 e poucos episódios literários não têm ligação com a história, logo, a carga literária recai sobre a participação das personagens. Mesmo quando os editores mencionam que, no meio dos acontecimentos políticos, “há uma bela história de amor”, é preciso refletir. A “bela história de amor” desenvolve-se em consequência de um fato político: João foge do Rio Grande do Sul após a queda de Flores da Cunha, em outubro de 1937. No Rio de Janeiro, encontra Dóris (*GO*: 205), a mulher que conhecera no Cassino Farroupilha (*GO*: 180). De volta à fronteira gaúcha, na estância de Dóris, a história de amor é interrompida pelos ecos do Estado Novo – membros do Exército invadem a fazenda e prendem João, o “caudilheite florista” (*GO*: 240).

O episódio do relacionamento amoroso, que se estende pela parte final de *GO*, tem como peça essencial Dóris, personagem ficcional, mulher atípica na sociedade sul-rio-grandense da década de 1930. Dóris proporciona um olhar diferenciado quanto à maternidade, ao casamento e às relações entre empregado e patrão, propriedade e produção.

A ideia do olhar relacionada a *GO* não é, de todo, original. Carlos Jorge Appel (1999: 9), na “Síntese bibliográfica” do livro *Cyro Martins 90 anos*, organizado por Maria Helena Martins, escreveu: “A Revolução de 1930 é revisitada com um olhar irônico no romance *Gaúchos no obelisco*”. A observação de Appel leva à indagação: quem oferece o olhar irônico? Em última instância, o autor. Mas, através de que e de quem? Das personagens e de suas ações.

Para fazer a análise das personagens presentes em *GO*, propõem-se a apresentação orientada por quatro núcleos, a saber: a) desterrados da origem; b) ilustres do panteão; c) mulheres e jovens de ouro; d) homens do farol.

Entre esse elenco, uma personagem merece especial atenção: trata-se de João que, por sua complexidade, pelo lugar que ocupa na narrativa, será analisada separadamente dos quatro núcleos propostos.

3.1 MOÇO DO INTERIOR, DA REVOLUÇÃO E DO PALÁCIO

Em *O romance histórico* (2011: 51), György Lukács afirma que as obras de Walter Scott apresentam “o herói mediano, prosaico, como figura central”. Assim,

o herói do gênero não se destacaria pela inteligência, pela coragem e pelo brio, ele sempre estaria no meio termo, sendo dotado de qualidades e defeitos. Ligado à leitura de *GO*, esse conceito pode levar à personagem João Silveira. O rapaz é elaborado com certa complexidade, sai do interior, participa de uma revolução, vira membro de um governo, mostra-se simpático e até valente aos olhos do leitor, mas não apresenta aspectos para ser considerado um herói acima da média.

Com vinte e nove anos, natural da campanha gaúcha, Joãozinho não se notabiliza por ser um herói dotado das características apontadas por Joseph Campbell em *O herói de mil faces*: solar, com origem obscura ou divina, com infância e adolescência conturbadas. Na verdade, nada se sabe dessas fases de sua vida, mas a origem é conhecida: nasceu no Batista, sendo “pertencente a uma família tradicional nos pagos, embora seu pai fosse um fazendeiro” (*GO*: 10). As primeiras características apontam-no como um “conversador de marca” (*GO*: 6), um opositorista “sem passado revolucionário” (*GO*: 10).

Justamente por essa última qualidade, sua primeira função em *GO* é servir de intermediário entre um coronel chimango e um maragato, de articulador da FUG no distrito do Batista. As aspirações de Joãozinho aparecem com o correr da narrativa: queria abandonar a campanha que, para ele “estava cada vez mais sem graça” (*GO*: 9), com poucas perspectivas de empregos ou amores, só não o tinha feito ainda “[...] por causa dos velhos, achacados de reumas e de saudades dos filhos que pouco a pouco se espalharam” (*GO*: 9).

A FUG representa para Joãozinho uma possibilidade de futuro, se ela “pegasse”: “Então, sim, algo novo seria capaz de acontecer na sua vida. Bah, os chimangos teriam que dividir o bolo, quando chegassem juntos lá em cima, no Rio de Janeiro, libertadores e borgistas!” (*GO*: 14). Tanto levou em conta a probabilidade de a FUG mudar seus rumos que, depois de ver os chefes opositoristas abraçados física e politicamente, decidiu “[...] se mudar o quanto antes para Porto Alegre, para acompanhar de perto os acontecimentos, procurar pessoas influentes” (*GO*: 25).

Ao desempenhar o papel de intermediário entre adversários e definir sua ida para a Capital, Joãozinho atua como agente de seu destino, busca seus interesses pessoais – em nenhum momento cogita fazer um bem maior ou ajudar, por exemplo, na derrubada de um regime injusto.

Depois de chegar a Porto Alegre em 26 de julho (GO: 33), dia do assassinato de João Pessoa, Joãozinho se insere na multidão da Rua da Praia, que anda de esquina em esquina atrás de notícias, inflama a fogueira da revolução, brada contra o Cavanhaque e o governo central, mas não participa das conspirações, somente espera que ela estoure. Ao invés de encontrar pessoas influentes, acha Paulo Portinho (GO: 36), que está na mesma situação que ele, e se aproxima de Leandro, um carreteador, e Rina, uma prostituta. A situação é verossímil, pois seria difícil para Joãozinho se relacionar com pessoas influentes: não tinha dinheiro, nome na política e nem bons contatos.

Ainda que os objetivos traçados no Batista não se concretizassem, Joãozinho “[...] estava gostando daquela farra política da Rua da Praia e que até seria capaz de topar a parada. Total, nos comícios, diziam coisas tão bonitas dos moços que dão a vida pela pátria!” (GO: 51). O moço era esperto o suficiente para perceber que a situação estava propícia para cuidar de seus interesses, mas também se deixava embalar pelo canto da sereia e até pensava em dar a vida pela causa.

Indiretamente, são os sujeitos sem influência, Rina e Seu Leandro, que fazem Joãozinho transformar sua vida. Quando a prostituta precisa mudar de casa, Joãozinho, com a carroça e o cavalo de Leandro, vai até a Rua da Praia, no final da tarde de 3 de outubro. Lá, tudo ocorre de maneira rápida: o tordilhinho morre com “um balaço no encontro” e “A carroça virou de rodas pra o ar. Os tarecos espalharam-se. O urinol foi rolando veloz até bater na parede do Quartel General do Exército e espatifar-se.” (GO: 61).

Em outro trecho, é possível notar como a marcha da história carrega Joãozinho:

[...] quando se deu conta de si, impelido pelo impulso da carroça ao virar, ia correndo entre os combatentes e, num relâmpago, passou a mão na arma de um soldado caído e seguiu correndo, sem poder parar nem olhar pra trás. Com o ímpeto da corrida, cruzou o portão do quartel e só foi ter alguma consciência da situação que o envolvia quando se viu apontando o revólver para a barriga dum coronel, que se entregou, erguendo os braços. (GO: 61)

Construções como “impelido pelo impulso”, “num relâmpago” e “só foi ter alguma consciência da situação” exprimem a ideia de que Joãozinho foi levado pelas águas da revolução. A questão que ele levanta após o entrevero também

torna visível a confusão em que se encontrava o rapaz diante do episódio inesperado: “– Isto foi o estouro da revolução? – perguntava Joãozinho, aturdido, a todos e a ninguém em particular.” (GO: 62).

Os instantes que seguem à tomada do QG trazem para Joãozinho uma nova posição e uma torrente de sensações. Seu encontro com os influentes finalmente se efetiva – Flores da Cunha admira-se do seu feito,⁵² nomeia-o “Tenente João Silveira, tenente em comissão” (GO: 62) e o chama para fazer parte de seu Estado Maior.

O momento no qual a personagem deixa de ser Joãozinho e transforma-se em Tenente mostra oscilações entre o que era e o que estava se tornando: ao mesmo tempo em que contempla o tordilhinho do Seu Leandro estatelado na Rua da Praia, recebe um “caloroso abraço de Oswaldo Aranha”; enquanto sentia-se “monarca”, “[...] transplantado milagrosamente para um topo de coxilha, bem a cavalo, o pala flutuando ao vento” e era considerado “o mais flamante herói do Rio Grande”, avistava “os cacos verdes do penico de Rina espalhados na entrada do Quartel General” (GO: 62).

No 4 de outubro, dois episódios delineiam de forma mais forte a nova fase de João. O primeiro se dá ao amanhecer, dentro do quarto do Grande Hotel, na tomada de consciência do que se tornara: “Joãozinho, ao despertar, estremunhou, confuso. Custou a se dar conta do lugar onde estava e de que, desde a noitinha do dia anterior, não era mais Joãozinho, e sim João Silveira, tenente em comissão.” (GO: 70). Já o segundo momento transcorre quando ele veste o uniforme: “Foi nessa ocasião que João Silveira se deu conta da sua altura. Tinha quase um metro e oitenta e não sabia. Fardado, com botas de campanha, ficou uma bela estampa de oficial.” (GO: 71). Quando ostenta a farda e conhece o seu tamanho, João se reconhece como homem. Ao contrário do que

⁵² A título de curiosidade, é interessante ver, em *Para início de conversa* (1990: 3), o que Cyro Martins fala de um amigo chamado Altamiro Krause: “Como se sabe, a Revolução durou pouco. Num encontro entre revolucionários e governistas, acontecido na fronteira do Paraná com São Paulo, o Altamiro se mostrou de uma coragem ímpar. E voltou herói. Flores da Cunha se encantou com ele e o manteve próximo até o fim de seu governo do Estado, em 1937. Digo mais, até o fim de seus dias.” Em *Os Vargas* (1990: 108), Getúlio teria dito a Rubens Vidal Araújo que Krause estava com os filhos de Flores no episódio da laçada ao Obelisco.

acontece com a personagem de Machado de Assis, o uniforme de tenente lhe deu a humanidade.⁵³

O caminho de João após o estouro da revolução tomou novo rumo. Os hábitos e os conhecidos de antes foram deixados de lado, pois desde que “[...] o elegeram à dignidade de herói”, ficou “a serviço do general Flores da Cunha e da Revolução” (GO: 99).

Andando pela Rua da Praia “em missão”, João encontra Ari, seu irmão. Ari é o representante do tenentismo nas páginas de GO. Ainda que tenha “se revoltado, em 22, quando cursava a Escola Militar” (GO: 13), não é visto como herói em nenhum momento. As referências a seu nome e suas aparições têm, geralmente, tom pejorativo: “[...] é um venta furada” (GO: 13); “[...] o exilado, o herói, embora nunca tivesse dado um tiro nem enfrentado uma arma, mas reconhecidamente herói” (GO: 14-15); “Ari era um mentiroso soberbo.” (GO: 15).

Como personifica um movimento e um grupo político ativo na década de 1920, os militares exilados, Ari é alvo de comentários desabonadores. Verifica-se isso quando João fala ao Coronel Tadeu Barbosa que seu irmão é favorável à Frente Única e o republicano histórico retruca:

- E como não vai ser? Só assim se criarão possibilidades dele e dos outros receberem anistia. Me perdoe, seu Joãozinho, mas isso é gente que não prega prego sem estopa. Mas se tal acontecer, em seguidita o Getúlio vai pagar a mula roubada. Esses tenentes vão voltar do Uruguai, da Argentina e do Paraguai com uma gana daquelas! Nada vai bastar para eles. Isso é gente que nunca trabalhou, passarineira, e que se aborrece só de imaginar alguém sossegado. (GO: 13)

Até mesmo João desacredita o irmão e seus pares na ocasião em que este se refere estar “amargando as agruras do exílio” (GO: 17): “– Será tão amargo assim? Vejo vocês gordos e sãos do lombo, retouçando com as castelhanas e com as brasileiras que todas as tardes atravessam o rio, de bote, pra virem tirar um fiapo dos tenentes.” (GO: 17).

Outra característica de Ari, que o afasta do *status* de guerreiro revoltado, é sua predileção pela escrita de sonetos. Os homens de armas não são proibidos de optar pela poesia e suas formas, porém, no tocante a Ari, o fazer poético soa como ridicularizante:

⁵³ Refiro-me à personagem Jacobina, de *O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana*. O conto está em: ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2011.

De tarde, após o banho e a barba bem escanhoada, sentava-se à sua mesa de intelectual. Era a hora do soneto, sua forma poética preferida. Torturante, porém digna de ser enfrentada. Já as pontas dos dedos da mão esquerda estavam calosas, de tanto contar sílabas. Com a direita segurava a caneta, mantida alguns centímetros acima do papel, em prontidão, para gravar com o bico da pena, qual chama cintilante, o verso perfeito, no instantâneo da inspiração. [...] Levava frequentemente dois a três dias para acertar toda a ourivesaria da obra. (GO: 15-16)

O que torna ainda mais ridícula a produção literária de Ari é que, enquanto ele se dedicava à “ourivesaria” e gozava a “glória” de ver sua obra publicada “num quadrado de terceira página do semanário A Liberdade” (GO: 16), Leopoldo, seu pai, fazia de tudo para que o filho não passasse “vergonha perante seus companheiros de ideal” (GO: 16).

A situação é mais explicitada quando, no dia 3 de outubro de 1930, já em Porto Alegre, Ari estava “em plena cavalgata, empolgado, na hora em que começaram a ecoar os tiros da revolução” (GO: 100). Ele não lutaria, pretendia escrever o livro que seria o “cântico da revolução” (GO: 100), queria ser como D’Annunzio, queria ser “único na história do Brasil, um soldado-poeta” (GO: 101).

Quando João e Ari se encontram na Rua da Praia, a heroicidade na família tinha novo protagonista e Ari é diminuído pela última vez: “João, alto, esbelto, a farda lhe caíra muito bem. Ari, atarracado, uma peitarra, pescoço curto, precisava olhar para cima pra falar com o irmão.” (GO: 99).

Depois de ser incorporado às forças de Flores da Cunha e viajar para São Paulo e Rio de Janeiro, João começa a perceber melhor as situações e pessoas ao seu redor. Num dos únicos episódios em que realmente age sobre a história, o desfile pela Avenida Rio Branco e a laçada ao Obelisco, fica evidente a avaliação do gaúcho sobre os fatos:

No meio daquele povaréu, delirantemente entusiasta, desejoso de participar da revolução, talvez houvesse alguém que desejasse vaiá-los, matutava o tenente João Silveira, que aprendera muita coisa a respeito de homens, naqueles poucos dias tumultuários, a começar pela inveja que sua posição privilegiada despertava. (GO: 106)

Não é só a participação ativa de João que surpreende no evento do Obelisco. Ele tem o comando dos gaúchos que tentam a laçada: “- Vão apeando, muchachada, e desapresilhando o cabresto! – ordenou o tenente, com desembaraço encorajador.” (GO: 106). Depois de cumprido o objetivo da

revolução, a voz de chefia ainda estava com ele: “Agora está. Atem os laços nos tentos e, antes, que nos caguem a pau, vamos embora!” – ordenou o tenente João Silveira, com o espírito trocista que começava a desabrochar nele.” (GO: 107). O despertar do espírito trocista de João espanta menos que o verbo indicativo de suas ações: ordenar.

De volta a Porto Alegre, outra troca de vestuário marca a mudança em João. Dessa vez, a roupagem não vem pela mão de um militar, mas pela de um bacharel. “Por acaso”, em uma noitada no Clube dos Caçadores, suntuoso cabaré que substituiu as casinhas da Rua da Ponte, João conhece Anísio Teixeira, homem “maneiroso” e de “faro sensível como o de um perdigueiro para possíveis vantagens administrativas” (GO: 108). O novo amigo alerta João sobre as oportunidades que podem surgir sem o uniforme:

A farda já te deu o que podia dar. Daqui pra diante poderá até te atrapalhar. À paisana terás muito mais liberdade de ação, inclusive em certas oportunidades de negócios, que fatalmente não de surgir, dada tua ligação com o General e a influência natural que irás tendo sobre os secretários de Estado. (GO: 109)

Além de chamar a atenção de João para as possibilidades de ganhar dinheiro sendo palaciano, Anísio é o responsável pelo seu “polimento social” (GO: 110), seja afiançando-lhe fatiotas no melhor alfaiate das “altas rodas”, seja indicando-lhe pessoas importantes nos Caçadores. Naturalmente, Anísio cobra seu preço: a chefia de um cartório. Como João movimentava os pauzinhos junto a um secretário estadual, numa cena que retrata primorosamente os trilhos da politicagem (GO: 136), Anísio chega ao seu objetivo.

Os ternos ajudam João a ser chamado de Doutor, assim como sua nomeação para oficial de gabinete (GO: 130). A isso juntam-se os argumentos de Dona Naura, “uma das secretárias veteranas do Palácio” (GO: 131), que, além de dar-lhe um dicionário para “ficar menos ignorante” (GO: 132), explica-lhe para o que serve o título:

- Escuta, doutor é uma espécie de tempero que dá relevo ao nome. [Naura]
- Puxa, vou ter que me render!
- Por acaso, até ontem, não eras tenente a dedo?
- Sim, senhora. E sabe que me acostumei?
- A mesma coisa vai acontecer com o doutor.
- Eu já ando extraviado de mim mesmo. (GO: 131)

A confissão de João, na última parte do diálogo, revela que aquele Joãozinho havia ficado para trás, no 3 de outubro. Alguns meses depois de desaparecer das vidas de Dona Antônia, Seu Leandro e Rina, já com a situação estável há um tempo, ele foi procurá-los para “tratar de ajudá-los de alguma forma”. Na Glória, descobriu que a viúva e o vizinho deixaram Porto Alegre: a primeira mudou-se para Alegrete e o segundo, para Viamão. Ela sofreu um desgosto muito grande e ele quase morreu de aborrecimento. De Rina, nem notícias obteve.

A procura pelos antigos companheiros é significativa no tocante aos rumos de João. Ao invés de se ligar ao passado e ao que era, a busca causa efeito contrário, pois a personagem se dá conta da transformação pela qual passou e da necessidade de abandonar aquele passado:

Decididamente, a sua vida mudara. Uma mudança imprevista e repentina. O vendaval não deixara nada de pé. Pra que insistir em busca do passado, um passado tão pobre? O caso era que aquele pobre passado de ontem se igualava ao seu passado de sempre. *Bueno, qué hacer?* – caprichos da sorte! (GO: 127, grifos do autor)

O insucesso na jornada atrás das pessoas que o rodeavam anteriormente também não lhe traz remorsos ou crises de consciência. Ele sabia que a “todos devia um pouco” (GO: 127), mas a busca frustrada teve uma função: “Servira-lhe ao menos para sentir-se intimamente desobrigado com aquela gente.” (GO: 127).

Também por andar extraviado, João viajou ao Batista. Lá, encontrou a má saúde do pai (GO: 138), a curiosidade do Seu Bilo (GO: 137) e da mãe (GO: 138). Em nenhum momento contou que entrou por acaso nos acontecimentos de 3 de outubro. Para o bolicheiro, disse que “[...] os fatos vão se enredando uns nos outros e acontecendo. Quando a gente vê, já se deu!” (GO: 137). Para Dona Alexandra, deu uma desculpa:

- Mãe, eu já cansei de contar essa história. Pra falar a verdade, os jornais e o povo contaram de maneiras tão diferentes que eu até me embrulhei, nem posso reproduzir bem ao certo mesmo como aconteceu aquilo. (GO: 138)

Tanto Bilo quanto Alexandra acharam que João continuava o mesmo, fosse por não se gabar dos seus feitos ou por ter voltado com a mesma roupa com que partira. Eles não perceberam, mas as mudanças aconteceram, pois João

“Retornou a Porto Alegre ainda mais confuso do que estava a respeito de si mesmo.” (GO: 139).

A crise da personagem pode ter ligação com o fato de que todos o consideravam um bravo herói e ele era o único que sabia a verdade. João já havia se transformado quando de sua viagem ao Batista e continuaria seu processo de modificação.

No aniversário de um ano da revolução, João aparece mostrando total consciência de sua condição social e da posição importante que ocupa “nos bastidores do Palácio”. O homem que vive na casa “mobiada, atapetada, com espelhos e lustres”, com “o auto na garagem”, que tem “duas dúzias de gravatas de seda”, amigos importantes e “depósitos na conta bancária” (GO: 143) não lembra nem de longe o Joãozinho que, no último 3 de outubro, iria fazer a mudança de uma prostituta da Rua da Ponte.

Durante o período no Palácio, ele também entende que todos queriam um pedaço do bolo. Quando estoura a Revolução Constitucionalista e alguns setores gaúchos aderem a ela, João compreende que: “[...] os outros também querem mamar” (GO: 147).

Enquanto a população gritava nas ruas pela solução do assassinato de Clodoaldo Bello, João Silveira, que era o Joãozinho assistente, opositor e tornara-se “figura cada vez mais proeminente da casa civil do Interventor” (GO: 155), “transmitia ao capitão comandante da guarda palaciana ordens para que o seu piquete de cavalaria percorresse as ruas centrais, com a finalidade única de intimidação” (GO: 155).

Junto com a propriedade comprada a um “fazendeiro enforcado”, as “facilidades” que vinham com o cargo e a “simpatia de tantos”, “chegavam-lhe também ameaças solertes e acusações descabidas, tais como as que lhe atribuíam a responsabilidade mais imediata de certas perseguições políticas” (GO: 157). Até mesmo quanto ao assassinato de seu conterrâneo, Waldemar Ripoll, pairavam dúvidas sobre sua participação.

Esse acontecimento tem consequências para João. Diante das acusações injustas que lhe impingem pelas costas, ele se defende “só tenho feito favores desde que o velho Flores me puxou para o seu costado” e fala de seu papel no governo: “Já me disseram que eu faço uma coisa que se chama advocacia administrativa. É isso mesmo. Não faço mistérios.” (GO: 172). Depois de todo o

desabafo, João cai no choro. Para Anísio: “Foi o menino do Batista, longamente sufocado, que acordou nele, de repente, naquela confusa situação emocional.” (GO: 173).

O choro de João é contraditório. Pelas lágrimas do “menino do Batista”, sua inocência é invocada. A defesa baseada na afirmação de que só fazia favores e no argumento de que várias pessoas o aconselhavam a topiar as paradas, indicam que ele é levado pelos acontecimentos. Isso até pode acontecer, mas, em certos momentos, ele tem absoluta ciência do que faz e seu encaixe na mecânica da politicagem fica evidente em passagens como “João Silveira, que dominava com maestria a manha política” (GO: 194) e “Mas eu fiquei por dentro mesmo foi das tramoias da politicagem.” (GO: 231). O não agir é o que mais empurra João para a fila dos heróis medianos.

Se, nos assuntos de Estado, João é envolvido pela politicagem, no campo amoroso é seduzido por Dóris Lucena, uma personagem tão complexa quanto ele. Nas duas vezes que encontra João, no Cassino Farroupilha e no Rio de Janeiro, é ela quem toma a iniciativa da conversa e quem tem a ideia de abrigar o homem na sua estância chamada Águas Claras.

No cassino, sabe-se que ela gosta de “homens corajosos”, “é fronteirista”, “herdeira rica e solitária” e tem o “olhar afiado, porém curto, como lâmina de canivete. E mais, parecia expressar infelicidades precoces” (GO: 184). Na fazenda se tem conhecimento de quão atípica Dóris é. Nas idas à sanga, a história de sua vida vem à tona: fez um aborto aos dezessete anos⁵⁴ (GO: 226); casou pouco tempo depois com um “filho de fazendeiro” (GO: 227); seu casamento “Foi de mal a pior. O Alcides só se interessava pelas safras de boi e de lã. E principiou a botar dinheiro fora no jogo.” (GO: 229); pediu o desquite e desafiou o sogro (GO: 229).

Dóris considerava-se uma mulher independente (GO: 218). Habitualmente, levava para a estância “um muchacho pelo cabresto” (GO: 211) e quando “enjoava dele, inventava uma viagem” (GO: 211). Na administração de sua propriedade, era “extravagante”: pagava bem os peões, estimulava o chuveiro diário, dava-lhes roupas de cama em bom estado, queria que eles comessem na

⁵⁴ No mesmo ano da publicação de GO, 1984, Cyro Martins lançou a coletânea de ensaios *A mulher na sociedade atual* e um dos textos teve o título de “As trágicas feridas emocionais do aborto”.

mesa, com toalha, guardanapo e talher (GO: 224-225). Duas frases sintetizam suas extravagâncias: “Quem quiser trabalhar comigo, terá que aprender a viver como gente.” (GO: 225) e “Hei de domar essa bagualada!” (GO: 225).

Para Dóris, João abre sua vida, comentando o que aprendeu nos anos de palaciano e o que fez na noite da queda de Flores da Cunha.

É na propriedade de Dóris, Águas Claras, que se dá o desfecho de GO. Soldados invadem a propriedade e, sob as reclamações de Dóris, levam João, acusado de organizar a resistência florista na fronteira. O herói não morre, tem um final mediano, vai preso.

3.2 DESTERRADOS DA ORIGEM

No núcleo dos desterrados incluem-se as personagens que apareceram em torno de João logo de sua chegada a Porto Alegre. Aí estão: Dona Antônia, Seu Leandro, Rina e Paulo Portinho que também deixaram suas cidades natais e se mudaram para a capital em busca de nova vida.

Dona Antônia era “[...] uma viúva são-joanina que morava no Bairro da Glória e que alugava quartos para rapazes, de preferência para os conterrâneos” (GO: 28). Além disso, era mãe de três filhos. Ela se notabiliza por alguns aspectos: não sabe nada sobre a revolução, insiste para que Joãozinho arrume emprego, tem um encontro sexual com ele.

Sua falta de conhecimento sobre as tramoias políticas que levaram à revolução se deve a dois fatos: o de morar num lugar longe do centro da cidade, da fervilhante Rua da Praia, e o de ser analfabeta. A personagem confirma essa última informação nas seguintes frases: “– Não sei mesmo. Não leio o suficiente pra entender um jornal.” (GO: 45). Nessa condição e “ocupada na sua lida o dia inteiro” (GO: 45), não tinha como conhecer as notícias. Mesmo assim, ela tem uma ideia formada sobre política: “– Dê no que der, só os graúdos tiram vantagem, Joãozinho. Não te iludas.” (GO: 47).

Por não saber das intenções de Joãozinho em Porto Alegre e, talvez, por recear que, na falta de trabalho, o pensionista não lhe pague a hospedagem, Dona Antônia interpela o rapaz sempre que pode: “– Eu te vejo sem empenho pra arranjar trabalho, Joãozinho, assim tu nunca arranjarás nada. Pelo menos não arranjarás coisa que preste.” (GO: 45); “– Mas o que é que está acontecendo na política, assim, de tão grave, que não te deixa trabalhar?” (GO: 45).

Como Joãozinho ficava em casa boa parte do dia, ocupava seu tempo em conversas com a Dona Antônia. No início da tarde do 3 de outubro, enquanto a revolução se preparava para estourar, ele reparou que ela “apresentava um ar folheiro” (GO: 57). Os olhares, as aproximações e os toques levaram ao ato sexual. Inicialmente, o momento de intimidade entre os dois soa estranho dentro da narrativa. Até o 3 de outubro, não havia nenhuma pista de Dona Antônia relacionar-se com seus hóspedes, via-se, apenas, que ela aceitava rapazes na pensão. Contudo, levando em conta o fato de que, nesse mesmo dia, Joãozinho entrou no QG da Rua da Praia e não voltou mais para o bairro Glória, pode-se entender que o encontro dos dois é a justificativa para a última aparição de Dona Antônia, desesperada, frente ao vizinho, algumas páginas adiante: “[...] eu perdi uma pessoa!” (GO: 66).

O vizinho que presenciou o desespero de Dona Antônia era chamado de Leandro, outra personagem relevante do núcleo dos desterrados. Pelas suas conversas com Joãozinho, descobre-se que Leandro é um exemplar do “gaúcho a pé”, figura tão presente na obra de Cyro Martins. Assim como Antônio, Seu Leandro teve de se mudar de sua cidade, Santo Antônio da Patrulha, por motivos explicados a Joãozinho:

- Pois é, não dava mais. Ou melhor, pra não sê mentiroso, o patrão me declarou que não precisava mais de posteiro, nem de chacreiro, que ia desmanchá o rancho e a lavourinha de milho e abóbora e batata pra só plantá cana, que essa, sim, era uma planta que dava. Eu não tiro a razão dele. (GO: 54)

Afora sua condição de desterrado, Seu Leandro reparte com Dona Antônia o analfabetismo, mas parece minimamente mais informado que ela: “– Eu estou tão por fora dessas políticas, seu Joãozinho! Como é que um homem como eu vai saber das coisas? Não sei lê... Você acha mesmo que está com jeito de saí revolução?” (GO: 53).

A presença de Leandro é importante para a narrativa não apenas pelo que simboliza – o homem do interior agregado ao cinturão de miséria da grande cidade – mas também pelo seu papel na revolução. Indiretamente, e sem ter conhecimento disso, Seu Leandro torna-se um dos responsáveis pela vitória do movimento em Porto Alegre, pois a carroça e o tordilhinho com que se sustentava são decisivos na tomada, pelos revoltosos, do QG da Rua da Praia. Com a participação indireta de Leandro nos acontecimentos do 3 de outubro, lê-se com

ironia a atuação realmente popular no evento de 1930. Além disso, com a perda do animal, Seu Leandro transforma-se, definitivamente, em um “gaúcho a pé”.

A carroça de Leandro estava na Rua da Praia na fatídica tarde de outubro por um simples motivo: a mudança de uma prostituta. Ela se chamava Rina e Joãozinho era o que a ligava ao Seu Leandro.

Rina, Catarina de nome inteiro, tem origem confusa. Primeiro, ela diz ser de Uruguaiana (GO: 40), depois, de São Sebastião do Caí (GO: 68), mas, de qualquer maneira, é uma desterrada. Veio “fazer a vida” na capital porque na cidade em que nascera não podia trabalhar: havia mãe, pai, irmãos (GO: 40-41), que constrangiam o desempenho da profissão. Quando conheceu Rina, Joãozinho andava com “ganas” (GO: 40) e, por isso, visitou a moça algumas vezes. A frequência gerou certa amizade e, após Rina avisar que se mudaria para outro “ponto” (GO: 51), na mesma Rua da Ponte, Joãozinho se ofereceu para ajudá-la.

Foi nesse momento que Seu Leandro e Rina se ligaram. Para carregar a “trecama” da prostituta “[...] uma muda de lençóis, os dois travesseiros com as fronhas, o fogareirinho a álcool, a bacia de folha, o castiçal, o urinol e o cobertor” (GO: 52-52), Joãozinho pediu a carroça e o tordilho de Leandro. Tal qual aconteceu com Seu Leandro, Rina ajuda a revolução sem o saber, sacrificando seus poucos pertences.

Dona Antônia, Seu Leandro e Rina formam a parte do núcleo que não se interessava pela revolução, mas foi atingida por ela com o afastamento de Joãozinho e o que ele carregava consigo. O outro componente do núcleo dos desterrados, Paulo Portinho, diferenciava-se dos três, principalmente, por estar inteirado dos fatos políticos. Como Joãozinho, ele saiu de sua terra, Passo Fundo (GO: 36), para ver o que aconteceria e também esperava tirar alguma vantagem da situação.

A principal função de Paulo Portinho na narrativa é a de servir como companheiro de Joãozinho nas andanças da Rua da Praia pré-revolucionária. Portinho afirma, logo que se conhecem: “Eu gosto de discurso. Sempre gostei de política.” (GO: 37). A maneira parecida dos dois, no vestir e no agir, e a inclinação pelos eventos políticos transforma-os em “amigaços” (GO: 39). Paulo apresenta uma debochada visão a Joãozinho sobre arranjar trabalho em Porto Alegre, naqueles conturbados dias de 1930:

- Que espécie de emprego, Joãozinho?[Portinho]
- Qualquer meio de vida.
- Decente?
- Claro, homem.
- Não se encontra assim no mais, principalmente enquanto durar esta agitação. (GO: 39)

O que os difere é a sorte, ou o azar, dependendo do ponto de vista. Enquanto Joãozinho ostentava os galões de tenente no ombro, conseguidos com a carroça de Leandro e o urinol de Rina, Portinho envergava “o verde-oliva de soldado raso” (GO: 71). A revolução já indicava seus favoritos.

O fato de as personagens deste núcleo estarem deslocadas de seu chão natal não é o único que as une. Todas elas fazem parte da vida de João quando ele ainda é Joãozinho. Elas também representam uma parcela de indivíduos que não foi beneficiada pelo processo revolucionário de 1930.

3.3 ILUSTRES DO PANTEÃO

Aqueles que morressem, no 3 de outubro, em nome da causa revolucionária, seriam sepultados em um panteão sul-rio-grandense, pois teriam realizado um feito notável. A denominação deste núcleo se baseia na ideia do panteão e no episódio do romance que traz as famílias dos combatentes caídos.

Como no caso anterior, o núcleo do panteão mostra sujeitos que não foram beneficiados pela revolução. A personagem que se destaca neste núcleo é Aristides, “coronel reformado da Brigada Militar servindo em comissão no comando da Guarda Civil” (GO: 76). Aristides é o encarregado de informar as famílias sobre as mortes dos “bravos” membros da Guarda Civil ocorridas em 3 de outubro. Com uma lista de dez nomes, ele e o motorista vagueiam por Porto Alegre e arredores para comunicar “em nome do chefe supremo da Revolução, S. Excia. o Presidente Getúlio Vargas” (GO: 72) que alguém morreu, mas “seu nome ficará nos anais da história” e seu corpo será sepultado no “panteão rio-grandense” (GO: 73).

A pompa das palavras de Aristides contracena com a miséria e o desespero das famílias dos combatentes mortos. Na primeira visita, depois da trágica notícia, os pais da vítima finalmente entendem por que o filho fazia parte de um pelotão de elite “[...] tinha sido escolhido para morrer” (GO: 73). Nessa visita, ainda se vê uma cruel passagem relativa ao anonimato e ao desejo humano de ser notado: “Vizinhos acudiram, adivinhando a desgraça. Alguns

sentiram uma certa inveja dos pais enlutados, que, somente assim, sairiam do anonimato. Teriam o nome de seu filho, e o próprio, nos jornais.” (GO: 73).

Quando vai à casa da viúva de Heraldo, Dona Clara, Aristides tenta explicar que, ao lado de seu marido, lutaram “cidadãos ilustres” do Rio Grande, como “Flores da Cunha e seus filhos, Oswaldo Aranha e seus irmãos” (GO: 75) e que foi “o dedo de Deus que apontou Heraldo e seus companheiros de infortúnio e de glória para a imortalidade no panteão rio-grandense” (GO: 75). Contudo, Clara é uma personagem consciente e não cai no discurso decorado do Coronel – ela até o desafia ao falar que os cidadãos ilustres não morreram e que não acredita no “Deus marechal” (GO: 75).

Adélia, outra viúva, é menos consciente do que Clara, porém, mais revoltada, como pode ser visto em duas passagens: “Vocês estão com remorso, vocês mataram o meu marido!”, “– Metam no cu esse tal de panteão!” (GO: 79).

Em algumas das ocasiões, Aristides encontra os pais das vítimas. Dona Afonsa, por exemplo, com “uma cara enrugada de índia velha, os cabelos puxados para trás, grisalhos” (GO: 76), não consegue entender que seu filho Jacinto morreu pela República (GO: 78). Félix e Francisca, que moravam na casa “mais pobrezinha” (GO: 83) dentre as visitadas, também não compreendem o porquê de seu filho Lelo ter sido imolado pela pátria (GO: 85).

Seu Gervásio, antigo maragato do Batista, pai de Valério, antes de receber a notícia da morte do filho, tenta perceber por que estourou uma revolução com as forças do governo: “– Esta é boa! Não entendo mais nada. Então, o governo se revoltou?” (GO: 96). A questão não deixa de ser irônica, pois era difícil conceber a ideia de que um governo estadual estabelecido, como era o do Rio Grande do Sul, se revoltasse. Pelo pensamento de Gervásio, combatente de 1893, infere-se que a rebelião era uma prerrogativa da oposição e não da situação.

Em dado momento de sua excursão, o Coronel Aristides pergunta a Alfeu, o motorista: “– Que espécie de visitantes somos nós?” (GO: 83). Mensageiros da morte seria uma boa definição, apesar de soar como clichê. Entretanto, os dois homens não representavam apenas a morte. Com o carro, a farda, a patente e as palavras difíceis, eles também simbolizavam a vida, a outra vida – distante dos arrabaldes, dos casebres e da pobreza. Os dois mensageiros ainda poderiam ser a concretização das palavras de Dona Antônia (“os graúdos, são os graúdos” GO: 51).

Entretanto, as páginas de *GO* colocam sob o mesmo panteão os graúdos e os miúdos. Por ser cardíaco e sofrer a cada comunicado de morte, o Coronel Aristides não resistiria, seria “mais um soldado” a tombar no “cumprimento do dever” (*GO*: 97).

As personagens visitadas por Aristides variam de sexo, idade e reação, mas, quanto à condição social, não; são geralmente pobres e boa parte das famílias é oriunda do interior do Estado. Essa última característica, unida ao fato de a maioria estar alienada quanto à situação política, as aproxima do núcleo dos desterrados.

3.4 MULHERES E JOVENS DE OURO

Após o 3 de outubro e a posse de Getúlio Vargas na presidência da República, desencadeou-se no País a campanha “Demos ouro ao Brasil”, que visava ao pagamento das dívidas e à “salvação” financeira nacional. Para que a ideia funcionasse, as senhoras brasileiras precisariam doar suas joias, seus ouros. Nesse contexto, em *GO*, entra em cena Dona Laura, “senhora da alta” (*GO*: 111), viúva e mãe de filho revolucionário.

Laura se preocupa bastante com as aparências. Quando lê no jornal sobre a campanha do ouro, ela pensa em ajudar o Brasil, mas pensa, também, nas outras senhoras da sociedade e se elas estavam “se depenando das suas joias” (*GO*: 114). Para ajudar-lhe, Laura chama Tereza, a vizinha, que já tinha doado os “falsos brilhantes” e as “fantasias douradas” (*GO*: 117). Tereza não tem vergonha ao explicar o porquê de sua ação: “[...] Não ia ficar aí me amofinando, perdendo o sono. Se der certo, deu. Se for gatunagem, é porque a República Nova vai ser igual à Velha.” (*GO*: 117).

O comportamento de Laura e Tereza frente à situação já serviria como retrato cômico e ácido de algumas mulheres da alta sociedade excessivamente preocupadas com as aparências. Entretanto, esse retrato ganha tintas mais carregadas quando Laura se arruma para um encontro amoroso, numa “peça vulgar e triste nos seus adornos ordinários” (*GO*: 119), com Firmo, marido de Tereza.

Nos momentos em que menciona o filho Armandinho, Dona Laura expressa sua opinião sobre o País:

- Mais do que já fiz pelo Brasil, impossível! Deixei, entre lágrimas, me derretendo em lágrimas, o meu filho, o meu tesouro, o nosso Armandinho, Amélia, agarrar em armas e ir para a revolução, e foi, e ainda está por lá, morando nem sei onde, diz que num hotel, mas isso pode ser pra não me preocupar, salvando o Brasil naquela cidade da perdição que é o Rio de Janeiro! (GO: 112)

Também há referências à ingenuidade do jovem (GO: 114) e às mulheres cariocas (“– Contam tantas coisas das cariocas, que são umas vampiras, que viram a cabeça dos homens com a maior facilidade!” GO: 115). Laura parece uma falsa moralista quando trata da conduta das cariocas e também dá ares de que acredita na inocência do filho. Porém, em duas ocasiões, ela cita suas duas cartas, que vinham “pedindo dinheiro” (GO: 111, 114).

Armandinho é uma personagem representativa quanto a alguns grupos que circundaram a Revolução de 1930. Muitos dos revolucionários que foram para o Rio de Janeiro, em outubro daquele ano, pretendiam usufruir dos louros da vitória, das benesses do Estado e dos prazeres da Capital Federal, assim como Armandinho:

Divertir-se era o seu lema agora, e de centenas de outros jovens nas suas condições, vindos na avalanche da revolução, do pampa gaúcho, da caatinga nordestina e das montanhas de Minas, desde o momento em que desembarcaram no Rio de Janeiro e que puderam espichar a festa da Revolução, que fora curta. (GO: 121)

A personalidade de Armandinho é vista por essa intervenção do narrador nos seus pensamentos e pela escrita de duas cartas, uma para a mãe e outra para Prado, um amigo. Na primeira, ele começa carinhoso e parece, até mesmo, inocente: “Esta é a terceira carta que lhe escrevo em menos de trinta dias, o que prova que a mamãezinha querida não está esquecida pelo seu filhinho.” (GO: 120). Logo, fala do que pode arranjar: “[...] o João Alberto está bastante inclinado a me levar com ele para São Paulo, no momento em que assumir a Interventoria, o que não deverá demorar muitos dias.” (GO: 121). E, no final, mostra o porquê de ter escrito:

Muitíssimo obrigado pelos dois passes que me fez, atendendo pedidos meus, de dez contos de réis cada um. A senhora sabe, um hotel no Rio, mesmo modesto, custa dinheiro. Mas agora estou precisando de um novo reforço. Mais dez ou mais quinze. (GO: 121)

Na segunda carta, para o amigo, Armadinho adota um tom no qual estão misturadas sinceridade e gabolice:

[...] agora já posso te escrever contando-te minhas experiências de guerreiro amador, de oficial de tropa e de dândi frequentador dos mais deslumbrantes cassinos do mundo, que são os do Rio de Janeiro, onde se joga, se dança, se bebe, se fazem ceias de arromba às quatro, às cinco da madrugada, e de onde se sai sempre com uma bela mulher perfumada pelo braço. (GO: 121)

O relato de Armandinho sobre as suas aventuras em solo carioca auxiliam na montagem de um esboço dos “sacrifícios” pelos quais alguns revolucionários passaram enquanto tratavam do futuro da nação. Mais significativo que o relato é o desenho geográfico que Armadinho faz dos vencedores e de suas intenções em relação à República Nova:

A gauchada toda que eu conheço, os nordestinos que acompanharam Távora, a moçada de Minas, com uma herança de vaqueania do poder, muitos paulistas que se misturaram com a gente, ninguém pensa em voltar para seus Estados antes de tentar tirar o melhor partido possível da sua participação na derrubada da República Velha. (GO: 122)

O núcleo do ouro é um dos mais ácidos de GO. Isso pode ser confirmado pela crítica à sociedade de aparências, personificada em Dona Laura, e ao papel de uma fatia dos revolucionários que, como Armandinho, só pretendia explorar o novo regime e o que de vantajoso ele pudesse oferecer.

3.5 HOMENS DO FAROL

O núcleo dos homens do farol reúne Afonso e Zeferino⁵⁵, personagens caracterizadas como “Dois velhotes amigos, fiscais do Tesouro, aposentados [...] chopistas inveterados e amáveis de trato” (GO: 150). Os dois sempre aparecem um tanto bêbados, na saída de “O Farol Submerso”, “o bar alemão meio subterrâneo” (GO: 150). Ao contrário do que acontece com os outros núcleos, este tem seus episódios expostos em diferentes momentos e cobre um período que vai de 1932 a 1937.

Geralmente, os assuntos de Afonso e Zeferino giram em torno da política desenvolvida em cenário estadual e nacional. Apesar do álcool, e talvez por

⁵⁵ A personagem Zeferino pode ter sido inspirada em Zeferino Brazil (1870-1942), poeta gaúcho que foi funcionário do Tesouro do Estado e também bebia.

causa dele, fazem comentários incisivos sobre as situações impostas pelos governos Flores e Vargas.

Eles iniciam sua participação conversando sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 e a repressão que Flores desencadeou quando do evento:

Como se aproximasse o estrépito dos cascos das montarias dos brigadianos, eles pararam e, apoiados na bengala, contemplaram o espetáculo.

- O que é que isto te faz lembrar, Afonso? [Zeferino]

- Ora, Zeferino, os tempos da ditadura borgista, sem tirar, nem pôr! A mesma Brigada, os mesmos cavalos, as mesmas espadas! Parece que não é mentira aquela história de que a história se repete! (GO: 150)

O pensamento de que “a história se repete” indica a consciência que Afonso revela do momento e do processo histórico. Por mais de duas décadas, Borges sufocou as manifestações da oposição com a força da Brigada Militar. Flores, discípulo de Borges, não só lutou contra o ex-chefe em 1932 como utilizou seus métodos. Fora a interpretação local que a passagem oferece, tem-se a de âmbito maior, a que se refere aos homens de todos os tempos e lugares e sua relação com o poder e o uso da força.

Dois anos depois da primeira aparição, Afonso e Zeferino voltam para falar da constituinte de 1934. Mesmo encharcado de chope, Zeferino percebia claramente as intenções continuístas de Vargas:

- Naturalmente, esse projeto de eleição indireta não visa outra coisa senão a eleição do Getúlio, para legalizar sua permanência no governo. Isso já estava tudo preparado, de antes – afirmava Zeferino, soberano nas suas sentenças. (GO: 158)

Ainda em 1934, o assassinato de Ripoll, que chocou a sociedade gaúcha na época, pela violência do crime e pela pouca idade da vítima, é citado:

- Conheceste o Ripoll, Zeferino?

- De vista, num comício. O rapaz prometia. Mas acho que era um revolucionário com leviandades de menino. Tanto, que deu a volta ao mundo e veio se meter na boca do lobo. (GO: 174)

Quando chama Ripoll de “revolucionário com leviandades de menino”, Zeferino lança mão de sua ebriedade para sinalizar, de modo indireto, a dúvida que pairava sobre os caminhos de Ripoll. Por que o rapaz veio parar logo ao lado dos seus inimigos? Talvez o pensamento de que os companheiros procurariam se unir em torno dele para ungi-lo como seu chefe. No encalço do comentário sobre

Ripoll, Zeferino deixa transparecer sua alcoólica esperança de ver, se durasse “cinco anos mais” (GO: 174), aquele assassinato e outros esclarecidos. Afonso contrapõe a expectativa do amigo de forma sóbria, apesar dos vários canecos de chope que havia engolido no Farol: “– Tu achas, sorro velho, que em cinco anos este caso e outros se esclarecerão?” (GO: 174). Bêbado, Afonso entendia que a ditadura, dominada por quem fosse, era sempre escura e não dava respostas.

Afonso e Zeferino também debatem sobre literatura, mais especificamente, a publicação de *Caminhos cruzados*, de Erico Verissimo, e a polêmica que envolveu a obra e alguns setores da Igreja Católica. Zeferino refere-se ao enrosco do escritor e deixa transparecer sua visão sobre a tal instituição: “– Ora, em que é que os padres não se metem? Garanto que eles estão acusando o Erico de ser partidário do Prestes, apenas porque ridiculariza as carolas ricas e seus chás beneficentes.” (GO: 175). Afonso aproveita que Zeferino citou as mulheres ricas e, ironicamente, critica as senhoras que dedicavam a maior parte do seu tempo “às missas, às confissões, às comunhões, às bisbilhotices, aos vestidos para as festas na Sociedade Filosofia, no Jocotó, no Clube do Comércio, e por aí adiante.” (GO: 175).

Do tópico das senhoras, os dois homens pulam para o do Centenário Farroupilha e, conseqüentemente, o da política. Veja-se o comentário de Zeferino quanto aos gastos na construção do Cassino Farroupilha: “Puxa, se quiseres ver esbanjo, vai lá.” (GO: 175). Nesse mesmo tema, Zeferino pinta um retrato absolutamente debochado de Flores da Cunha na Praça de Touros montada no Parque da Redenção⁵⁶:

[...] Num domingo, andava caminhando pela Redenção e, por desfastio, entrei. Casualmente assisti o Flores fazer uma das suas áfricas. O toureiro, que os empresários anunciavam como espanhol legítimo, após tripudiar sobre o pobre animal ajoelhado e exangue, se aproximou do palanque oficial, com ademanes triunfais, e o Flores não teve dúvidas, tirou da carteira uma piriquita de quinhentos mil réis e lha jogou aos pés, como um imperador romano. Foi mais ovacionado que o toureiro. (GO: 176)

Em 1935, Afonso e Zeferino apresentam uma visão dotada de bastante clareza no referente à Intentona Comunista. Afonso, por exemplo, diz: “– Ôpa lá com *intentona*! O Governo é muito hábil na escolha das palavras mais

⁵⁶ Em 1935, para comemorar o Centenário da Revolução Farroupilha, o governo estadual erigiu obras como o Cassino Farroupilha e a Praça de Touros, ambos no Parque da Redenção. Houve, também, a Exposição, na qual todos os estados da Federação foram representados.

desmoralizantes para qualificar os atos dos adversários.” (GO: 188, grifos do autor). De fato, intentona tem sentido pejorativo. Afonso não só tem consciência disso como busca, em sua bebedeira, a palavra mais ajustada ao movimento da ANL: “Aventura é a palavra, não intentona, Zeferino.” (GO: 188). Este ainda reflete sobre a denominação: “– Aventura no sentido de obra de aventureiros [...]. Uma pena, deixaram de ser revolucionários!” (GO: 188).

Entre 1935 e 1937, Afonso e Zeferino fazem suas últimas aparições e, nelas, os fatos políticos comentados contemplam a morte de Aparício Cora de Almeida (GO: 191) e a provável queda de Flores da Cunha. Zeferino tem ideia da situação difícil na qual se encontra o governador e explica isso a Afonso:

- Escuta, Zeferino, tu achas que o Flores resiste ou renuncia?
- Com a posição que ele tem dentro do Estado, com a infiltração da Brigada por elementos getulistas, com navios de guerra no porto de Rio Grande, com os contingentes do exército apertando o cerco na fronteira de Santa Catarina e, segundo dizem, com a vinda do Daltro Filho para o comando da 3ª Região... e mais, com a doença do Flores... Não, não terá condições de resistir! (GO: 201)

Afonso e Zeferino são as duas personagens de GO com consciência política mais apurada. Pelos seus olhos, se tem um panorama da situação desde 1932 até as portas do Estado Novo. O fato de estarem sempre de saída do bar é fundamental para essa consciência. Bêbados, sozinhos à noite, eles podem falar o que quiserem e sem sofrer censura – do Estado florista ou do estado de sobriedade. O nome do boteco no qual bebem, o “Farol submerso”, tem valor significativo. É por causa desse farol, que lhes proporciona o álcool, o líquido que solta suas línguas, que eles podem iluminar a situação política escondida e calada sob a repressão.

CONCLUSÃO: COMO TERMINA A DISSERTAÇÃO

Na *Poética* (2011: 55), Aristóteles apresenta uma tese seminal para a discussão que envolve literatura e história. Ele diz que o historiador e o poeta não se diferem pelo fato de um escrever em prosa e o outro em verso, mas pelo fato de um contar o que “aconteceu” enquanto o outro se encarrega do que “poderia ter acontecido”. Uma ideia de opostos surge dos dizeres de Aristóteles. Se o historiador fala do que aconteceu, ele mexe com a verdade; se o poeta fala do que poderia ter acontecido, ele não tem relação com a verdade, pois trata das possibilidades.

A questão das possibilidades é confusa, pois o que aconteceu também era uma possibilidade. Em texto que debate algumas considerações expostas por Walter Mignolo no texto *Lógica das diferenças e política das semelhanças*: da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa, Alfredo Bosi se refere à hipótese levantada pelo filósofo grego:

Aristóteles, sobretudo ao tratar de poesia, trabalha com o *possível*; ora, o possível inclui o real, em termos de lógica; o possível inclui o que aconteceu; que aconteceu porque podia acontecer; e inclui aquilo que não aconteceu, mas poderia ter acontecido. (BOSI, 1993: 137, grifos do autor)

O raciocínio lógico de Bosi faz sentido e esclarece a confusão estabelecida com a citação de Aristóteles. De fato, o que aconteceu também era uma possibilidade, se não o fosse, não teria acontecido. Justapondo esse entendimento às palavras de Aristóteles, percebe-se que o historiador e o escritor lidam com as possibilidades.

Porém, há outro problema: como o historiador pode tratar do que realmente aconteceu? Existe uma questão temporal aí. O que aconteceu está no passado, não existe mais. Quando trata da narrativa histórica e da narrativa ficcional, Benedito Nunes aborda justamente esse ponto. Segundo o autor (1988: 32), a divisão entre as duas anula-se por ambas buscarem a reconstrução de “uma realidade que não existe mais, que já deixou de ser”. Sendo assim, os fatos não podem ser recriados, mas criados e, nisso, dependem do auxílio da imaginação.

Tanto a ideia de Bosi quanto a de Nunes colocam em pé de igualdade literatura e história. Os escritos dos dois ainda deixam margem para a interpretação de que uma e outra são versões do que poderia ter acontecido – mesmo utilizando documentos, a história não tem a capacidade de reconstruir o

passado. A afirmação de Maria Eunice Moreira (1989: 12) de que tanto a literatura quanto a história “proporcionam interpretações dos acontecimentos que assinalam a vida dos homens” também pode fortalecer esse pensamento.

Na obra *Trópicos do discurso*, especialmente no capítulo intitulado “As ficções da representação factual”, Hayden White retoma a proposição aristotélica, mas não é tão categórico:

Os historiadores ocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados. (WHITE, 1994: 137)

Seguindo os preceitos de White, Cyro Martins seria enquadrado como um “escritor imaginativo”. Em *GO*, ao lado dos episódios imaginados, estão “situações específicas de tempo e espaço”. Essa especificidade foi evidenciada em *Como a história constrói o obelisco*, no qual, entre outros aspectos, a datação linear da narrativa, transcorrida entre 1929 e 1937, e sua localização espacial, que privilegia o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, tiveram relevância.

No segundo capítulo, ligados à datação ou à cronologia longa, também foram salientados alguns eventos “perceptíveis”: a Revolução de 1893, a Revolução de 1923, os levantes tenentistas da década de 1920, a formação da FUG e da Aliança Liberal, as eleições de 1º de março de 1930, o assassinato de João Pessoa, a revolução de 3 de outubro de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932, a constituinte e as eleições indiretas de 1934, a Intentona Comunista de 1935, o Centenário Farroupilha, o golpe do Estado Novo de 1937.

A presença desses eventos no romance, a linearidade com que aparecem e as personagens históricas que os protagonizam levam à afirmação de que, em *GO*, a versão histórica é confirmada pela literatura. Na história e no romance, os episódios ocorreram nas datas mencionadas, assim como João Neves é o articulador da Aliança Liberal, Getúlio Vargas é o chefe da Revolução de 1930 e Flores da Cunha é o interventor gaúcho até 1937.

No entanto, é preciso lembrar que, no início deste trabalho, ao citar Antônio Roberto Esteves e seus traços sobre o romance histórico, foi dito que a

reinterpretação histórica e a distorção dos fatos históricos poderiam ser vistas com clareza em *GO*.

Confirmação, reinterpretação e distorção cabem na mesma frase quando se trata da obra analisada aqui. Enquanto o romance confirma a história com suas datas, espaços e personagens históricas, reinterpreta-a e distorce-a com suas personagens ficcionais.

Em *Como a história constrói o obelisco*, quatro núcleos de personagens ficcionais foram analisados: “Desterrados da origem”, “Ilustres do panteão”, “Mulheres e jovens de ouro” e “Homens do farol”. No primeiro deles, o olhar recaiu sobre uma temática constante na obra de Cyro Martins – a do gaúcho que tem de abandonar sua terra – e sobre um núcleo, na sua maioria, prejudicado pelos acontecimentos de outubro de 1930. Já no segundo, outras personagens prejudicadas pela revolução estiveram sob olhares – as famílias dos bravos que morreram no 3 de outubro. No terceiro, a observação incidiu sobre a sociedade de aparências e a condição de um rapaz levado para o Rio de Janeiro na enxurrada da revolução. No último, a análise política do Brasil e do Rio Grande do Sul se deu através das ébrias discussões de dois senhores.

O que liga esses quatro núcleos é a reinterpretação da história. Nos dois primeiros, não se vê a história pelo paradigma tradicional, que trata dos grandes homens, dos de cima, dos “graúdos”, como diz Dona Antônia. São os miúdos, os pequenos, os de baixo e suas perdas que recebem atenção. Nesses dois núcleos, não interessam as vitórias políticas de Vargas, Flores e Aranha; importam as perdas de Seu Leandro, de Rina e das famílias dos combatentes mortos.

Em “Mulheres e jovens de ouro”, não aparece um rapaz tomado pelos ardores cívicos, comprometido com a mudança de seu País. Armandinho é o representante daquele outro tipo de personagens que a história, geralmente, coloca na sombra – os aproveitadores. As águas da revolução podem ter levado homens bem intencionados ao Rio de Janeiro, mas também levaram os interesseiros, que são focalizados em *GO*.

No subcapítulo “Homens do farol”, a reinterpretação da história acontece nas conversas de Afonso e de Zeferino. Eles não mencionam as “verdades” oficiais, comentam, conscientemente, o que corre na boca pequena. Os dois aposentados falam da situação política sem censura, embebidos no álcool e na noite.

Por sua vez, a distorção histórica tem lugar na narrativa em episódios importantes, nos quais João Silveira é o protagonista. A tomada do QG da Rua da Praia é um exemplo de distorção, pois a personagem ficcional é inserida no contexto histórico e, mesmo levada pelas circunstâncias, ajuda a decidi-lo. Mais ilustrativo é o caso da laçada ao Obelisco. Nele, João tem uma de suas participações mais ativas dentro do romance, já que organiza e lidera um dos lances de maior simbologia no referente à Revolução de 1930.

A confirmação, a reinterpretação e a distorção da história presentes em *GO* evidenciam a riqueza da obra. Esquecida na produção literária de Cyro Martins e deixada de lado pela crítica, ela se mostrou uma fecunda fonte de pesquisas, visto que proporcionou a elaboração desta dissertação e ainda pode oportunizar o desenvolvimento de outros trabalhos acadêmicos.

GO é um caso singular no entrelaçamento da literatura e da história – trata de acontecimentos, de datas e de locais específicos. Entretanto, existe a probabilidade de tomá-lo como exemplo significativo na relação das duas áreas. Partindo da análise do romance de Cyro Martins, é plausível afirmar que literatura e história, sendo possibilidades, podem se manifestar harmonicamente em um texto literário sem que uma ou outra seja prejudicada. Se, de um lado, há construções com datas, espaços e personagens históricas, do outro, há construções com situações e personagens ficcionais. Se, de um lado, pode haver história, do outro, pode haver literatura.

Aliando literatura e história, Cyro Martins foi capaz de perceber que, ao seu redor, desenvolvia-se o mundo real, com suas relações políticas, econômicas e sociais, que transformavam a sociedade e expressou, pela ficção, com a força da literatura, o panorama do seu Estado, deixando, para a memória dos homens, o registro literário daquele momento histórico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- DECCA, Edgar de. O que é o romance histórico? Ou, devolvo a bola para você, Hayden White. In: AGUIAR, Flávio (Org.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 197-206.
- AITA, Carmen. AXT, Gunter (Org.). *Getúlio Vargas: discursos (1903-1929)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1999.
- APPEL, Carlos Jorge. "Síntese biobibliográfica". In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Cyro Martins 90 anos*. Porto Alegre: CELPCyro, IEL, CORAG: 1999, p. 8-9.
- ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre: Globo, 1990.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: EDIPRO, 2011.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. MOREIRA, Maria Eunice. ZILBERMAN, Regina (Org.). *Pequeno dicionário de literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.
- ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2011.
- BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2012.
- BOSI, Alfredo. Debate. In: LEITE, Lígia Chiappini Moraes (Org.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: 1993, p. 135-141.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 327-348.
- CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: _____ (Org.). *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 51-80.
- ESTEVES, Antônio Roberto. *O romance histórico brasileiro contemporâneo: 1975-2000*. São Paulo: UNESP, 2010.
- FAUSTO, Boris. *Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Porto Alegre: Globo, 1963.

FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). *Dicionário político do Rio Grande do Sul: 1821-1937*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

_____. *Porto Alegre ano a ano: uma cronologia histórica 1732/1950*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

_____. *Porto Alegre: guia histórico*. Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

FREITAS, Maria Teresa de. *Literatura e história: o romance revolucionário de André Malraux*. São Paulo: Atual, 1986.

HAMBURGER, Käte. *A lógica da criação ficcional*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HOLFELDT, Antonio. *O príncipe de Maquiavel e de Cyro Martins*. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Cyro Martins 90 anos*. Porto Alegre: CELPCyro, IEL, CORAG: 1999, p. 149-161.

KETZER, Solange Medina. *A narrativa de Cyro Martins*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

_____. MARTINS, Maria Helena. MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Múltiplas leituras: ensaios sobre Cyro Martins*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

LARA, Elisabeth Rizzato. *A desideologização do gaúcho na obra de Cyro Martins*. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 3, nº 3, set. 1988, p. 17-25.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Apresentação. In: LEENHARDT, Jacques. _____ (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 9-15.

LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARTINS, Cyro. *A dama do saladeiro*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

_____. *A mulher na sociedade atual*. Porto Alegre: Movimento, 1984.

_____. *Gaúchos no obelisco*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

_____. *Na curva do arco-íris*. Porto Alegre: Movimento, 1985.

_____. *O professor*. Porto Alegre: 1988.

_____. *Sombras na correnteza*. Porto Alegre: Movimento, 1979.

- _____. SLAVUTZKY, Abrão. *Para início de conversa*. Porto Alegre: Movimento, 1990.
- MASINA, Léa. Homenagem a Cyro Martins. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 3, nº 3, set. 1988, p. 7-10.
- MOREIRA, Maria Eunice. O jogo possível. In:_____ (org.). *Da abolição à República: a literatura conta a história*. Porto Alegre: CPL, EDIPUCRS, 1989, p. 9-13.
- NETO, Lira. *Getúlio (1882-1930): dos anos de formação à conquista do poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês. *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. *Revista Novo Mundo Mundos Novos*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html> > Acesso em 22 de abril de 2013.
- _____. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- RANGEL, Carlos. *Crime e castigo: conflitos políticos em torno do assassinato de Waldemar Ripoll*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Subsecretaria de Cultura. Instituto Estadual do Livro. *Cyro Martins*. Porto Alegre: IEL, 1997.
- ROSA, Blau Boelter da. *Realidade nos romances históricos **Gaúchos no obelisco** de Cyro Martins e **Sabina** de Eliseo Salvador Porta*. Monografia. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.
- Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1983.
- SILVA, Hélio. *1922: sangue e areia na praia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____. *1926: a grande marcha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- SILVA, Juremir Machado da. *1930: as águas da revolução*. São Paulo: Record, 2010.
- SLAVUTZKY, Abrão. O psicanalista Cyro Martins. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 3, nº 3, set. 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análise e depoimentos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1968.

TERRA, Eloy. *As ruas de Porto Alegre: curiosidades, como batizar uma rua, ruas de muita história*. Porto Alegre: AGE, 2001.

TRINDADE, Hégio (Org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano, 1995.

WEINHARDT, Marilene. *Ficção histórica e regionalismo: estudo sobre romances do sul*. Curitiba: UFPR, 2004.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: _____. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 1994.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

ANEXO A

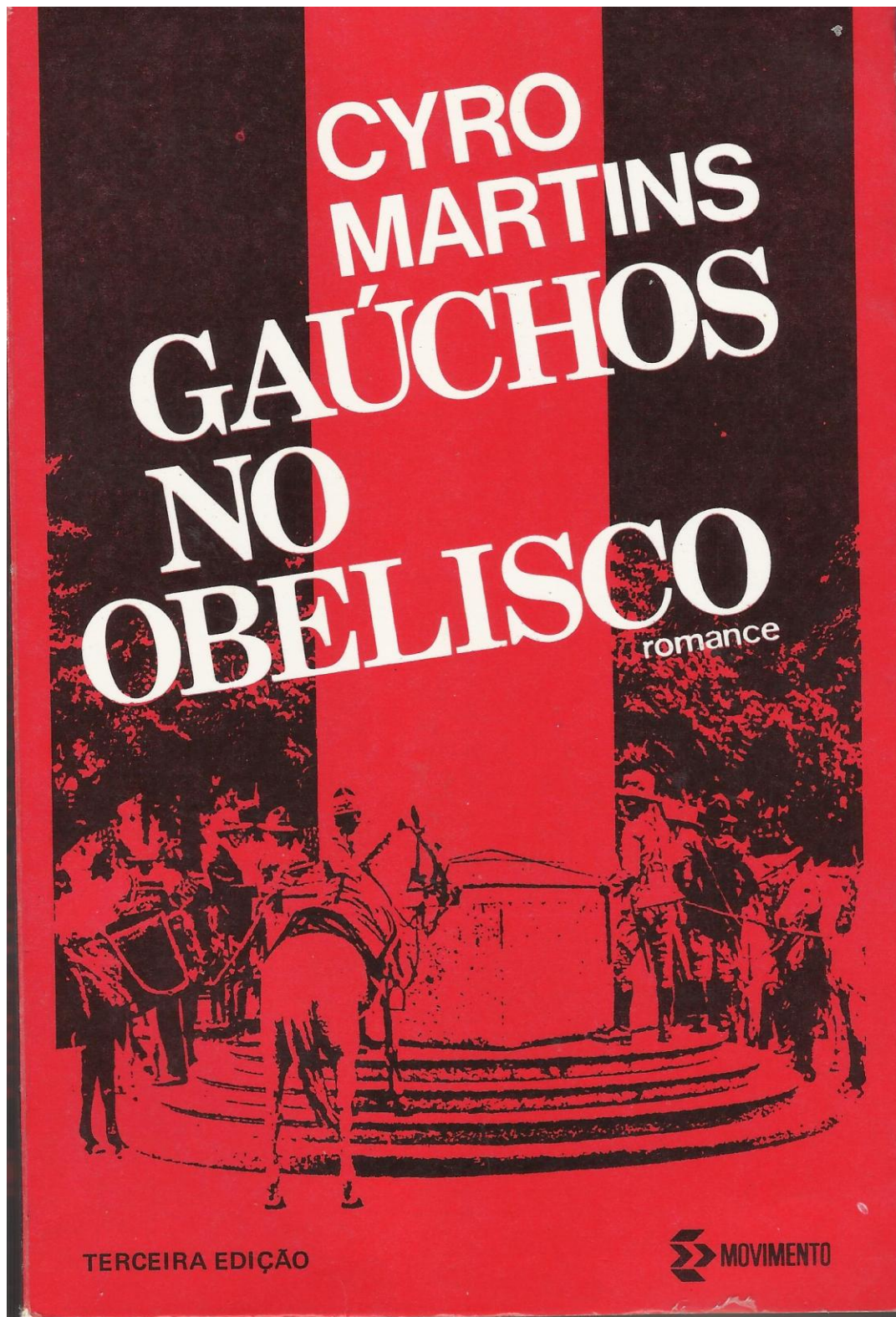
Fotografia dos gaúchos no obelisco:⁵⁷



⁵⁷ Retirada do site: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=267341>. Acesso em: 15 de dezembro de 2013.

ANEXO B

Capa de *Gaúchos no obelisco*:⁵⁸



⁵⁸ A capa de *GO* foi elaborada por Mário Röhnelt.

CURRICULUM VITAE⁵⁹

Formação acadêmica/titulação

- 2012** Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS,
Porto Alegre, Brasil
Título: Literatura e história em “Gaúchos no obelisco”, de Cyro
Martins
Orientador: Maria Eunice Moreira
Bolsista do (a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior
*Áreas do conhecimento: Teoria Literária, Literatura Sul-rio-
grandense*
- 2007 - 2011** Graduação em Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS,
Porto Alegre, Brasil
Título: Getúlio Vargas em "Reunião de Família V": Literatura e
História em Erico Verissimo
Orientador: Luiz Antonio de Assis Brasil e Silva
Bolsista do (a): PROUNI
-

Formação complementar

- 2012 - 2012** Extensão universitária em Oficina de Criação Literária 2.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS,
Porto Alegre, Brasil
- 2012 - 2012** Extensão universitária em Oficina de Criação Literária 1.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS,
Porto Alegre, Brasil
-

⁵⁹ Retirado da Plataforma Lattes.

Atuação profissional

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Vínculo institucional

- 2012 - Atual** Vínculo: Bolsista, Enquadramento funcional: Bolsista de Mestrado (CAPES), Carga horária: 20. Regime: Dedicção exclusiva
- 2009 - 2011** Vínculo: Bolsista BPA/PUCRS, Enquadramento funcional: Bolsista BPA/PUCRS, Carga horária: 20. Regime: Dedicção exclusiva
-

Atividades

03/2012 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Letras/PUCRS

Linhas de pesquisa:

Literatura, História e Memória

Linhas de pesquisa

1. Literatura, História e Memória
-

Áreas de atuação

1. Letras
 2. Literatura Brasileira
 3. Literatura Sul-rio-grandense
-

Projetos

Projetos de pesquisa **2013 - Atual** Cartografias narrativas em língua portuguesa: redes e enredos de subjetividade

Descrição: Grupo de estudos que debate e analisa o romance contemporâneo, ênfase na produção dos últimos 5 anos, da literatura portuguesa e africana em língua portuguesa. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (11) / Doutorado: (3). Integrantes: Paulo Ricardo Kralik Angelini - Coordenador / Caroline Valada Becker - Integrante / Luara Pinto Minuzzi - Integrante / Thiago Nestor - Integrante / Vanessa Zucchi - Integrante / Aline Corte - Integrante / Maurin de Souza - Integrante / Josiane Borges de Moraes - Integrante / Bianca Basile Parracho - Integrante / Bruno Mazolini de Barros - Integrante / Cristina Arena Forli - Integrante / Fábio Varela Nascimento - Integrante / Luís Fernando Kalife Júnior - Integrante / Gustavo Henrique Rückert - Integrante / Paula Bohrer Ribeiro - Integrante / Paula Renata Lucas Collares - Integrante / Teresa Beatriz Azambuya Cibotari - Integrante.

Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa

Integrantes: Fábio Varela Nascimento (Responsável); Paulo Ricardo Kralik Angelini

2012 - Atual O Brasil em papel: historiografia da literatura brasileira – fontes para seu estudo (século XIX)

Descrição: A presente pesquisa visa preencher essa lacuna, ao propor a organização e a edição de três volumes constituídos por textos primários sobre as discussões em torno da constituição da literatura brasileira, organizados com textos produzidos no Brasil, em Portugal e na América do Sul (em especial, na Argentina, mas se estende ao Uruguai e à Espanha), publicados em jornais e periódicos de tendências diversas, ao longo do século XIX, no Brasil e no Exterior. Acresce-se a esse conjunto um CD-Rom com os textos que compõem as três antologias, de modo a facilitar o acesso e a leitura dos estudos. Esses três volumes serão precedidos de um estudo introdutório, de natureza teórica, apoiado em leitura de caráter historiográfico, com base nas teses dos estudiosos

contemporâneos da história da literatura, especialmente nas novas teorias alemãs, formuladas por Niklas Luhmann, Siegfried J. Schmidt e Hans Ulrich Gumbrecht. Servirão também de apoio teórico as reflexões de Heidrun K. Olinto e Luiz Costa Lima, no Brasil, e de Hugo Achugar, do Uruguai. Nesse estudo, serão analisadas as relações que se estabeleceram entre os estudiosos brasileiros e os críticos estrangeiros, procurando ressaltar a contribuição desses debates para a construção da literatura brasileira. Esta proposta apresenta, portanto, dois direcionamentos: a) o direcionamento teórico, na medida em que objetiva discutir a história da literatura brasileira à luz das teorias contemporâneas sobre a história da literatura, buscando trazer nova contribuição à historiografia brasileira, ao estabelecer relações entre os sistemas brasileiros e outros sistemas literários; b) o direcionamento analítico, quando os textos selecionados serão reunidos, compondo três volumes com textos fundadores da história da literatura brasileira, ainda inéditos na sua apresentação em livro. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) Doutorado: (3). Número de produções C, T & A: 26 / Número de orientações: 8

Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico (1); Doutorado (3);

Integrantes: Fábio Varela Nascimento; Maria Eunice Moreira (Responsável)

2011 - 2011 Organização e Manutenção do Acervo Literário Moysés Vellinho: "Correio do Povo" e

Descrição: O projeto tem como objetivo principal a preservação do espólio intelectual do advogado, crítico literário e escritor Moysés Vellinho. A coleta dos textos publicados pelo autor no "Caderno de Sábado", do "Correio do Povo", e na revista "Letras de Hoje", vinculada à Faculdade de Letras da PUCRS, visam à elaboração de uma coletânea. Coordenadora: Prof.^a Dr. Maria Eunice Moreira

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Integrantes: Fábio Varela Nascimento; Maria Eunice Moreira (Responsável)

2010 - 2010 Organização e Manutenção do Acervo Literário e Epistolar de Paulo Hecker Filho

Descrição: O projeto tem como objetivo principal a preservação do espólio intelectual do escritor, crítico literário, tradutor, dramaturgo e poeta Paulo Hecker

Filho. Entre os materiais que compõem o Acervo do escritor, estão seus originais e sua correspondência. Coordenador: Prof. Dr. Luiz Antonio de Assis Brasil

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Integrantes: Fábio Varela Nascimento; Luiz Antonio de Assis Brasil (Responsável)

2009 - 2009 Organização e Manutenção do Acervo Literário e Bibliográfico de Oscar Bertholdo

Descrição: O projeto tem como objetivo principal a preservação do espólio intelectual do poeta Oscar Bertholdo. Correspondências, fotografias e originais são alguns dos materiais constantes no Acervo.

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Integrantes: Fábio Varela Nascimento; Luiz Antonio de Assis Brasil (Responsável)

Idiomas

Alemão Compreende Pouco, Fala Pouco, Escreve Pouco, Lê Pouco

Inglês Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Escreve Pouco, Lê Razoavelmente

Espanhol Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Bem

Português Compreende Bem, Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Prêmios e títulos

2011 Destaque do XII Salão de Iniciação Científica da PUCRS, PUCRS

Produção

Produção bibliográfica

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. NASCIMENTO, F. V.

Organização e Manutenção do Acervo Literário e Epistolar de Paulo Hecker Filho
In: XI Salão de Iniciação Científica da PUCRS, 2010, Porto Alegre.

XI Salão de Iniciação Científica. , 2010.

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home

page: [\[http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Linguistica/Letras/82418-FABIOVARELANASCIMENTO.pdf\]](http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Linguistica/Letras/82418-FABIOVARELANASCIMENTO.pdf)

2. **NASCIMENTO, F. V.**

Organização e Manutenção do Acervo Literário e Bibliográfico de Oscar Bertholdo
In: X Salão de Iniciação da PUCRS, 2009, Porto Alegre.

X Salão de Iniciação Científica. , 2009.

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [\[http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Linguistica/Letras/70511-FABIO_VARELA_NASCIMENTO.pdf\]](http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Linguistica/Letras/70511-FABIO_VARELA_NASCIMENTO.pdf)

Demais produções bibliográficas

1. MOREIRA, M. E., BERND, Z., MELLO, A. M. L., **NASCIMENTO, F. V.**

Tributo a Moacyr Scliar. Cronologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. (Outra produção bibliográfica)

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Impresso

2. **NASCIMENTO, F. V.**

O preferido. Conto. Porto Alegre: Palpitar, 2008. (Outra produção bibliográfica)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.palpitar.com.br/criacao.php?ID=380>

Produção técnica

Demais produções técnicas

1. **NASCIMENTO, F. V.**

Organização e Manutenção do Acervo Literário e Epistolar de Paulo Hecker Filho, 2010. (Relatório de pesquisa)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

2. **NASCIMENTO, F. V.**

Organização e Manutenção do Acervo Literário e Bibliográfico de Oscar Bertholdo, 2009. (Relatório de pesquisa)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Eventos

Participação em eventos

1. **LIM CAR: Percursos contemporâneos - I Jornada dos grupos de pesquisa**

em Literatura Contemporânea em Língua Portuguesa da PUCRS, 2013.
(Outra)

As personagens e o campo da cultura em sete narrativas brasileiras contemporâneas.

2. **XIII Semana de Letras, 2013.** (Outra)

Desgraça açoriana e improviso colonial: considerações sobre Um quarto de légua em quadro, de Luiz Antonio de Assis Brasil.

3. **Oficina de Preenchimento e Atualização de Currículo na Plataforma Lattes, 2013.** (Oficina)

4. **Seminário Livre de Literatura: O Riso & Festa nas Literaturas de Língua Portuguesa, 2013.** (Seminário)

5. **Seminário Livre de Literatura: Fernando Pessoa, múltiplos desassossegos, 2013.** (Seminário)

6. **Seminário Livre de Literatura I: Maria Velho da Costa - percurso literário, 2013.** (Seminário)

7. Apresentação Oral no (a) **V Colóquio de Literatura e Linguística PUCRS, 2012.** (Outra)

Grupo de Pesquisa História da Literatura: Investigação e Difusão de Fontes.

8. **XXVIII Seminário Brasileiro de Crítica Literária, XXVII Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul, I Encontro Nacional de Escrita Criativa, 2012.** (Seminário)

9. **Manuscrits de linguistes et génétique textuelle. Quels enjeux pour les sciences du langage? Exemple des “Papiers” Benveniste, 2012.** (Outra)

10. Apresentação Oral no (a) **XII Salão de Iniciação Científica, 2011.** (Outra)

Organização e Manutenção do Acervo Literário Moysés Vellinho: Correio do Povo e Letras de Hoje.

11. **Memória e Escritura - Jornadas Internacionais de Crítica Genética - 3 e 1º Seminário Internacional de Acervos Digitais, 2011.** (Congresso)

12. Apresentação Oral no (a) **XI Salão de Iniciação Científica da PUCRS, 2010.** (Outra)

Organização e Manutenção do Acervo Literário e Epistolar de Paulo Hecker Filho.

13. **Seminário livre de Literatura: o romance brasileiro contemporâneo e a história do Brasil, 2010.** (Seminário)

14. Apresentação de Poster / Painel no (a) **X Salão de Iniciação da PUCRS**, 2009. (Outra)

Projeto Organização e Manutenção do Acervo Literário e Bibliográfico de Oscar Bertholdo.

15. **Jornadas Internacionais de Crítica Genética**, 2009. (Outra)

16. Apresentação (Outras Formas) no (a) **Aprendizado da Leitura e da Escrita em Ambiente Virtual e Ambiente Não-Virtual**, 2008. (Oficina) Aula.

17. **Aula Inaugural "Falar, ler e escrever"**, 2008. (Outra)

18. **VII Semana de Letras/ Faculdade de Letras PUCRS**, 2007. (Outra)

Organização de evento

1. MOREIRA, M. E., KOHLRAUSCH, R., JACOBY, S., FREITAS, C. B., LAITANO, P. E., KALIFE JUNIOR, L. F., GONCALVES, S. R., **NASCIMENTO, F. V.**

X Seminário Internacional de História da Literatura, 2013. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

2. KOHLRAUSCH, R., **NASCIMENTO, F. V.**

XXVIII Seminário Brasileiro de Crítica Literária, XXVII Seminário de Crítica do RS e I Encontro Nacional de Escrita Criativa, 2012. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Outro

3. **NASCIMENTO, F. V.**

Memória e Escritura - Jornadas Internacionais de Crítica Genética - 3 e 1º Seminário Internacional de Acervos Digitais, 2011. (Congresso, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

4. MOREIRA, A. T. C., MOREIRA, M. E., COMUNAL, L., **NASCIMENTO, F. V.**

Exposição DELFOS - Moysés Vellinho: 70 anos da publicação do livro "Machado de Assis: aspectos de sua vida e obra", 2009. (Exposição, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

5. MOREIRA, A. T. C., **NASCIMENTO, F. V.**

Exposição DELFOS - Revista do Globo (1929 - 1967), 80 anos, 2009. (Exposição, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

6. **NASCIMENTO, F. V., KOHLRAUSCH, R., MOREIRA, A. T. C.**

Exposição DELFOS - 140 anos de nascimento de Zeferino Brazil e 100 anos de sua obra, 2009. (Exposição, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

Totais de produção

Produção bibliográfica

Trabalhos publicados em anais de eventos. 2

Demais produções bibliográficas 2

Produção técnica

Relatório de pesquisa 2

Eventos

Participações em eventos (congresso) 1

Participações em eventos (seminário) 5

Participações em eventos (oficina) 2

Participações em eventos (outra) 10

Organização de evento (congresso) 1

Organização de evento (exposição) 3

Organização de evento (outro) 2